

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO**  
**UAE – INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**

**LUCÉLIO CARDOSO VAZ**

**AS POLÍTICAS DO PNAE E PAA COMO ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO**  
**CAMPO: assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) – 2009 a 2019**

**CATALÃO (GO)**

**2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA

## **TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES**

### **E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### **1. Identificação do material bibliográfico**

Dissertação       Tese

#### **2. Nome completo do autor**

**LUCELIO CARDOSO VAZ**

#### **3. Título do trabalho**

**AS POLÍTICAS DO PNAE E PAA COMO ESTRATÉGIAS DE PERMANECIA NO  
CAMPO: Assentamento Olga Benário em Ipameri(GO) - 2009 a 2019**

#### **4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)**

Concorda com a liberação total do documento  SIM       NÃO<sup>1</sup>

**[1]** Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Estevane De Paula Pontes Mendes, Professora do Magistério Superior**, em 17/09/2021, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **LUCÉLIO CARDOSO VAZ, Discente**, em 19/09/2021, às 21:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2354865** e o código CRC **13442B82**.

---

**Referência:** Processo nº 23070.041548/2021-14

SEI nº 2354865

**LUCÉLIO CARDOSO VAZ**

**AS POLÍTICAS DO PNAE E PAA COMO ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA NO  
CAMPO: assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) – 2009 a 2019**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia, da Universidade Federal de Catalão, do Instituto de Geografia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: **Geografia e Ordenamento do Território**

Linha de Pesquisa: Ordenamento do Território e Estudos Rurais

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Estevane de Paula Pontes Mendes

**CATALÃO (GO)**

**2021**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Vaz, Lucélio Cardoso  
AS POLÍTICAS DO PNAE E PAA COMO ESTRATÉGIAS DE PERMANECIA NO CAMPO: Assentamento Olga Benário em Ipameri(GO) - 2009 a 2019 [manuscrito] / Lucélio Cardoso Vaz. - 2021.  
CXLII, 142 f.: il.

Orientador: Prof. Estevane de Paula Pontes Mendes.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Catalão, 2021.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.  
Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Agricultura familiar.. 2. Política pública.. 3. Permanência no campo.. 4. Assentamento Olga Benário.. 5. PNAE/PAA. I. Mendes, Estevane de Paula Pontes , orient. II. Título.

CDU 911.37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA

### ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **202** da Sessão de Defesa Pública de Dissertação de **LUCELIO CARDOSO VAZ**, que confere o título de **Mestre em Geografia**, na área de concentração em **Geografia e Ordenamento do Território**.

Observações:

1. Banca Examinadora de Defesa Pública de Dissertação realizada em conformidade com a Portaria da CAPES n. 36, de 19 de março de 2020, de acordo com seu Artigo 2º: "Art. 2º - A suspensão de que trata esta Portaria não afasta a possibilidade de defesas de tese utilizando tecnologias de comunicação à distância, quando admissíveis pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, nos termos da regulamentação do Ministério da Educação."

2. O PPG encontra-se vinculado à UFG, pois não houve ainda migração pela CAPES à UFCAT (criada pela Lei 13.634 de 20 de março de 2018, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás-UFG)

Aos **vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um**, a partir das 14h, à distância, por videoconferência pelo aplicativo *Google Meet*, realizou-se a Sessão Pública de Defesa de Dissertação intitulada "**AS POLÍTICAS DO PNAE E PAA COMO ESTRATÉGIAS DE PERMANECIA NO CAMPO: Assentamento Olga Benário em Ipameri(GO) - 2009 a 2019**". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora **Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes** (IGEO/UFCAT-UFG), com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora **Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa** (Geografia/UFU), membro titular externo; Professora **Dra. Juniele Martins Silva** (Geografia/UFV), membro titular externo. Durante a arguição os membros da Banca Examinadora **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em Sessão Secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o Candidato **APROVADO** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente Ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às 16h30.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Estevane De Paula Pontes Mendes, Professora do Magistério Superior**, em 25/08/2021, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vera Lúcia Salazar Pessôa**,



**Usuário Externo**, em 25/08/2021, às 20:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Juniele Martins Silva, Usuário Externo**, em 25/08/2021, às 21:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2301281** e o código CRC **07988EA8**.

---

Referência: Processo nº 23070.041548/2021-14

SEI nº 2301281

## AGRADECIMENTOS

Na concretização deste trabalho, agradeço a todos que colaboraram diretamente ou indiretamente na sua realização. Dessa forma, agradeço:

À Deus, que permitiu que isso tudo se realizasse, por ter me dado saúde, proteção e me abençoado diariamente, sem ele nada seria possível em minha vida;

À minha família (Célio, Luciene e Graziele) pelo carinho e dedicação, que me apoiou nos momentos de dificuldades, fornecendo amor, carinho e compreensão, pois sem o incentivo de vocês essa caminhada teria sido mais difícil;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), e aos profissionais que trabalham nessa Unidade Acadêmica pela oportunidade de realizar minha formação profissional e, conseqüentemente, obter o título de Mestre em Geografia;

Ao apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual auxiliou nos custos materiais necessários a pesquisa;

À professora Estevane, minha orientadora, pela confiança e paciência e pelos ensinamentos nesta jornada da pós-graduação;

Aos agricultores familiares do assentamento Olga Benário, em especial à Darsonia e o Luís Afonso, e os gestores das unidades escolares de Ipameri (GO), indivíduos desta pesquisa, pela receptividade e pelas contribuições empíricas;

À professora Juniele e à professora Vera Lúcia pelas colaborações realizadas no Exame de Qualificação e, também, pelas contribuições efetuadas na Defesa Pública;

Aos meus colegas de turma pelas alegrias e anseios compartilhados ao longo de dois anos;

À Maria Erlan, à Amanda, à Quênia e o Luciney pelo empréstimo de livros e pelas discussões acerca desta pesquisa;

Aos meus padrinhos João e Isilene pela acolhida em Catalão;

Aos meus amigos, que sempre torceram para o meu sucesso;

À Simone (*in memoriam*), que sempre acreditou e incentivou para que eu continuasse estudando;

A todos deixo meu sincero obrigado!

## RESUMO

O presente trabalho analisou as possibilidades de os programas PNAE e o PAA garantirem a reprodução social e a permanência de agricultores familiares no assentamento Olga Benário, em Ipameri (GO), no período estabelecido entre 2009-2019. Desse modo, para a concretização desse objetivo, a pesquisa enquadrou-se em uma abordagem qualitativa, no qual a metodologia se pautou numa pesquisa bibliográfica, documental e de campo. As políticas públicas, de forma geral, impactam todos os cidadãos, independentemente do nível de escolaridade, sexo, raça, religião ou nível social. Nesse sentido, as políticas públicas perpassam pela compreensão da complexidade da dinâmica entre os agentes sociais e representantes responsáveis, por garantir ações em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, ou seja, a cidadania, os direitos individuais, os direitos sociais e o bem-estar de todos. A agricultura familiar passa a ser reconhecida pela sua categoria social e produtiva, no qual foram criadas e implantadas políticas públicas a fim de fortalecer os agricultores no campo. Dessa forma, a agricultura familiar possui três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar. O modelo familiar de agricultura surge da relação íntima entre o trabalho e a gestão, entretanto a agricultura familiar associa família, produção e trabalho, que fundamenta a organização econômica e social dos agricultores. As políticas públicas direcionadas ao campo tem por finalidade fortalecer economicamente as relações de trabalho que proporcionam o sustento da família e sua permanência na área rural, que é a realidade do assentamento Olga Benário, em Ipameri (GO). O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) são as políticas públicas com maiores atuações no Olga Benário, visto que os agricultores familiares, juntamente com as associações (ASPROAB e ASCRAF), presentes no assentamento, desenvolvem projetos ligados ao PAA por meio da modalidade “compra com doação simultânea”, que atendem as unidades escolares e as famílias em situações de vulnerabilidade alimentar. O PNAE é uma política referente a alimentação escolar, pois, de acordo com a Lei nº 11.947/2009, determinou que 30% da renda da merenda escolar teria de que ser gasta com produtos oriundos da agricultura local e familiar. O PNAE e o PAA, enquanto políticas públicas, têm contribuído para combater a fome no país, notadamente diante da atual conjuntura, caracterizada pela pandemia da COVID-19.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Política pública. Permanência no campo. Assentamento Olga Benário. PNAE. PAA.

## ABSTRACT

This study analyzed the possibilities of the PNAE and PAA programs to guarantee the social reproduction and permanence of family farmers in the Olga Benário settlement, in Ipameri (GO), in the period between 2009-2019. To achieve this goal, the research was use of a qualitative approach, in which the methodology was based in a bibliographic, documentary and field research. Public policies generally impact all citizens regardless of their level of education, gender, race, religion or social background. Then, public policies crosses the understanding of the complexity of the dynamics between social agents and representatives responsible, for ensuring actions in various areas, such as health, education, environment, housing, social assistance, leisure, transport and safety, in other words, citizenship, individual rights, social rights and the well-being of all. Family farming is now recognized by its social and productive category, in which public policies were created and implemented in order to strengthen farmers in the countryside. Therefore, family farming has three basic attributes: management, property and family-labour. The family model of agriculture arises from the intimate relationship between work and management; however, family farming is associated with family, production and work, which base the basis of the economic and social organization of farmers. The public policies directed to the countryside aim to strengthen economically the labor relations, that provide the family's livelihood and their stay in the rural area, how it is the reality of the Olga Benário settlement, in Ipameri (GO). The Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) and the Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) are the public policies with the largest performances in Olga Benário, since family farmers, together with the associations (ASPROAB and ASCRAF) present in the settlement, where they develop projects linked to the PAA, through the "purchase with simultaneous donation" modality that serve school units and families in situations of food vulnerability. The PNAE is a policy related to school feeding, because, according to Law n° 11.947/2009, determined that 30% of the school lunch income would have to be spent on products from local and family agriculture. The PNAE and the PAA, as public policies, have contributed to combat hunger in the country, especially in the current situation, characterized by of COVID-19 pandemic.

**Keywords:** Family farming. Public policy. Permanence in the countryside. Olga Benário settlement. PNAE. PAA.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	– Localização do município de Ipameri (GO) .....	27
Foto 1	– Entrada 1 assentamento Olga Benário .....	29
Foto 2	– Entrada 2 assentamento Olga Benário .....	29
Foto 3	– Entrada 3 assentamento Olga Benário .....	29
Foto 4	– Entrada 4 assentamento Olga Benário .....	29
Foto 5	– Entrada 5 assentamento Olga Benário .....	30
Mapa 2	– Localização do assentamento Olga Benário no município de Ipameri (GO) .....	31
Figura 1	– Ciclo de políticas públicas .....	35
Gráfico 1	– Projetos do PAA aprovados no ano de 2020 em Goiás .....	73
Gráfico 2	– Faixa etária dos agricultores familiares (2020) .....	85
Gráfico 3	– Origem das famílias entrevistadas por regiões do Brasil (2020) .....	86
Gráfico 4	– Estado civil dos agricultores familiares entrevistados (2020) .....	86
Gráfico 5	– Nível de escolaridade dos agricultores familiares entrevistados (2020) .....	87
Gráfico 6	– Fonte de renda dos agricultores familiares (2020) .....	88
Gráfico 7	– A forma que os entrevistados conheceram o PNAE e PAA (2020) .....	91
Foto 6	– Canteiro de couve .....	95
Foto 7	– Canteiro de alface .....	95
Foto 8	– Cultivar de pimentas .....	95
Foto 9	– Cultivar de pepino .....	95
Foto 10	– Canteiros recém plantados com alface .....	95
Foto 11	– Cultivar de quiabo .....	95
Foto 12	– Abóbora verde (abobrinha) .....	96
Foto 13	– Pimentas em conserva .....	96
Foto 14	– Canteiros de agrião, alface e rúcula .....	96
Foto 15	– Canteiros de cheiro verde, couve e jiló .....	96
Gráfico 8	– Destino da produção dos agricultores familiares entrevistados (2020) .....	97
Foto 16	– Plantação de mandioca .....	97
Foto 17	– Raízes de mandioca .....	97

Foto 18	– Mandioca descascada e embalada .....	98
Foto 19	– Milho de pendão .....	98
Foto 20	– Colheita do milho para silagem .....	98
Foto 21	– Colheita do milho seco .....	98
Foto 22	– Soja em florescimento .....	98
Foto 23	– Sorgo em cachos .....	98
Foto 24	– Plantação de banana .....	99
Foto 25	– Cacho de banana .....	99
Foto 26	– Panificadora da ASPROAB .....	100
Foto 27	– Panificadora da ASCRAF .....	100
Foto 28	– Galpão de reuniões/eventos da ASPROAB .....	101
Foto 29	– Maquinários da ASPROAB .....	101
Foto 30	– Maquinários da ASPROAB .....	101
Foto 31	– Sede da COOPMAFI .....	101
Foto 32	– Processo manual de sovar a massa .....	102
Foto 33	– Modeladora de pães .....	102
Foto 34	– Pães no tabuleiro .....	102
Foto 35	– Batedeira de massas .....	102
Foto 36	– Estufa de crescimento de pães e roscas .....	102
Foto 37	– Forno para assar .....	102
Foto 38	– Pintos de granja recém nascidos .....	104
Foto 39	– Frangos de granja para o PAA .....	104
Foto 40	– Galinhas caipira .....	104
Foto 41	– Fêmea suína em lactação .....	104
Foto 42	– Suínos em chiqueiro .....	105
Foto 43	– Vacas leiteira no processo de ordenha .....	105
Foto 44	– Gado de corte .....	105
Foto 45	– Transporte para conduzir os panificados .....	106
Foto 46	– Abatedouro de frangos .....	106
Foto 47	– Transporte para entregar os frangos congelados .....	106
Gráfico 9	– Periodicidade da comercialização dos produtos fabricados pelos agricultores familiares entrevistados (2020) .....	107
Gráfico 10	– Nível de ensino oferecido pelas instituições de Ipameri (GO) .....	109

Gráfico 11	– Qualidade dos produtos entregue as unidades escolares .....	111
Foto 48	– Cestas de alimentos entregue aos alunos .....	115
Foto 49	– Cestas de alimentos entregue aos alunos .....	115
Foto 50	– Panificados entregue a assistência social .....	116
Foto 51	– Panificados entregue a assistência social .....	116
Foto 52	– Panificados entregue a assistência social .....	116
Foto 53	– Distribuição as famílias carentes .....	116

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Abordagens conceituais de território em três vertentes básicas .....	40
Quadro 2	– Linhas de crédito rural do PRONAF .....	45
Quadro 3	– Projetos de reforma agrária implantados e famílias homologadas em Goiás .....	51
Quadro 4	– Modelos e características da agricultura familiar .....	62
Quadro 5	– Diretrizes do PNAE .....	68
Quadro 6	– Finalidades do PAA .....	69
Quadro 7	– Modalidades do PAA .....	70

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	– Famílias beneficiadas pelo PAA na Região Centro-Oeste (em nº) .....	72
Tabela 2	– Unidades escolares da sede de Ipameri (GO) .....	82
Tabela 3	– Itens mais produzidos em hortas pelos agricultores familiares (2020) .....	94

## LISTA DE ABREVIATURAS

Br	Rodovia no Brasil
Ha	Hectare
Km	Quilômetro
Km <sup>2</sup>	Quilômetro quadrado
M	Metro
Nº	Número
Org.	Organização

## LISTA DE SIGLAS

ASCRAF	Associação Camponesa Regional de Agricultura Familiar
ASPROAB	Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário
CadÚnico	Cadastro para Programas Sociais
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CECANES	Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COACER	Cooperativa Agropecuária do Cerrado Ltda
COCARI	Cooperativa Agropecuária e Industrial
COOPMAFI	Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Ipameri
COVID-19	Novo Coronavírus
CME	Campanha de Merenda Escolar
CNME	Campanha Nacional de Merenda Escolar
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação
GO	Goiás
GGPAA	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
IMB	Instituto Mauro Borges
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC	Ministério da Educação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MG	Minas Gerais
MMA	Movimento das Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNHR	Programa Nacional de Habitação Rural
PRODECER	Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAD	Secretaria de Estado da Administração
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SARS-COV-2	Novo Coronavírus
SIEG	Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
TCLE	Termo de Consentimento Livre Esclarecido
UFCAT	Universidade Federal de Catalão

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>2</b>	<b>O PROCESSO DA PESQUISA QUALITATIVA E O ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO</b> .....	23
<b>2.1</b>	<b>Caminhos metodológicos da pesquisa</b> .....	24
<b>2.1.1</b>	<b>Conhecer para discutir: Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)</b> .....	26
<b>2.2</b>	<b>Políticas públicas: painel conceitual</b> .....	32
<b>2.3</b>	<b>Do território à territorialização das políticas públicas rurais</b> .....	38
<b>2.4</b>	<b>Reforma agrária: política de acesso à terra</b> .....	49
<b>3</b>	<b>OS ENTES DE DIREITO E CIDADANIA: os pilares da permanência no campo</b> .....	54
<b>3.1</b>	<b>A estratégia bibliográfica e documental no delineamento do estudo</b> .....	54
<b>3.2</b>	<b>De olho na terra: a agricultura familiar</b> .....	57
<b>3.3</b>	<b>Os programas PNAE e PAA e seus reflexos sobre o homem no campo</b> .....	65
<b>3.4</b>	<b>Agricultura familiar: condição ou razão para permanecer no rural</b> .....	73
<b>4</b>	<b>INCENTIVO PARA PRATICAR, PRÁTICA PARA ALIMENTAR: o assentamento Olga Benário Ipameri (GO)</b> .....	80
<b>4.1</b>	<b>A investigação de campo: instrumento de coleta de dados</b> .....	80
<b>4.2</b>	<b>PNAE e PAA a viabilidade pública de permanência no campo: assentamento Olga Benário - Ipameri (GO)</b> .....	83
<b>4.3</b>	<b>As trajetórias produtivas: a articulação pública na produção de alimentos</b> .....	93
<b>4.4</b>	<b>Os mercados institucionais: a visão dos gestores escolares</b> .....	108
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	117
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	120
	<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para agricultores familiares</b> .....	127
	<b>APÊNDICE B – Roteiro de entrevista para os gestores das unidades escolares</b> .....	131
	<b>ANEXO A – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa</b> .....	133

## 1 INTRODUÇÃO

A escolha da temática, Políticas Públicas no assentamento Olga Benário foi instigada pelo contato que tive com os agricultores desse assentamento durante o período de estágio da graduação em Geografia realizado no Centro Municipal de Ensino e Treinamento João Marcelino, em Ipameri, Goiás. Essa escola recebe produtos – carnes, roscas, pães e verduras - oriundos da agricultura familiar do referido assentamento. Essa experiência aguçou minha curiosidade para mais bem compreender as políticas públicas que deram origem ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PNAE oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O PAA é uma das principais políticas de apoio e incentivo a agricultura familiar no Brasil e está voltado para o desenvolvimento local. Esses programas são estratégias de reprodução social dos assentamentos de reforma agrária, comunidades quilombolas, povos indígenas. Essas políticas públicas governamentais destinam-se a combater a fome e garantir a segurança alimentar de populações economicamente vulneráveis.

A pesquisa tem caráter exploratório e qualitativo e visa a conhecer os programas PNAE e o PAA, como políticas públicas que garantem a reprodução social e a permanência de agricultores familiares no campo, com destaque para assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). O trabalho foi desenvolvido em três estágios, em que os dados foram coletados via pesquisa bibliográfica, documental e de campo. De acordo com os propósitos do pesquisador, a metodologia utilizada é documental, baseia-se em documentos de diversas fontes, principalmente *sites*, para compreender o tema abordado. Ela é também de caráter bibliográfico, uma vez que utiliza livros, artigos de jornais e revistas eletrônicas sobre o assunto. Essas metodologias estão distribuídas ao longo das seções.

A pesquisa de campo faz parte da terceira seção e tem como *lócus* o assentamento Olga Benário onde foram coletados elementos que ajudaram a explicar como o PNAE e o PAA tem contribuído para a permanência do pequeno agricultor familiar no campo. O estudo em questão teve o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o qual auxiliou nos custos materiais necessários à pesquisa.

No tocante à estruturação, este trabalho encontra-se subdividido em introdução, três seções primárias e considerações finais. A primeira seção traz uma reflexão a respeito do assentamento Olga Benário, localizado em Ipameri (GO). Este foi constituído por sujeitos

migrantes de vários municípios goianos e também dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e das regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste do Brasil. Em 2005, os militantes do Movimento Sem Terra (MST) tomaram posse da Fazenda Ouro Verde e, após muitas lutas e resistência por parte dos acampados, a propriedade foi desapropriada para fins de reforma agrária.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) dividiu os 4.332 hectares da Fazenda Ouro Verde em 84 parcelas de terras, às quais foi acrescida mais uma parcela, totalizando 85, fruto da inclusão da sede da fazenda, que antes foi destinada à realização de reuniões e aos cursos de formação. Dessa forma, as famílias beneficiadas estavam aptas à produção agropecuária, mas, para conseguir produzir, necessitavam de incentivos governamentais que oferecessem suporte financeiro. Os assentados se beneficiam das políticas públicas, com destaque para o PNAE, o PAA, dentre outras que visam a assegurar a permanência do homem no campo por meio da produção e garantia de mercado.

As políticas públicas, entendidas enquanto intervenções estatais destinadas a atender determinadas coletividades, a territorialização das políticas - ou seja, das ações que ocorrem em dados territórios - e a reforma agrária, política de acesso à terra, são assuntos discutidos na primeira parte do trabalho.

Frente a essas questões, a segunda seção apresenta a agricultura familiar, o cultivo da terra realizado pelos pequenos produtores rurais, tendo como mão de obra o núcleo familiar e a produção voltada ao autoconsumo e o excedente destinado à comercialização. A produção familiar, ao gerar renda, por meio da venda dos produtos ao mercado interno, é capaz de contribuir para que ocorra uma redução do fluxo migratório campo/cidade, ou seja, pode assentar o homem no meio rural. A maioria dos alimentos produzidos pela agricultura familiar é responsável por compor a cesta básica dos brasileiros.

O PNAE e o PAA, direcionados aos agricultores familiares, objetiva subsidiar o rendimento econômico do pequeno agricultor e, ao mesmo tempo, contribuir para o sustento da família, ou seja, essas políticas têm em vista combater a insegurança alimentar no país. Permanecer no campo está cada dia mais difícil, pois o agricultor necessita de diferentes estratégias capazes de lhe garantir sustentabilidade econômica.

As indagações da terceira e última seção são retratadas por meio da investigação de campo, a qual permitiu a coleta de dados, por meio de visitas exploratórias, entrevistas semiestruturadas, informações empíricas e fotos. As visitas a campo ocorreram em meses diferentes (entre novembro e dezembro de 2020 e janeiro de 2021) no decorrer das quais foi possível entrevistar 38 agricultores familiares do assentamento Olga Benário – Ipameri (GO),

participantes das políticas públicas PNAE e PAA e 19 gestores responsáveis pelas unidades escolares de Ipameri (GO) – sede, que recebem os produtos oriundos de tais políticas. Assim, o total de sujeitos entrevistados soma-se 57, entre agricultores e gestores.

Construiu-se dois roteiros de entrevistas. O “Roteiro – A” foi exclusivamente direcionado aos agricultores familiares com o intuito de coletar informações em relação ao convívio no campo, as produções familiares, a interação com as políticas públicas (PNAE e PAA), a comercialização e a permanência desses sujeitos na área rural. Por sua vez, o “Roteiro – B” dirigiu-se aos gestores das unidades escolares que compram e recebem, em forma de doações, produtos provenientes dos agricultores assentados no Olga Benário, por meio das políticas públicas PNAE e PAA. O roteiro foi desenvolvido acerca de questionamentos como: quais alimentos recebem; a qualidade dos produtos; o impacto dessas mercadorias na merenda escolar; as prestações de contas e a fiscalização das entregas.

As políticas públicas têm por finalidade integrar e promover a cidadania na sociedade. Quando são voltadas para o campo, essas políticas tem a funcionalidade de estabelecer estratégias para o desenvolvimento social e econômico e assim gerar mecanismos de permanência no campo. O PNAE e o PAA são políticas de garantia de mercado institucional para a agricultura familiar que vem ganhando espaço ao longo dos anos e o trabalho em questão busca analisar suas origens, trajetórias e seus desdobramentos a luz do “discurso” dos gestores das escolas e agricultores familiares do Olga Benário.

De acordo com todo o material coletado, analisado, construiu-se o trabalho e ao final elaborou-se as considerações finais.

**2 O PROCESSO DA PESQUISA QUALITATIVA E O ASSENTAMENTO OLGA  
BENÁRIO**

## **2 O PROCESSO DA PESQUISA QUALITATIVA E O ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO**

A presente seção tem o objetivo geral de apresentar as políticas públicas com relevância na área rural; os caminhos metodológicos da pesquisa; o assentamento Olga Benário, em Ipameri (GO); as políticas públicas; o processo de territorialização das políticas públicas rurais e a reforma agrária.

O caminho para a construção desta seção se deu com base num quadro teórico que possibilitou conhecer a instabilidade dos acontecimentos referentes às políticas públicas, com ênfase nas rurais. Destarte, por meio da revisão da literatura, foi possível coletar dados e adquirir informações sobre os assuntos discutidos. Em uma abordagem qualitativa, os conceitos de políticas públicas, de território e territorialização e de reforma agrária foram definidos como fundamentais para a investigação em desenvolvimento.

Parte-se do pressuposto de que as políticas públicas são elaboradas com base em um problema gerador de desconforto na sociedade, e, para serem institucionalizadas, requerem decisão estatal. Em resumo, a formulação de um ciclo de políticas públicas acontece por meio da identificação de um problema, da construção da agenda, da formulação de alternativas, da tomada de decisão, da implementação, da avaliação e da extinção/reelaboração. Por intermédio dessas políticas, as ações sociais se desenvolvem e permitem promover o progresso e atender às demandas dos cidadãos. Nesse contexto, o Estado é o responsável por fomentar as políticas públicas a fim de proporcionar o bem-estar e combater as desigualdades sociais.

O território é definido como uma área do espaço delimitada por fronteiras a partir de uma relação de posse ou propriedade, seja essa animal ou humana. O território humano possui relações de poder e envolve aspectos políticos, econômicos, culturais, regionais, entre outros. A territorialização, por sua vez, é uma ação que ocorre em um dado território, no qual pode gerar conexões ou não. Isso significa que o território passa a obter particularidades, como se percebe na territorialização das políticas públicas rurais que asseguram a permanência de agricultores no campo.

A reforma agrária é uma política de acesso à terra. Para a sua implementação, o Estado é o responsável pelos processos burocráticos, como a desapropriação de latifúndios improdutivos, ou seja, que não atendem à finalidade de desempenhar a função social<sup>1</sup>. Desse

---

<sup>1</sup> Art. 186. “A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I aproveitamento racional e adequado; II utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III observância das

modo, os assentamentos de reforma agrária possibilitam o retorno dos agricultores para a área rural, e as políticas públicas rurais são criadas com objetivo de apoiar os agricultores nas atividades executadas em suas glebas.

## 2.1 Caminhos metodológicos da pesquisa

As pesquisas percorrem um caminho até serem concluídas. Esse caminho é o que se pode chamar de metodologia. Uma pesquisa é composta por procedimentos que se supõem necessários para determinada investigação. Nesse viés, a metodologia aqui apresentada consiste em traçar os caminhos, os estudos e as técnicas da pesquisa qualitativa.

A abordagem qualitativa é uma linha de pesquisa que teve origem nos estudos da Antropologia e da Sociologia. Na segunda metade do século XX, tornou-se importante a prática de metodologias qualitativas nas Ciências Sociais, como a Geografia, a Psicologia, a Filosofia, entre outras (GODOY, 1995). Perante essa realidade,

a pesquisa qualitativa, com pouco mais de um século de existência, consolidou-se como uma metodologia alternativa para as ciências sociais e humanas, que, em sua fase inicial de estruturação, seguiram o receituário das ciências naturais. Das ciências sociais e humanas, a pesquisa qualitativa passou a ser incorporada por diversas áreas do conhecimento, como administração de empresas, educação, saúde entre outras. (RAMIRES; PESSÔA, 2013, p. 23).

Matos e Pessôa (2009, p. 282) mencionam que “a abordagem qualitativa é propícia para estudos complexos que não exigem a quantificação. Normalmente, é adequada quando o contexto social ou cultural esteja presente como elemento norteador da pesquisa”. Com base nisso, vale acentuar que o essencial para a presente pesquisa é a compreensão do PNAE e do PAA como programas usufruídos pelo grupo social dos assentados do Olga Benário. Nessa perspectiva,

[...] nos estudos qualitativos, são construídas categorias descritivas, cuja base inicial de conceitos poderá se dar a partir da plataforma teórica da investigação, e nos casos em que não se dispõe de referencial o pesquisador terá o desafio intelectual de definir categorias que possam sintetizar/agrupar conceitos e variáveis que ajudem a compreensão do fenômeno sob investigação. (MARTINS; THEÓPHILO, 2016, p. 140).

A princípio, a pesquisa qualitativa possibilita investigações sobre pessoas, lugares e processos mediante o relacionamento do pesquisador com a realidade pesquisada. Assim, reconhece-se que há diversas alternativas para entender os fenômenos que rodeiam os seres humanos e seus vínculos sociais, estipulados em diferentes ambientes. Na Geografia, a pesquisa qualitativa possui uma grande relevância, pois sua abordagem favorece o conhecimento dos aspectos econômicos, políticos e culturais (SILVA; MENDES, 2013). Dessa maneira, a pesquisa qualitativa

[...] parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação, procurando compreender os fenômenos segundo as perspectivas dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOY, 1995, p. 58).

Para melhor conhecer e discutir o assentamento Olga Benário em Ipameri (GO), Veiga (1994), Brandão (2005), Inocêncio (2010), Firmino (2012), Monteiro e Pessôa (2012) e Brandão (2019) subsidiaram as ideias delineadas.

Com fundamento em Souza (2002, 2006), Saraiva e Ferrarezi (2006), Rua (2014), Gianezini *et al.* (2017) e Capella (2018), foram realizadas reflexões acerca dos conceitos de políticas públicas e a formulação que acontece por meio de um ciclo.

As discussões concernentes ao conceito de território e de políticas públicas rurais se deram com base em Abramovay (1998), Haesbaert (2006, 2007), Santos *et al.* (2006), Fernandes (2008), Saquet (2007), Bataglin (2012), Monteiro e Pessôa (2012), Souza (2012), Tecchio (2012), Grisa e Schneider (2014), Bolter, Schneider e Haas (2015), Castro e Barcellos (2015), Siliprandi e Cintrão (2015) e Gondim e Monken (2017). Ademais, para a compreensão da territorialização das políticas públicas no campo, Miralha (2006) e Hora, Mauro e Calaça (2019) ampararam as análises sobre reforma agrária no Brasil e em Goiás.

Com fundamento nos autores mencionados, a revisão teórica, a problemática, os objetivos propostos e a abordagem qualitativa serão fundamentais na compreensão do PNAE e do PAA como programas de incentivo à reprodução social e à permanência de agricultores familiares no campo, com foco no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO), o qual é apresentado na próxima subseção.

### 2.1.1 Conhecer para discutir: assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)

Para compreender as relações constituídas entre os agricultores familiares/assentados e a cidade de Ipameri (GO) é essencial a contextualização histórico-social dos fatores que elencam a atração de pessoas e o desenvolvimento da questão agrária no município. Assim, esta subseção tem o intuito de apresentar o recorte espacial da pesquisa, o Assentamento Olga Benário, localizado no município de Ipameri (GO), e especificar a conjuntura de mudanças econômicas e políticas que caracterizam as ações dos agricultores familiares.

Ipameri se localiza na Região de Planejamento Sudeste Goiano<sup>2</sup> e está a 200km da capital do estado, Goiânia. O município possui 4.368km<sup>2</sup> de área territorial, agrega dois distritos – Domiciano Ribeiro e Cavalheiro – e faz limites com os municípios de Caldas Novas (GO), Campo Alegre de Goiás (GO), Catalão (GO), Cristalina (GO), Corumbáiba (GO), Goiandira (GO), Luziânia (GO), Nova Aurora (GO), Orizona (GO), Urutaí (GO) e Paracatu (MG)<sup>3</sup> (Mapa 1).

A origem do município de Ipameri remonta a 1816, a partir da datação das primeiras moradias do povoado às margens do ribeirão Vai-Vem. O topônimo *Ypau-meri* é de origem Tupi-Guarani e significa “lagoinha”, e não Entre-Rios – conforme sugerem alguns autores, como Veiga (1994). O desenvolvimento de Ipameri teve influências de imigrantes estrangeiros que já residiam em outras regiões<sup>4</sup> do Brasil. Uma das principais colônias estrangeiras que chegaram ao município foi a de sírios, que eram tratados por “turcos”. Eles desenvolveram e intensificaram o comércio, que antes era representado por “mascates”, viajantes que migravam por todas as partes do país à procura de mercadorias.

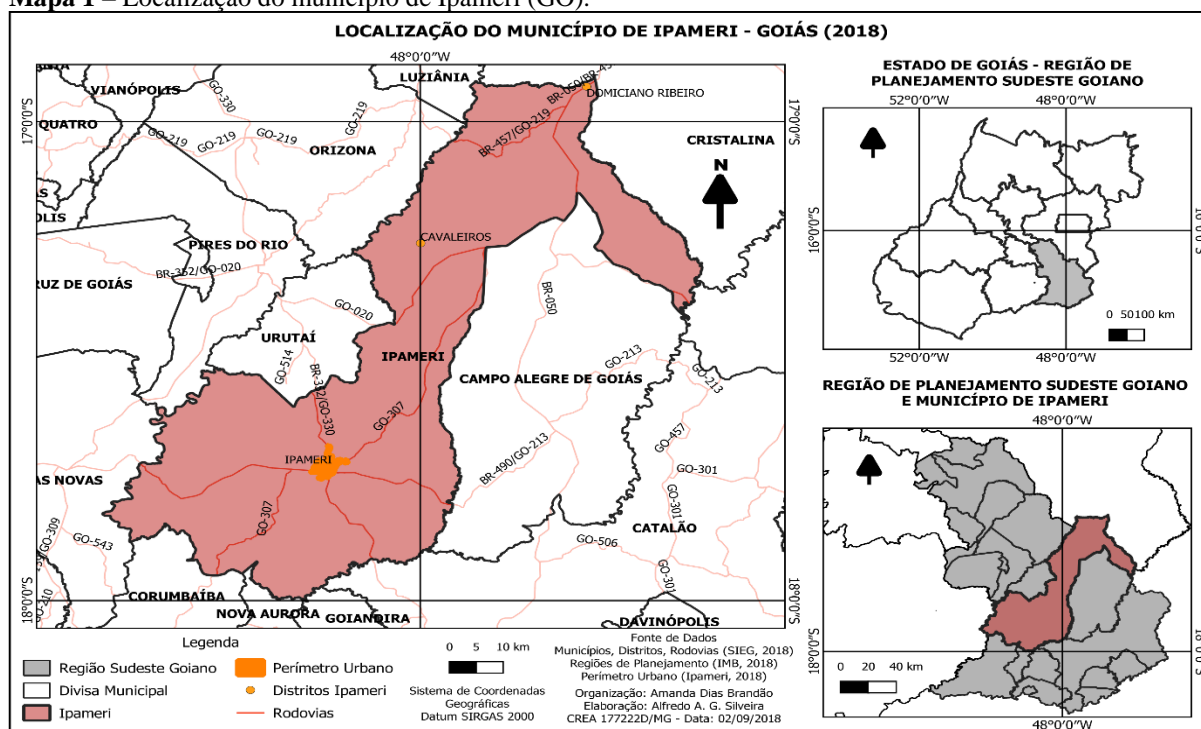
---

<sup>2</sup> A Região de Planejamento Sudeste Goiano, conhecida também como eixo da Estrada de Ferro, é instituída por vinte e dois (22) municípios que se ligam à capital do estado, Goiânia, a saber: Anhangüera; Campo Alegre de Goiás; Catalão; Corumbáiba; Cristianópolis; Cumari; Davinópolis; Gameleira de Goiás; Goiandira; Ipameri; Leopoldo de Bulhões; Nova Aurora; Orizona; Ouvidor; Palmelo; Pires do Rio; Santa Cruz de Goiás; São Miguel do Passa Quatro; Silvânia; Três Ranchos; Urutaí e Vianópolis. É importante ressaltar que essa Região ocupa 25.120,227km<sup>2</sup>, equivalente a 7,39% do território do estado de Goiás. Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/anexos/2011-04/f40892f24f7def77a05e7bce682943ff.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

<sup>3</sup> IPAMERI, Prefeitura Municipal. **História e tradições**. Disponível em: <https://www.ipameri.go.gov.br/ipameri/historia-e-tradicoes.html>. Acesso em: 20 maio 2020.

<sup>4</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) dividiu o país em cinco regiões geográficas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/pdf>. Acesso em: 21 maio 2020.

Mapa 1 – Localização do município de Ipameri (GO).



Fonte: Sistema Estadual de Geoinformação de Goiás (SIEG, 2018); Instituto Mauro Borges (IMB, 2018); Prefeitura Municipal de Ipameri (2018). Org.: Brandão, A. D.; Silveira, A. G.

No início do século XX, a Estrada de Ferro Goiás chegou ao município de Ipameri (GO) e possibilitou um crescimento demográfico e econômico ao interligar essa localidade à região sudeste do Brasil, a mais dinâmica. Dessa forma, o progresso de Ipameri veio com a Estrada de Ferro, de modo que a cidade expandiu significativamente o comércio e os serviços e ficou no *ranking* das principais cidades do estado, após a então capital, Cidade de Goiás. Ademais, Ipameri foi a primeira sede municipal em Goiás a possuir energia elétrica, agência do Banco do Brasil e cinema. Brandão (2005, p. 10) afirma que

[...] falar da cidade de Ipameri seria também falar da Ferrovia. A Estrada de Ferro Goiás chega a Ipameri em 1913, como um prolongamento da linha da Mogiana. A partir daí ocorrem mudanças significativas na economia do Estado, que antes servido apenas pelo lombo do boi, passa a contar com o que fora considerado, em todo o mundo, como símbolo da modernidade no século XIX e início do século XX. (BRANDÃO, 2005, p. 10).

A Estrada de Ferro Goiás se tornou instrumento importante para o escoamento da produção de Goiás e, conseqüentemente, de Ipameri. Contudo, a partir de 1930, o Estado brasileiro se reorganiza e passa a exigir novas estratégias políticas de desenvolvimento pautadas no nacionalismo, no rodoviarismo e em novas políticas governamentais. Nesse segmento, Ipameri perde sua influência econômica no contexto regional, pois outros municípios, como Catalão, são contemplados com a BR-050 e Itumbiara recebe a ponte Afonso Pena, que interliga

Goiás e Minas Gerais.

Dessa maneira, no período de 1940 a 1970, Ipameri fica à margem do desenvolvimento, ou seja, o município permanece economicamente estagnado, pois a Estrada de Ferro Goiás perde para as rodovias a sua função de escoadora de produção. Somente a partir do final de 1970, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), Ipameri retoma a agenda de participação no mercado nacional, no contexto da expansão da fronteira agrícola.

A fronteira agrícola chega a Ipameri por volta de 1980, período da implantação do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). Brandão (2019) e Inocêncio (2010) afirmam que, a partir de 1985, Ipameri e Campo Alegre de Goiás integraram-se a esse projeto, com um total de 29 produtores participantes da Cooperativa Agropecuária do Cerrado Ltda. (COACER), a qual realizou a efetivação do PRODECER.

É importante lembrar que a chegada da fronteira agrícola fez com que os médios<sup>5</sup> agricultores negociassem suas terras, pois eles eram pressionados pela oferta de preço que contribuía para a venda. As transformações advindas da expansão agrícola tiveram como consequências a expulsão do campo, a inovação das técnicas de cultivo e a mudança nas relações de produção. Nesse contexto, as pequenas propriedades não são prioritárias ao desenvolvimento das atividades rurais, por serem vistas como um bloqueio da produção em grande escala, principalmente na monocultura de grãos.

O cenário rural brasileiro sempre foi dominado pela grande propriedade, ficando a pequena propriedade e a agricultura familiar relegadas à subalternidade e, por vezes, ao esquecimento, na formulação das políticas públicas para o setor. A monocultura e a mecanização foram estimuladas por sucessivos governos, como ‘modelo’ de agricultura ‘moderna’ e ‘racional’. O resultado disso foi a expulsão maciça de pequenos proprietários e trabalhadores rurais do campo para as cidades. (BRASIL, 1997, p. 57, grifo do autor).

Em outras palavras, a resistência das pequenas propriedades se torna um desafio para os agricultores que manuseiam o cultivo com a ajuda familiar, muitos são “expulsos”, ou seja, não resistem às pressões advindas das circunvizinhanças constituídas por grandes latifundiários. Diante desse pressuposto, a pequena propriedade rural passa a ser compreendida como produto de conflitos e contradições sociais ao mesmo tempo em que o espaço é tratado como condição da dinâmica socioespacial, *locus* da reprodução das relações de produção. Com

---

<sup>5</sup> Os médios agricultores são aqueles que possuem o “imóvel rural de área superior a (quatro) e até quinze (15) módulos fiscais (lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993)”. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tamanho-propriedades-rurais>. Acesso em 23 nov. 2018.

o estreitamento das pequenas propriedades, isto é, a saída dos pequenos produtores do campo, surge a necessidade de retorno, a qual foi movida por meio dos movimentos sociais, em particular, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que representa a luta pela terra. Em Ipameri, não foi diferente. No início dos anos 2000, o MST, após diversas demandas, consegue estabelecer o primeiro assentamento de reforma agrária, designado por Olga Benário.

O assentamento Olga Benário se localiza à margem esquerda da rodovia GO-213, km12, e possui 5 entradas principais (Fotos, 1 a 5), a 15km da sede do município de Ipameri (Mapa 2). Tem sua origem relacionada à ocupação e à posterior desapropriação da Fazenda Ouro Verde, composta por 4.332 ha. O processo de captura da terra se iniciou em 11 de agosto de 2004, com posse em 22 de julho de 2005 e outorga oficial em 09 de agosto de 2005. (FIRMINO, 2013).

**Foto 1** – Entrada 1 assentamento Olga Benário.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 2** – Entrada 2 assentamento Olga Benário.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 3** – Entrada 3 assentamento Olga Benário.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 4** – Entrada 4 assentamento Olga Benário.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 5** – Entrada 5 assentamento Olga Benário.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

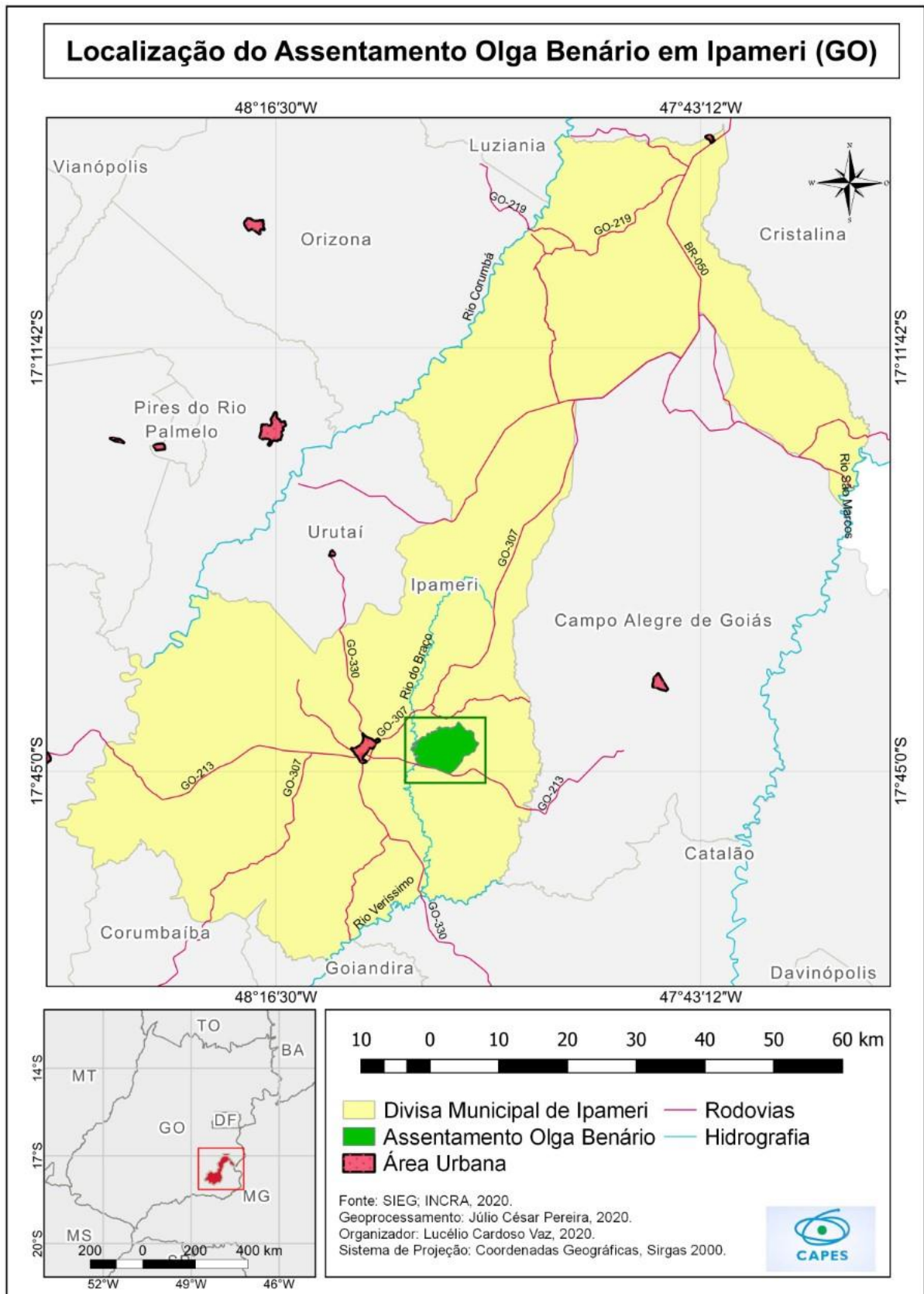
O processo de ocupação pelos assentados, considerado como pré-assentamento, sucedeu-se sob barracos de lona. Firmino (2013, p. 37) pontua que “a chegada ao Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) representa para os trabalhadores do campo a materialização de um sonho, uma conquista, uma vitória, pela qual lutaram arduamente durante vários anos com a esperança de viver dignamente”.

Com o direito à posse, em 2005, foram assentadas 84 famílias – momento que representa a conquista do território, fruto de diversas batalhas. Evidentemente, os obstáculos enfrentados estavam resolvidos e, enfim, as famílias assentadas poderiam reiniciar suas vidas. Todavia, depararam-se com outra realidade; a luta na terra, no sentido econômico e político. Os contemplados com suas “parcelas de chão” necessitavam de recursos financeiros para desenvolverem as atividades produtivas e, nesse contexto, as políticas públicas rurais que atendem aos pequenos agricultores são caminhos para a permanência no campo, independentemente de serem ações de cunho gratuito ou sob a forma de financiamento.

No início do assentamento, todas as famílias faziam parte do MST, entretanto, em 2008, houve um “racha” e, a partir daí, um grupo composto por 6 famílias decidiu criar o Coletivo Margarida Alves. A proposta de organização socioespacial coletiva esteve presente desde o princípio, de modo que as famílias foram consultadas sobre o parcelamento da terra. Porém, naquele momento, todos optaram por trabalhar o solo individualmente.

Estão presentes no assentamento duas associações, a Associação dos Pequenos Produtores do Assentamento Olga Benário (ASSP/OAB) e a Associação Camponesa Regional de Agricultura Familiar (ASCRAF), além de uma cooperativa, a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares de Ipameri (COOPMAFI).

**Mapa 2** – Localização do assentamento Olga Benário no município de Ipameri (GO).



**Fonte:** SIEG; INCRA, 2020. Org.: Vaz, L.C; Pereira, J. C. 2020.

As associações têm por objetivo alcançar recursos tecnológicos e financeiros, bem como auxiliar na produção e, concomitantemente, constituir a comercialização do grupo. Em face dessa realidade, “a proposta era a produção de um único produto por parte dos associados, porém, com as regras do modelo tradicional familiar, com a comercialização realizada em conjunto” (MONTEIRO; PESSÔA, 2012, p. 2).

O assentamento Olga Benário conta com políticas públicas que contribuem ao desenvolvimento da produção e visam a dar condições para a permanência das famílias assentadas no território. Entre as políticas existentes, destacam-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implementado no assentamento em 2015, com o intuito de suprir as necessidades dos pequenos e médios agricultores, e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído no Olga Benário em 2010, para promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Convém registrar que, entre as modalidades do PAA, a exercida nesse assentamento é a Compra por Doação Simultâneo<sup>6</sup>. Portanto, essas são as duas políticas públicas em execução no Olga Benário, as quais foram selecionadas para análise na presente pesquisa. Na próxima subseção, são abordadas as questões conceituais responsáveis pela elaboração das políticas públicas.

## **2.2 Políticas públicas: painel conceitual**

A definição de políticas públicas é complexa, haja vista que não há uma teoria integralizada sobre o tema, e sim diferentes teorias que o retratam conceitualmente. As políticas públicas surgem no Brasil no decorrer do século XIX com a ideia de que “[...] os problemas sociais seriam passíveis de serem solucionados mediante conhecimento apropriado e a aplicação de técnicas específicas” (CAPELLA, 2018, p. 14). Nesse contexto, as políticas públicas estão diretamente relacionadas com a questão do planejamento do setor público, que deve criar técnicas que propiciem conhecer os problemas da sociedade, as causas deles e as formas de solucioná-los. Desse modo, as políticas públicas se interligam aos setores público e privado.

O termo política pública, como campo do conhecimento, inclui em seu significado a finalidade de buscar desenvolvimento e, ao mesmo tempo, colocar em movimento o responsável por analisar essa ação, isto é, o governo. Destarte, é necessário que os agentes do

---

<sup>6</sup> O termo Compra por Doação Simultânea é utilizado no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB).

governo participem diretamente da elaboração das políticas públicas em consonância com a nação, como forma de assegurar a ampla participação popular e os direitos sociais.

Conceituar políticas públicas perpassa pela compreensão da complexidade da dinâmica entre os sujeitos e seus representantes – responsáveis por garantir a cidadania e o bem-estar de todos. Há diversas definições e modelos de políticas públicas, o que ressalta a importância de uma conceituação correta e adequada à área do conhecimento em específico e ao tema que envolve o estudo escolhido. Assim, Souza (2002) apresenta algumas definições de políticas públicas que distinguem

[...] entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários níveis de governo e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo. A política pública envolve processos subsequentes após sua decisão e proposição, ou seja, ela implica também em implementação, execução e avaliação. (SOUZA, 2002, p. 13-14).

Diante dessa realidade, as políticas públicas possuem dois vieses: o político, no qual as decisões compreendem, na maioria dos casos, conflito de interesses, ou seja, políticas públicas de cunho político cujo objetivo é garantir vantagens para o futuro da carreira política, e o viés administrativo, que busca trazer melhorias para a sociedade, focando os problemas sociais com vistas a resolvê-los.

Não há nada de concreto no que concerne à formulação de uma teoria geral das políticas públicas, pois o que se retrata é uma visão holística dos impasses sociais que dispõem da ação do poder público e, às vezes, do privado, na solução de tais problemas. Entende-se, então, que, para formular uma política pública, necessita-se de uma demanda ou problema social para indagar certas explicações. Nesse ponto, vale ressaltar que nenhuma política pública resolverá todos os problemas de uma sociedade.

No século XX, precisamente na década de 1930, as políticas públicas passaram por um processo de aperfeiçoamento e procuraram atender a todos os cidadãos, independentemente do grau de escolaridade, do sexo, da raça, da religião ou do nível social. Abrangeram, portanto, todos os setores: educação, saúde, segurança, mobilidade, ambiente, habitação, entre outros. Nesse contexto, as políticas públicas otimizadas pelo Estado tiveram o propósito de fomentar o desenvolvimento econômico e social e, sobretudo, reduzir a pobreza. (GIANEZINI *et al.*, 2017).

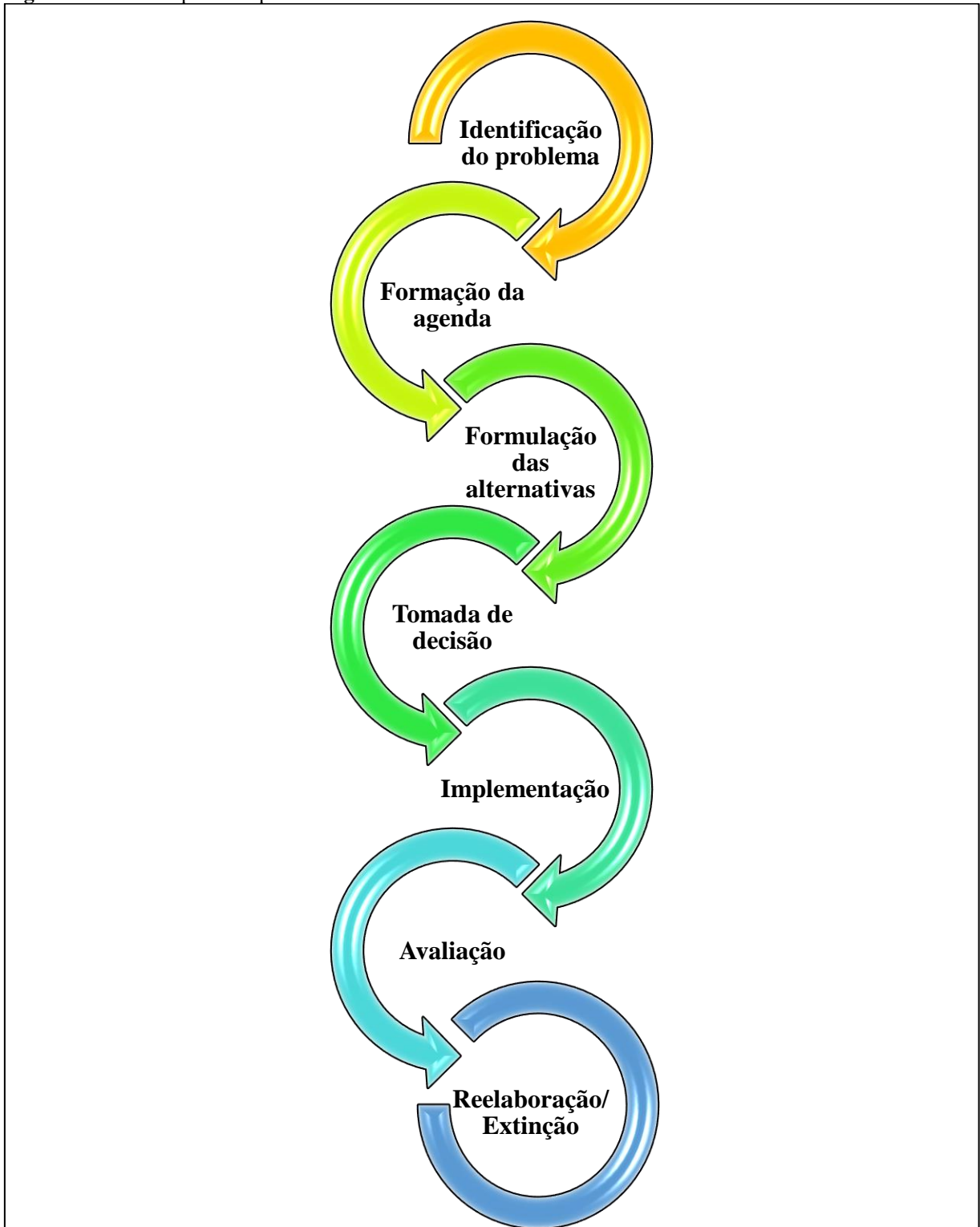
Há diferentes modalidades de políticas públicas, as quais podem ser divididas em dois ramos: as políticas públicas de abrangência geral e as de abrangência específica. As gerais são criadas para atender à demanda nacional, pois são problemas em comum de distintas localidades brasileiras. As políticas públicas específicas, por sua vez, são ações especialmente formuladas para atender a certos grupos, com abrangência peculiar e com o propósito de auxiliar no processo de desenvolvimento de dadas comunidades. De acordo com Souza (2006),

a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. (SOUZA, 2006, p. 25).

As políticas públicas criam relações que envolvem o Estado, a sociedade, a economia e a política. O conjunto desses fatores é analisado e discutido por diversas ciências, a fim de aprimorar o embasamento teórico a respeito das políticas públicas. Dessa forma, conforme supracitado, a Geografia ganha destaque nesse ramo, devido à sua abordagem da sociedade e da natureza. Cada ciência, a seu modo, colabora com os estudos e com a aplicação das políticas públicas de modo a favorecer a qualidade de vida da sociedade.

Para um entendimento mais profundo do papel das políticas públicas e de como elas são elaboradas, é importante considerar uma série de fatores que, juntos, constroem “o Ciclo de Políticas Públicas”. Esse ciclo tem o propósito de demonstrar as etapas da formulação de políticas públicas, a saber: a identificação do problema, a formação da agenda, a formulação de alternativas, a tomada de decisão, a implementação, a avaliação e a extinção ou, ainda, a reelaboração da política. (Figura 1).

**Figura 1** – Ciclo de políticas públicas.



**Fonte:** SPICKER, P. **Social Policy: theory and practice**. 3. ed. Bristol: Policy Press, 2014. Disponível em: <http://www2.rgu.ac.uk/publicpolicy/introduction/soca-dmin.html>. Acesso em: 10 abr. 2020. Org.: VAZ, L. C., 2020.

A identificação de um problema social ocorre no momento em que há uma discrepância entre o *status quo* que cria desconforto na sociedade. A partir do instante em que a comunidade identifica certa ação ou atitude como um problema público e que gera indagações

a respeito daquele transtorno, será imposta coletivamente. Dessa maneira, um problema é distinguido por um conjunto de pessoas que constata circunstâncias na sociedade, como pavimentação de ruas, saneamento básico, coleta de lixo, iluminação pública, saúde, educação, preservação da natureza, habitação, entre outros elementos que afetam a sociedade e se tornam um problema público. Porém, muitos problemas públicos não são questionados devido ao fato de as pessoas se habituarem a eles, como as favelizações nas periferias das grandes cidades.

Num próximo passo, após a identificação do problema social, elabora-se a agenda, isto é, um conjunto de problemas que algum órgão ou alguma autoridade resolve tratar. Nesse sentido, Capella (2018, p. 28) certifica que “o termo agenda é definido como um conjunto de discussões políticas, entendidas como questões legítimas e que chamam a atenção do sistema político”. Segundo Capella (2018), a agenda envolve tanto uma extensão mais generalizada das crenças e entendimentos sobre impasses quanto aspectos concretos, materializados em certidões, como projetos de lei e outros documentos. Destarte, a agenda existe em todas as esferas do governo, representada pelos órgãos federais, estaduais ou municipais, cada qual possuindo seu agrupamento de questões e classificando suas prioridades de ação.

A formulação de alternativas acontece a partir da identificação de um problema, o qual já é conhecido pelos órgãos públicos. Dessa forma, ele é posto na agenda governamental para que seja resolvido ou atenuado. Há iniciativas que devem ser tomadas para a solução dos problemas, como: penalidades por meio de multas; incentivo para que determinado obstáculo torne algo significativo para a sociedade; informações a seu respeito; riscos que podem gerar, entre outras alternativas que, a princípio, procuram sanar a proliferação de contratempas na sociedade.

A tomada de decisão é o momento em que os representantes do executivo, do judiciário e do legislativo, as redes de políticas públicas, as organizações não governamentais e, até mesmo, o mercado tomam decisões de como deverão encarar o problema que é comum a todos. Todas essas ferramentas de tomada de decisão contribuem para a formalização da intenção da política pública. Assim, Rua (2014) estabelece que

a tomada de decisão não significa que todas as decisões relativas a uma política pública foram tomadas, mas, sim, que foi possível chegar a uma decisão sobre o núcleo da política que está sendo formulada. Quando a política é pouco conflituosa e agrega bastante consenso, esse núcleo pode ser bastante abrangente, reunindo decisões sobre diversos aspectos. Quando, ao contrário, são muitos os conflitos, as questões são demasiado complexas ou a decisão requer grande profundidade de conhecimentos, a decisão tende a cobrir um pequeno número de aspectos, já que muitos deles têm as decisões adiadas para o momento da implementação. (RUA, 2014, p. 34-35).

Implementar uma política pública significa transformar intenções em ações. Isso compreende o conjunto dos eventos e atividades que acontecem após a descrição das diretrizes de uma política e envolve tanto o esforço para administrá-la quanto as respectivas consequências sobre pessoas e eventos. Implementar, portanto, é executar a política para a redução do problema público, ou seja, fazer uma política sair do papel e funcionar efetivamente. Na prática, a execução pode ser entendida como um conjunto de decisões e ações efetuadas por grupos ou indivíduos, de natureza pública ou privada, as quais são voltadas para o alcance de objetivos estipulados por meio de sentenças que antecedem uma política pública definida. (RUA, 2014).

No momento em que a política pública for implementada e executada, inicia-se o processo de avaliação, cujo objetivo é investigar se as ações resolveram o problema ou o amenizaram ou, ainda, se estão em execução diante da situação inicialmente imposta, pois existe um conjunto de teorias e conceitos voltados para aperfeiçoar a política pública, em que nem sempre as intenções são transformadas em ações.

A extinção/reelaboração da política pública é a última fase do ciclo, quando ocorre ou não a solução do problema. A política pública pode ser reelaborada, a fim de atender e resolver o problema, ou, quando não há a necessidade de ela persistir, pode ser extinta. A extinção acontece de acordo com a necessidade pública, visto que algumas políticas são extintas por prazo determinado e, caso a situação/problema venha a acontecer novamente, podem ser reativadas.

Em relação ao Ciclo de Políticas Públicas, compreende-se que a formulação de uma política se dá por meio do favorecimento dos meios social e natural, com vistas a proporcionar conforto para dada sociedade e assegurar, também, a preservação do ambiente natural. Em face dessas circunstâncias, Saraiva e Ferrarezi (2006) certificam que políticas públicas

[...] podem denotar várias coisas: um campo de atividade governamental (política de saúde, educacional, comercial), um propósito geral a ser realizado (política de emprego estável para os jovens), uma situação social desejada (política de restauração de centros históricos, contra o tabagismo, de segurança), uma proposta de ação específica (política de reflorestamento dos parques nacionais, de alfabetização de adultos), uma norma ou normas que existem para determinada problemática (política ecológica, energética, urbana), um conjunto de objetivos e programas de ação que o governo tem em um campo de questões (política de produtividade agrícola, de exportação, de luta contra a pobreza). Ou a política como produto e resultado de específica atividade governamental, o comportamento governamental de fato (a política habitacional conseguiu construir  $n$  número de casas, a política de emprego criou  $n$  postos de trabalho), o impacto real da atividade governamental (diminuição do crime urbano, aumento da conclusão do ciclo básico de estudos, diminuição dos preços ao consumidor, redução da inflação), o

modelo teórico ou a tecnologia aplicável em que se sustenta uma política governamental (política da energia, política de renda regressiva, política de ajuste e estabilização). (SARAIVA; FERRAREZI, 2006, p. 30-31).

Destarte, as políticas públicas são constituídas com o objetivo de representar os indivíduos nas suas ações sociais e utilizadas para minimizar os conflitos entre as classes dominantes e dominadas. Nessa perspectiva, a territorialização das políticas públicas rurais foi designada para propiciar o desenvolvimento na área rural e garantir a permanência dos agricultores no campo.

### **2.3 Do território à territorialização das políticas públicas rurais**

A Geografia é uma ciência que estuda a superfície terrestre e a distribuição espacial dos fenômenos significativos da paisagem. Cabe a essa ciência analisar a relação recíproca entre o homem e o meio. Seu principal objeto de estudo é o espaço geográfico, que resulta da ação humana, via trabalho, sobre a natureza. Espaço, território, região, lugar e paisagem formam um conjunto teórico que agrega abordagens passíveis de serem utilizadas em uma análise geográfica.

Os conceitos geográficos objetivam à compreensão do espaço, entendido enquanto totalidade que compõe a sociedade e envolve os estudos das ciências humanas. Assim, essas concepções englobadas em uma só instância, sob pontos de vista distintos, produzem resultados diversos e são estudadas em diferentes áreas do conhecimento científico. O território é uma das categorias da Geografia que se relaciona aos processos de edificação e modificação do espaço geográfico. Nesse sentido, possui inúmeras abordagens, mas a definição normalmente aplicada associa o espaço apossado e delimitado em uma relação de poder. Abramovay (1998) corrobora que

[...] territórios podem ser definidos como lugares de interação entre sociedades humanas e ecossistemas. O território é a maneira como uma determinada sociedade se organiza em sua relação com a natureza. Esta organização supõe formas de coordenação entre organizações sociais, atores econômicos e representantes políticos necessariamente específicas e com uma história própria a cada lugar. No meio rural a noção de território adquire uma dupla importância: em primeiro lugar, ela convida a reflexão sobre o desenvolvimento a voltar-se a um conjunto variado de protagonistas e a superar assim um âmbito estritamente setorial. A diversificação das economias rurais é, portanto, o resultado mais importante do desenvolvimento territorial em áreas não densamente povoadas. Além disso, a noção de território, no meio rural, chama a atenção ao fato de que o processo de desenvolvimento depende fundamentalmente da maneira como cada

localidade vai relacionar-se com os ecossistemas em que vive. (ABRAMOVAY, 1998, p. 83).

A categoria território pode se relacionar com a inserção e com o desenvolvimento das propriedades rurais, visto que, como na definição de território, essas propriedades constituem-se pela apropriação de um espaço por pessoas que utilizam determinada área, para trabalhar e/ou morar. Essas ações consistem em transformar o espaço em um território usado, o que cria relações de poder. Ao existirem relações de poder, eventualmente, surgem conflitos, pois os determinados grupos possuem ideais diferentes, assim como há atritos entre pequenos e grandes proprietários de terras. Monteiro e Pessôa (2012) argumentam que

a construção de um território se dá a partir da ação de grupos sociais. Essa ação pode ser no intuito de apropriação, produção ou dominação do espaço geográfico. Com a territorialização, esses grupos constituem suas territorialidades, que são as atividades cotidianas que passam a ser desempenhadas no território. (MONTEIRO; PESSÔA, 2012, p. 5).

As relações que constituem o território perpassam por inúmeras representatividades de afetividade com o lugar, no qual exerce domínios sociais, políticos e culturais, e possibilitam aos sujeitos organizarem o espaço em que vivem. Santos *et al.* (2006) reforçam que “[o] território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas [...]” (SANTOS *et al.*, 2006, p. 13).

Souza (2012) aborda território com ênfase na identidade de grupos sociais pactuados na ocupação de um determinado espaço. O território é, desse modo, permeado por relações de poder, ou seja, é “espaço de poder demarcado, controlado e governado” por um grupo de indivíduos. É possível constatar, também, que o conceito de território pode ser apreendido para além das relações de poder, haja vista que é sobre o espaço apropriado que uma nação é erigida e incorpora aspectos identitários.

Os territórios podem ser construídos e desconstruídos em um determinado período, como pode ser observado nos assentamentos de reforma agrária edificados para atender a uma demanda por território. Nessa perspectiva,

[...] o território passa a ser entendido não como elemento natural ou artificial sem sujeitos, mas como produto de relações sociais organizadas tanto política como espacialmente e, ao mesmo tempo, como um importante conceito que poderia orientar a organização política e a conquista de melhores condições de vida, ou seja, a transformação social [...]. (SAQUET, 2007, p. 39).

No processo conceitual, Haesbaert (2006) apresenta duas vertentes que têm por finalidade esclarecer o território: I) naturalista e II) etnocêntrica. A vertente naturalista percebe

o território em sentido físico, material, como algo específico do próprio sujeito que resulta na essência sentimental, emocional, e que abrange o seu espaço com a natureza e com os grupos sociais. A vertente etnocêntrica, por sua vez, compreende o território como uma construção social. Visto por esse prisma, o domínio é material e se relaciona ao espaço apropriado por uma classe econômica ou política. Ademais, a adequação simbólica ocorre pela identidade edificada pelas coletividades humanas.

O território se liga, portanto, às vertentes políticas, culturais e econômicas (Quadro 1), as quais representam diferentes perspectivas de abordagem. Com isso, o território passa a ser interpretado a partir das questões sociais, de modo a proporcionar aos sujeitos melhores oportunidades de relacionamento. Assim, é possível certificar que a territorialização das políticas públicas tem por objetivo atender às demandas sociais.

**Quadro 1** – Abordagens conceituais de território em três vertentes básicas.

Dimensão privilegiada	Concepções correlatadas	Concepção de território	Territorialização		Perspectiva da Geografia
			Principais atores/agentes	Principais vetores	
Jurídico-política (majoritária, inclusive no âmbito da Geografia)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado-nação;</li> <li>• fronteiras políticas e limites político-administrativos.</li> </ul>	Um espaço delimitado e controlado sobre / por meio do qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado-nação</li> <li>• diversas organizações políticas</li> </ul>	Relações de dominação política e regulação	Geografia Política / Geopolítica
Cultural(ista)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• lugar e cotidiano;</li> <li>• identidade e alteridade social;</li> <li>• cultura e imaginário (imaginário: "conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, em termos dos quais um indivíduo ou grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo").</li> </ul>	Produto fundamentalmente da apropriação do espaço realizada por meio do imaginário e/ou da identidade social.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• indivíduos;</li> <li>• grupos étnico-culturais.</li> </ul>	relações de identificação cultural.	Geografia Humanística e/ou Geografia Cultural.
Econômica (muitas vezes, economicista) minoritária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• divisão territorial do trabalho;</li> <li>• classes sociais e relações de produção.</li> </ul>	(des)territorialização é vista como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• empresas (capitalistas);</li> <li>• trabalhadores</li> <li>• Estados enquanto unidades econômicas.</li> </ul>	relações sociais de produção.	Geografia Econômica.

**Fonte:** HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização.** Rio de Janeiro, 2007. p. 45. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/pdf>. Acesso em: 30 de jun. 2020. Org.: Vaz, L. C, 2020.

Com base no Quadro 1, em que se representam as três vertentes básicas expostas por Haesbaert e Limonad (2007), a concepção de território que melhor se enquadra na presente pesquisa é a da vertente econômica, em que o território é concebido como um espaço delimitado e controlado sobre o qual atua um determinado poder, seja de caráter particular ou estatal.

A sociedade convive com diferentes tipos de territórios; territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas e disputadas cotidianamente. Convém ressaltar que essa disputa não está limitada à dimensão econômica, uma vez que território é uma totalidade multidimensional em que as disputas se desdobram em dimensões políticas, teóricas e ideológicas. Nessa direção, o conceito de território tem como princípios a soberania, a totalidade, a multidimensionalidade, a pluriescalaridade, a intencionalidade e a conflitualidade. (FERNANDES, 2008).

O território é fruto da construção cotidiana dos indivíduos que o habitam. Dessa maneira, só é possível edificar um novo território a partir da desconstrução do território anterior. O processo de territorialização, ou seja, o fixar-se sobre um dado território, resulta do estabelecimento de uma identidade política e ideológica na formação cultural dos sujeitos sociais. Nesse sentido, a destruição de um dado território ocorre por intermédio dos movimentos socioterritoriais, os quais são formados pelos processos de territorialização. Nesse contexto, Gondim e Monken (2017) asseveram que

as pessoas vivem em constante processo de territorialização, na busca de demarcar territórios que propiciem construir identidade, regras e vínculos. Quando a pessoa se estabelece em determinado lugar, carrega consigo história, hábitos, costumes, pertences, projetos, desejos e dúvidas ao mesmo tempo que encontra e recebe elementos semelhantes e diversos que, em interação, vão contribuir (positiva ou negativamente) para a territorialização. (GONDIM; MONKEN, 2017, p. 36).

O processo de territorialização ocorre concomitantemente à participação dos sujeitos que estabelecem ações modificadoras de um dado território, o que desencadeia um território habitado com suas demandas de poder. Após a territorialização, as atividades humanas acontecem representadas em níveis, como nos contextos políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Esses níveis definem a reprodução a partir da exploração de um território no qual é possível detectar as alterações da paisagem.

Territorializar é, nesse sentido, compreender os conflitos produzidos na dinâmica socioespacial dos lugares, dos variados fluxos que animam os territórios e dos inúmeros espaços da vida cotidiana, o que revela como os sujeitos (individual e coletivo) produzem e reproduzem,

socialmente, suas conjunturas de existência. Destarte, o processo de territorialização se destaca pela criação de

[...] mediações espaciais que nos proporcionem efetivo ‘poder’ sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de ‘dominação’ e ‘apropriação’ ao mesmo tempo. (HAESBAERT, 2007, p. 97, grifo do autor).

Um fator importante no processo de territorialização é a implementação de políticas públicas que visem a proporcionar desenvolvimento ao território e àqueles que o habitam. Entre as diversas existentes, vale destacar as políticas públicas rurais – que circundam o tema deste trabalho. Essas políticas têm o intuito de organizar um espaço, estabelecer relações sociais sobre ele e permitir a constituição de identidade.

Ao analisar as políticas públicas e as possíveis relações com o conceito de território, é preciso entender o encadeamento da territorialização das políticas públicas rurais. Nesse sentido, a territorialização é um processo de reconhecimento do território, que pressupõe o ato de habitar e vivenciar uma prática, um modo de fazer, uma técnica que assegura o reconhecimento do ambiente, das condições de vida de determinado território, assim como o acesso dos indivíduos a ações sociais que viabilizam o próprio desenvolvimento.

As questões econômicas são as principais motivações para a ocupação de um dado território. De outro ângulo, as políticas públicas são as responsáveis pela permanência e pelo desenvolvimento desses territórios. Com base nesse pressuposto, as políticas para o desenvolvimento social estão interligadas ao planejamento do setor público e objetivam melhorar a qualidade de vida da sociedade.

Compreende-se, portanto, que as políticas públicas são intermediadas pelas interferências do Estado para promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar da sociedade. Na área rural, há a necessidade dessas políticas públicas para que se proporcionem a estabilidade na produção e, concomitantemente, a própria permanência dos sujeitos habitantes nessa área.

As políticas públicas rurais tiveram desenvolvimento na década de 1990, período em que o neoliberalismo passa a ser referência econômica global. Nessa fase, que compreende os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, as políticas públicas voltadas para o campo no Brasil não tinham estrutura nem inovação. Tal fato levou à extinção de empresas que auxiliavam no desenvolvimento rural, como a da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em 1990. Essa ação repercutiu nas

importações e nas exportações e, por conseguinte, abalou a economia do país. Diante disso, o Estado tinha que agir para consertar os erros cometidos e, então, fomentar as políticas públicas para a agricultura familiar, com o fito de combater a pobreza rural. (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

Segundo Bolter, Schneider e Haas (2015), em meados da década de 1990,

[...] inúmeras políticas públicas foram voltadas para o meio rural. Inicialmente, foram instituídas políticas de cunho produtivo/econômico, por meio de ações de crédito, as quais possibilitaram o fortalecimento individual e coletivo dos agricultores familiares. (BOLTER; SCHNEIDER; HAAS, 2015, p. 466).

No ano de 1995 – início do governo de Fernando Henrique Cardoso –, surgiu o Programa Comunidade Solidária, com o propósito de apoiar os mais pobres no país, isto é, aqueles inseridos em patamares inferiores a situações dignas de vida. Em 2003, no governo Lula, essa política social foi consolidada mediante a implantação do Programa Fome Zero, que objetiva o direito de alimentação à população brasileira e de dignidade às populações vulneráveis, por meio do Programa Bolsa Família, que visa a garantir a alimentação das famílias e o acesso delas à educação e à saúde.

As políticas públicas direcionadas ao meio rural atestam a incorporação da população rural que era excluída dos programas governamentais, como os agricultores familiares, os assentados pela reforma agrária, as mulheres, os jovens, os indígenas e os quilombolas. Nesse contexto, as políticas públicas rurais têm em vista o desenvolvimento do campo, para o qual o Estado passou a criar ações em prol da evolução dos indivíduos que possuem a terra como meio trabalho (TECCHIO, 2012).

No final do século XX, encaminhou-se uma série de políticas públicas destinadas a propiciar maior progresso ao meio rural, a saber: o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); o Programa Luz para Todos; o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF); Juventude Rural; Mulheres Rurais; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O Programa Nacional de Habitação Rural foi criado em 2009, por intermédio da Lei 11.977, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, com o objetivo de viabilizar ao agricultor familiar, ao trabalhador rural e às comunidades tradicionais uma moradia digna no campo. O PNHR permite construir uma nova casa ou, ainda, reformar, ampliar ou concluir uma casa existente. Bolter, Schneider e Haas (2015, p. 470-471) pontuam que “[...] para os beneficiários acessarem o programa, permanece o dever de estarem organizados de forma

associativa por entidades sem fins lucrativos ligadas ao meio rural (cooperativas, associações, etc.) ou pelo poder público municipal”. Ou seja, para acessarem o Programa e se beneficiarem dessa política é necessário que os agricultores familiares se organizem coletivamente.

O valor total para custear a obra dependerá do *status* econômico da família, pois o PNHR visa a atender aqueles que não possuem condições para construir sua moradia. Nessa perspectiva, a política pública de habitação rural contribui para o bem-estar dos agricultores familiares no campo, porquanto se configura como um incentivo que promove a qualidade de vida desses sujeitos. Tal política foca o desenvolvimento e a inclusão social das famílias por meio da “oferta” de moradia e de energia elétrica pelo Programa Luz para Todos. (BOLTER; SCHNEIDER; HAAS, 2015). O Programa supracitado “[...] assegura que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, que proporciona o crescimento da demanda por energia elétrica, o aumento de renda e a inclusão social da população beneficiada” (BRASIL, 2015, p. 05)<sup>7</sup>.

Criado em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Programa Luz para Todos tem o objetivo de ofertar o atendimento de energia elétrica à parcela da população do meio rural que ainda não possui o acesso a esse serviço público. Tal política cria condições para a inclusão social do homem do campo. Beneficiam-se do Programa as populações rurais, como os assentamentos de reforma agrária, os territórios indígenas, as reservas extrativistas e as comunidades quilombolas.

O processo de melhoria da qualidade de vida das pessoas residentes na área rural depende de ações governamentais, de políticas públicas que facultem os direitos e contribuam com o desenvolvimento social e econômico do campo. Diante do pressuposto, os programas governamentais incentivam a produção e a venda de mercadorias oriundas, principalmente, da agricultura familiar. Entre esses programas, destaca-se o PRONAF, constituído por linhas de crédito que auxiliam agricultores familiares em suas produções rurais.

Bataglin (2012, p. 44) assevera que “o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) representa uma das políticas públicas que veio atender a um segmento da sociedade até então excluído pelo sistema econômico vigente”. Essa política intenta ampliar a renda arrecadada pelo agricultor e aperfeiçoar o uso da mão de obra familiar por meio de financiamentos de atividades e serviços – agropecuários ou não – cujo desenvolvimento se dá em propriedade rural ou em áreas comunitárias próximas. Segundo o Banco do Nordeste do Brasil (2012, p. 13),

---

<sup>7</sup>Disponível em: <https://www.mme.gov.br.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2020.

o PRONAF destina-se ao apoio financeiro das atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho da família produtora rural, entendendo-se por atividades não-agropecuárias os serviços relacionados ao turismo rural, à produção artesanal, ao agronegócio familiar e outras prestações de serviços ao meio rural que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar. Os créditos do Pronaf podem se destinar a custeio, investimentos ou integralização de cotas-partes de agricultores familiares em cooperativas de produção. (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2012, p. 13).

O PRONAF possui inúmeras linhas de financiamento. Abaixo, estão representadas as que atendem aos agricultores familiares (Quadro 2) e que viabilizam crédito para custear as produções agropecuárias. Nesse sentido, essas linhas de crédito possuem o objetivo de amparar os produtores do campo e suas famílias em suas necessidades. Assim, as mulheres e os(as) filhos(as) de agricultores(as) também podem receber o auxílio oferecido pelo PRONAF.

**Quadro 2** – Linhas de crédito rural do PRONAF.

Linha	Beneficiários	Finalidade	Limites	Juros	Prazo/Carência
Pronaf Custeio	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, com renda bruta anual de R\$ 6 mil até R\$ 110 mil, exceto nos grupos “A”, “A/C” e “B”.	Custeio para atividades agropecuárias.	Até R\$ 10 mil.	1,5% a.a.	Até 3 anos: açafraão e palmito. Até 2 anos: demais.
			Acima de R\$ 10 mil e até R\$ 20 mil.	3% a.a.	
			Acima de R\$ 20 mil e até R\$ 50 mil.	4,5% a.a.	
Pronaf Agroindústria	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, suas cooperativas e associações, exceto os enquadrados nos grupos “A”, “B” e “A/C”	Custeio e investimento para implantação, ampliação, recuperação e modernização de pequenas e médias agroindústrias	INVESTIMENTO – PF: até R\$ 10 mil individual e PJ: até R\$ 500 mil.	1% a.a.	Até 8 anos/até 5 anos
			INVESTIMENTO – PF: acima de R\$ 10 mil e até R\$ 20 mil individual e PJ: de R\$ 500 mil até R\$ 10 milhões.	2% a.a.	
			INVESTIMENTO – processamento e industrialização de leite e derivados e PJ: acima de R\$ 10 milhões e até R\$ 25 milhões.	3% a.a.	
			CUSTEIO – PF: até R\$ 5 mil e PJ: até R\$ 10 milhões.	4% a.a.	Até 1 ano.
Pronaf Programas Especiais – Jovem	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf.	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades de	INVESTIMENTO: até R\$ 10 mil.	1% a.a.	Até 10 anos/até 5 anos.

		interesse do(a) jovem agricultor(a).			
Pronaf Mulher	Agricultoras familiares enquadradas no Pronaf.	Investimento para atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades de interesse da mulher agricultora.	INVESTIMENTO: “A”, “A/C” e “B”: até R\$ 2 mil, demais agricultoras enquadradas no Pronaf: conforme estabelecido na Linha Pronaf Investimento.	“A”, “A/C” e “B”: 0,5% a.a. Demais: os da Linha Pronaf Investimento.	Até 2 anos: “A”, “A/C” e “B”. Até 10 anos/5 anos: demais produtoras.
Pronaf Mais Alimentos	Agricultores familiares enquadrados no Pronaf, exceto nos grupos “A”, “A/C” e “B”.	Projetos de investimento para a produção de açafrão, arroz, café, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo e trigo, e para frutas, olerícolas, apicultura, aquicultura e pesca, avicultura, gado de corte, leite, caprinos e ovinos e suinocultura.	De R\$ 10 mil até R\$ 130 mil.	2% a.a.	Até 10 anos/até 3 anos.

**Fonte:** BANCO CENTRAL DO BRASIL. PRONAF resumo das linhas de crédito 2019. Org.: Vaz, L. C.

Conforme o Quadro 2, o PRONAF promove aos agricultores familiares um custeio com juros tabelados de acordo com as condições do devedor. As diferentes modalidades oferecem linhas de créditos a diversos segmentos de produtores rurais e têm sido um mecanismo de fixação do homem no campo. Evidencia-se, portanto, que a população rural carece de atenção e suporte do Estado para manter a produção de alimentos.

As políticas públicas rurais para a juventude criam espaços em que os jovens do campo tenham a oportunidade de desenvolver atividades que agreguem valor à produção; permitem autonomia social e econômica e evitam o deslocamento desses jovens do campo para a cidade. Para que a agricultura familiar seja valorizada, há a necessidade de que eles possam se fixar no campo. Uma das alternativas criadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96 é a educação direcionada para o meio rural, a qual tem sido realidade em diversos estados brasileiros. Essa educação garante aos povos do campo o direito a um ensino adequado à sua diversidade sociocultural, com adaptações e modificações nos conteúdos curriculares e nas metodologias de ensino.

As linhas do PRONAF Jovem oferecem linhas de crédito específicas para os filhos dos agricultores familiares e têm por finalidade investir nas atividades agropecuárias, no

turismo rural, no artesanato e em outras atividades de interesse do(a) jovem agricultor(a). Nesse contexto, há programas como: o Agroamigo, Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste cujo propósito é aprimorar o perfil social e econômico do(a) agricultor(a) familiar do Nordeste, do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, e o Programa Nossa Primeira Terra, que integra o Programa Nacional de Crédito Fundiário com o intuito de proporcionar aos jovens brasileiros a chance de adquirir sua terra, permanecer no campo e colaborar para o desenvolvimento rural. Castro e Barcellos (2015, p. 551) afirmam que

muitos (as) jovens compartilham o desafio de vivenciar a agricultura familiar [...] no Brasil e, a partir dela, tentar viabilizar sua autonomia social e econômica. Uma constante ainda é a saída do seu local de moradia ou a circulação em postos sazonais de trabalho em busca da autonomia. A perspectiva geracional de envelhecimento da população rural, a cisão dos mecanismos de sucessão rural e a concentração da terra são alguns de seus efeitos. [...] a juventude é considerada como um ator importante no desenho das políticas no Brasil, devido à difusão do paradigma do jovem como sujeito de direitos. (CASTRO; BARCELLOS, 2015, p. 551).

Segundo Castro e Barcellos (2015), a juventude rural é composta por filhos de agricultores familiares que lidam com a terra no manuseio do plantio, criam bovinos, equinos, suínos, ovinos, caprinos, galináceos e, também, desenvolvem outras atividades para além do ramo da produção, mas que retratam realidades do campo, como o turismo rural. Vale acentuar que esse turismo resgata a cultura da área rural, na qual são notáveis as questões de representação e identidade.

Assim como as políticas públicas para a juventude rural, também merecem destaque as políticas públicas para as mulheres rurais. As políticas que atendem às mulheres rurais brasileiras ainda são mínimas, o que justifica as diversas lutas empreendidas por elas na perspectiva de gênero e de fortalecimento da luta pela emancipação humana. As mulheres contribuem para a superação das desigualdades sociais ao ingressarem no mercado de trabalho em condições análogas às dos homens, ao tornarem-se chefes de família e ao assumirem toda a responsabilidade de sustento dos filhos e, por vezes, até mesmo de seus esposos.

O fato de ser mulher e desenvolver atividades no campo – vistas, até então, como funções masculinas – transcende barreiras historicamente construídas pela humanidade. Infelizmente, muitas mulheres não conseguem ir adiante, muitas são vítimas de preconceito e/ou feminicídio. Em face disso, fica evidente a importância das políticas públicas que visam assegurar os direitos das mulheres rurais. O PRONAF Mulher garante o investimento em atividades rurais, como a pecuária, a agricultura, o turismo rural, o artesanato e outras funções

de interesse feminino. Na perspectiva de que o trabalho da mulher na área rural é parte fundamental da agricultura familiar, Siliprandi e Cintrão (2015) dizem que

na agricultura familiar, além do trabalho na casa, as mulheres participam do trabalho na agricultura (preparação do solo, plantio, tratos culturais, colheita, pós-colheita) e também se responsabilizam pelo ‘quintal’, onde podem realizar atividades agrícolas (hortas, pequeno roçado para consumo, transformação de alimentos) e o trato dos animais, especialmente aqueles de pequeno porte e/ou destinados ao consumo direto da família. Por serem muitas vezes realizadas próximas à casa e concomitantemente a outras tarefas, as atividades agrícolas das mulheres são vistas, em geral, como uma extensão das suas tarefas domésticas ou como uma ‘ajuda’, não sendo contabilizadas em termos monetários e nem consideradas como ‘trabalho’. (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 574, grifo dos autores).

Como asseveram os autores supracitados, as mulheres contribuem para a renda da unidade familiar, garantindo o seu sustento e de seus entes próximos. Mesmo dedicando-se a auxiliar nas atividades rurais, não há reconhecimento do trabalho da mulher, mas sim a desvalorização da função exercida, justificada por dois fatores: o material (a mulher não tem acesso à renda do seu trabalho) e o simbólico (a mulher não tem o reconhecimento da sua colaboração econômica à renda familiar). Resistir e lutar contra todas essas imposições não são tarefas fáceis e tornam o cotidiano da lida feminina no campo um árduo exercício. Entretanto, com o uso e a ampliação da tecnologia da informação, como a agricultura de precisão e a mecanização das atividades rurais, o trabalho no campo deixou de necessitar estritamente da força física masculina.

Ante os obstáculos que as mulheres rurais enfrentam, as políticas públicas são alternativas para que elas consigam executar suas atividades e tenham reconhecimento pelo trabalho administrado e realizado. A luta das mulheres na conquista por mais representatividade, levaram-nas a fazer parte dos movimentos sociais rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) e outras movimentações sociais que representam a mulher em distintas áreas. Todos esses movimentos agregam força e independência à mulher na direção de torná-la dona de seu próprio negócio.

A realidade das políticas públicas rurais e as atividades executadas no campo permitiram a elaboração de diversos programas públicos que proporcionam aos agricultores estabilidade para a produção de alimentos básicos e de mercado. Em Ipameri, no Assentamento Olga Benário, bem como em vários outros assentamentos de reforma agrária, além do PRONAF, as duas políticas públicas que mais têm contribuído para valorizar a agricultura

familiar e assegurar renda aos produtores são o PNAE e o PAA, os quais são tratadas na próxima seção.

As políticas públicas para a reforma agrária compõem o conjunto de leis que regularizam e sistematizam a distribuição de glebas no Brasil, para que seja cumprida a função social da terra.

## **2.4 Reforma agrária: política de acesso à terra**

A reforma agrária tem por intuito garantir a distribuição de terras para que ela exerça sua função social. Nesse sentido, o Estatuto da Terra (1964) certifica que a reforma agrária é “o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”<sup>8</sup>. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pontua que a execução da reforma agrária cumpre as seguintes funções:

[...] desconcentração e a democratização da estrutura fundiária; produção de alimentos básicos; geração de ocupação e renda; combate à fome e à miséria; diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; interiorização dos serviços públicos básicos; redução da migração campo cidade; democratização das estruturas de poder; promoção da cidadania e da justiça social. (INCRA, 2020)<sup>9</sup>.

A Lei nº 8.629 de 1993 institui critérios para desapropriação e aquisição de áreas para fins de reforma agrária. Em um desses critérios, a lei estabelece que os beneficiários deverão ser territorializados em terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada. No início, executam-se as desapropriações de áreas destinadas à reforma agrária e, em seguida, ocorre o processo de parcelamento, ou seja, a divisão de glebas em unidades familiares. Convém ressaltar que, em muitas situações, as áreas desapropriadas ou adquiridas pelas famílias não possuem condições de moradia nem de produção.

Os assentamentos<sup>10</sup> de reforma agrária são estratégias para distribuição e redistribuição de terras. A redistribuição das glebas é feita pelo Estado com a desapropriação

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.incra.gov.br>.

<sup>10</sup> O assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo Incra onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2020.

de latifúndios improdutivos, o que dá aos agricultores o direito de acesso à terra para o desenvolvimento socioespacial – importante elemento para fixação do homem no campo. Ao contribuírem para o desenvolvimento social, econômico e ambiental, esses assentamentos intentam promover a redução da miséria e da pobreza, a diminuição do êxodo rural, a produção de alimentos e a ampliação de renda por meio da inclusão socioprodutiva. Nesse sentido, Miralha (2006) defende que a reforma agrária

[...] possui uma grande importância, principalmente no âmbito social. É unânime entre os estudiosos favoráveis à reforma agrária a sua importância social, como uma política de distribuição de renda e de inclusão social, ‘desafogando’ pequenos arrendatários, parceiros, meeiros, e minifundiários e proporcionando a oportunidade de uma grande parte de pessoas que estão nas periferias das grandes cidades e excluídos do mercado de trabalho e que foram expulsas do espaço rural nas décadas de 1960/1970 migrando para as cidades, em decorrência da cruel modernização conservadora e da industrialização do país, voltarem para o campo, agora com as condições para produzir de maneira viável, resgatando assim sua dignidade. (MIRALHA, 2006, p. 164, grifo do autor).

Em Goiás, a reforma agrária se efetivou com a criação do primeiro assentamento, denominado Mosquito, fundado em 1986 pelo INCRA. Nesse caso, o processo de “ocupação” ocorreu de forma diferenciada, pois, naquele período, não existia o MST em Goiás e as ações foram promovidas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itapuranga (GO), com apoio da Diocese de Goiás.

Diante dessa realidade, Hora, Mauro e Calaça (2019) entendem que os assentamentos de reforma agrária envolvem um processo para a aquisição de uma parcela de terra, ou seja, a conquista de um território implica diferentes condições que os indivíduos enfrentam na luta pela terra. A reforma agrária é uma luta cotidiana, primeiramente, para alcançar a condição de assentado e, depois, para conseguir um conjunto de políticas públicas capazes de possibilitar a permanência na gleba.

os assentamentos rurais, na sua constituição, determinam uma nova paisagem expressa pela organização peculiar dos barracos, ainda que de lona, na organização do trabalho e na sua forma de apropriação da natureza. Tal relação, à medida que se estabelece e consolida, tem nos assentados sua expressão máxima, como sujeitos do processo, uma vez que, ao conquistarem seu território, tornam-se produtores de novas espacialidades. (HORA; MAURO; CALAÇA, 2019, p. 146).

Assim, a reforma agrária modificou as estruturas sociais no espaço agrário brasileiro e amparou aqueles indivíduos que não possuíam glebas de terras e lutaram por uma, o que trouxe a oportunidade de garantir o sustento e a reprodução social de suas famílias no

campo, por meio da execução das ações públicas.

Em 1994, sob o governo do presidente Itamar Augusto Cautiero Franco, houve um impulso no processo de homologação dos projetos de assentamentos de reforma agrária, principalmente no território goiano. A reorganização agrária se fazia presente em diferentes discursos, porém a efetivação ocorreu no último ano do governo Itamar e resultou na criação, em Goiás (Quadro 3), de 18 projetos e na homologação de 430 famílias.

Posteriormente, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) deu continuidade ao processo de homologação dos assentamentos de reforma agrária. Em Goiás, foram implantados 139 projetos de assentamento e homologadas 13.035 famílias. Entre 2003 e 2010, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, concretizaram-se no referido estado 128 projetos e 10.530 famílias foram homologadas.

Dilma Vana Rousseff, que governou o Brasil entre 2011 e 2016, implementou 22 projetos de assentamentos de reforma agrária em Goiás, com a efetivação de 3.468 famílias. Em 2016, após o *impeachment* de Dilma e a entrada de Michel Miguel Elias Temer Lulia, foram 5 projetos de assentamentos implantados no estado, com o total de 59 famílias contempladas com glebas.

Mediante a análise dos dados disponibilizados na plataforma do INCRA (1994-2019), constata-se uma queda drástica do número de projetos de reforma agrária e de famílias homologadas em Goiás, após 2016. A partir desse ano, não houve nenhuma área desapropriada para tal finalidade. Mesmo com a mudança presidencial, no ano de 2019, a reforma agrária continua estagnada, ou seja, os cadastros na plataforma do INCRA permanecem suspensos.

**Quadro 3** – Projetos de reforma agrária implantados e famílias homologadas em Goiás.

Execução anual de projetos criados e famílias homologadas pela reforma agrária em Goiás.			
		<b>Projetos</b>	
		<b>Famílias homologadas</b>	
Goiás	Até 1994	18	430
	1995	9	1.026
	1996	19	2.097
	1997	24	2.128
	1998	32	2.303
	1999	22	2.115
	2000	11	1.766
	2001	14	943
	2002	8	657
	2003	2	421
	2004	9	377
	2005	30	2.490
	2006	24	3.036
	2007	21	1.449
	2008	3	388
	2009	21	1.247
	2010	18	1.122
	2011	2	275

	2012	5	402
	2013	4	777
	2014	5	1.290
	2015	4	711
	2016	2	13
	2017	5	59
	2018	-	-
	2019	-	-
<b>Totalização:</b>		<b>312</b>	<b>27.522</b>

Fonte: INCRA, 2020. Org.: Vaz, L. C.

A partir do banco de dados do INCRA, detecta-se uma oscilação da reforma agrária em Goiás no período de 1994-2019. Em face do Quadro 3, observa-se que o número de projetos e de famílias assentadas é variável a cada ano. Importa enfatizar que a implementação e o processo de homologação dependem do órgão responsável – o INCRA –, o qual tem a atribuição de realizar a reforma agrária no Brasil. Dentro do período abrangido no quadro acima, no estado de Goiás, a totalização de projetos criados, aprovados e reconhecidos soma 312 e a de famílias contempladas chega a 27.522.

No município de Ipameri, há um assentamento de reforma agrária, o Olga Benário, no qual todos os processos burocráticos para acesso à terra foram estabelecidos, conforme referiu-se em itens anteriores. Acrescenta-se que, no município, existe um pré-assentamento conhecido por Ana Ferreira, no qual as famílias ocuparam a propriedade e aguardam a regularização das documentações.

Mediante o que foi apresentado, depreende-se que, no território Olga Benário, as políticas públicas de incentivo à permanência das famílias no campo se fazem presentes, como o PNAE e o PAA, os quais serão abordados na próxima seção.

### **3 OS ENTES DE DIREITO E CIDADANIA: os pilares da permanência no campo**

### **3 OS ENTES DE DIREITO E CIDADANIA: os pilares da permanência no campo**

Esta seção foi elaborada por meio das atividades realizadas no processo de construção da pesquisa bibliográfica e documental. Desse modo, possui como objetivo discutir de forma geral a agricultura familiar e sua trajetória; os programas PNAE e PAA voltado para o desenvolvimento do pequeno agricultor no campo e sua permanência na área rural.

A agricultura familiar é uma atividade importante e está presente no mercado brasileiro. Viabiliza a produção de renda que contribui para a redução do movimento campo/cidade e auxilia na permanência do pequeno agricultor no meio rural. A agricultura familiar é a responsável em garantir a maioria dos produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros.

O PNAE e o PAA são políticas públicas voltadas para os agricultores familiares, no intuito de subsidiar o rendimento econômico ao pequeno agricultor, e ao mesmo tempo colaboram para o sustento familiar, ou seja, essas políticas visam combater a vulnerabilidade alimentar no país. Permanecer na área rural é desafiador para os agricultores familiares, pois somente a parcela de terra não é o suficiente, o agricultor necessita de investimento para assim garantir um mercado com renda. A permanência no campo está cada vez mais difícil, a falta de incentivos por conta do Estado faz com que a população rural migre para as cidades a procura de melhores condições de vida, principalmente os jovens.

#### **3.1 A estratégia bibliográfica e documental no delineamento do estudo**

A pesquisa bibliográfica possibilitou o levantamento de dados teóricos relacionados ao tema da pesquisa. Uma pesquisa bem amparada em autores, tende a discutir teorias diferenciadas e garantir uma fundamentação concisa. Sobre a pesquisa bibliográfica Marconi e Lakatos (2010) asseguram que,

a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação oral: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, querem publicadas, querem gravadas. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 166).

Na construção de um processo de investigação é necessário o suporte da pesquisa bibliográfica, pois ao determinar a escolha de uma temática é essencial fazer uma revisão de literatura do conteúdo escolhido. Nessa perspectiva, a pesquisa teórica pode ser entendida como a base para o desenvolvimento do trabalho, pois é a partir de uma revisão literária concisa que se vislumbra um caminho coeso, no qual dispõe referências de autores que são especialistas nas respectivas áreas. É indispensável para o desenvolvimento da pesquisa, que o domínio sobre a temática seja suficiente para apresentar de forma lúcida a proposta, justamente por isso, que o embasamento teórico se faz presente, como um caminho, para o pesquisador seguir uma direção comprovada cientificamente.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se efetiva tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações provenientes de material gráfico, sonoro ou informatizado. Para efetuar esse tipo de pesquisa, deve-se fazer um levantamento dos temas e tipos de abordagens já trabalhadas por outros estudiosos, assimilando-se os conceitos e explorando-se os aspectos já publicados, tornando-se relevante levantar e selecionar conhecimentos já catalogados em bibliotecas, editoras, videotecas, na internet, entre outras. (PRESTES, 2013, p. 30).

Do exposto acima é possível extrair o quão a pesquisa bibliográfica é importante ao auxiliar o pesquisador a responder os objetivos propostos de forma precisa e clara. Vale ressaltar, que o investigador necessita rever, interpretar, reanalisar ou mesmo criticar as reflexões teóricas ou paradigmas já existentes sobre a proposta de estudo.

Esta seção tem o aporte teórico fundamentado em livros, artigos, dissertações e teses. Para melhor argumentar e instruir-se a respeito da agricultura familiar fez-se necessário autores como Abramovay (1998), Brumer (1997), Fuller (1990), Haesbaert (2007), Lamarche (1998), Landal *et al* (2013), Pasqualotto, Kaufmann e Wizniewsky (2019), Sampaio (2015), Sousa, Michelotti e Costa (2010), Silva (2015), Silva e Mendes (2015), Schneider (2003, 2009), Schneider e Niederle (2009) e Schneider e Cassol (2013).

Araújo (2012), Malaguti (2015), Oliveira (2015) e Silva (2019) possibilitou entender os programas PNAE e PAA e sua execução por agricultores familiares no campo. Outrossim, para a apreensão da permanência dos agricultores rurais Breitenbach e Corazza (2017), Carmo (2010), Santos (2012), Souza (2002) e Vantropa (2009) abordam elementos que contribuíram para entender a condição ou mesmo a razão dos agricultores familiares permanecerem no campo.

Se por um dado ângulo a pesquisa bibliográfica permite a discussão teórica do tema pesquisado, por outro a pesquisa documental traz uma riqueza de informações que caracterizam o tempo e o espaço de determinados acontecimentos. Nessa perspectiva, a análise de

documentos proporciona ao sujeito pesquisador, a comprovação pertinente à um passado no qual ele não pôde vivenciar. Assim, a pesquisa documental “[...] é característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências (MARTINS; THEÓPHILO, 2016, p. 53).

A pesquisa documental apresenta-se de fundamental importância para o presente estudo, pois, há diferentes dados que dizem respeito as políticas públicas que beneficiam os pequenos produtores, ademais, a análise de documentos torna-se um complemento a pesquisa bibliográfica. Desta maneira, algumas portarias e leis disponibilizadas *online* contribuíram para a pesquisa. A consulta aos *sites* de determinados órgãos governamentais tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB), Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério da Cidadania, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), entre outros, permitiram a coleta de dados e informações para o trabalho acadêmico.

Documento é o nome genérico dado às fontes de informação bibliográficas que ainda não receberam organização, tratamento analítico e para publicação. São fontes documentais tabelas estatísticas, relatórios de empresas, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos, fotografias, epitáfios, obras originais de qualquer natureza, correspondência pessoal ou comercial etc. A utilização de qualquer dessas fontes de informação caracteriza a pesquisa como pesquisa documental. (SANTOS, 2004, p. 30).

A pesquisa documental é bastante utilizada nas ciências sociais e humanas. A Geografia é uma ciência que aborda as relações existentes entre os sujeitos, no qual as fontes primárias auxiliam na coleta de dados por meio de documentos escritos ou não. Pode-se afirmar que este tipo de pesquisa é considerada primária, ou seja, as informações e dados ainda não foram tratados de forma científica ou mesmo analítica.

O uso de documentos e a análise de dados sobre o município de Ipameri (GO), o Assentamento Olga Benário e as políticas do PNAE e do PAA se tornaram importantes para a comprovação e validação das referências levantadas por esta pesquisa. Segundo Godoy (1995),

a escolha dos documentos não é um processo aleatório, mas se dá em função de alguns propósitos, ideias ou hipóteses [...] o acesso a documentos oficiais, como leis e estatutos, será mais fácil do que àqueles de uso particular de uma empresa ou os de caráter pessoal, como as cartas [...] A análise de conteúdo [...] consiste em um instrumental metodológico que se pode aplicar a discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte. (GODOY, 1995, p. 23).

Outro ponto importante para a estruturação desta pesquisa, foi a utilização de documentos disponibilizados pelos assentados do Olga Benário, beneficiários do PNAE e PAA, cartilhas sobre aquisição de produtos para alimentação escolar, Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), projetos de vendas, contratos de compra e os termos de recebimento e pagamento dos agricultores beneficiados pelo PNAE e manuais do PAA.

### **3.2 De olho na terra: a agricultura familiar**

A agricultura familiar associa produção, cultura, tradição e identidade. Aspectos esses que favorece o desenvolvimento dessa atividade que representa o pequeno produtor. As atividades produtivas familiares adquirem maior importância no contexto da modernização agrícola ao realizar uma produção com menor uso de defensivos agrícolas.

A agricultura familiar é reconhecida como categoria social das dinâmicas rurais, no qual possui articulação entre o rural e o urbano. Nesse sentido, o desenvolvimento da agricultura familiar contribui com os municípios de pequeno porte, no qual passam a desenvolver os aspectos culturais e econômicos, e conseqüentemente tem ganhado realce na busca de um recente modelo de aperfeiçoamento. (SOUSA; MICHELOTTI; COSTA, 2010).

Abramovay (1998) assevera que a agricultura familiar possui três atributos básicos: gestão, propriedade e trabalho familiar. O modelo familiar de agricultura acontece a partir da relação íntima entre o trabalho e a gestão. O andamento do processo produtivo é dirigido pelos proprietários, com ênfase na diversificação produtiva e na durabilidade dos recursos, ou seja, a execução do trabalho assalariado é somente em caráter complementar. Nesse sentido, “a agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento” (ABRAMOVAY, 1998, p. 146).

“A agricultura familiar ocupa um lugar de destaque no espaço rural, cuja importância varia segundo as regiões e os ecossistemas naturais, não se pode, contudo, imaginar que ela própria não tenha sido modificada no período recente” (SCHNEIDER, 2003, p. 100). Como afirma Schneider (2003), a dinâmica da agricultura familiar na área rural vincula-se a

forma como ela é desenvolvida nas diversas regiões brasileiras e a maneira pela qual os elementos naturais favorecem ou dificultam a sua execução. Nesse sentido, as atividades familiares são desempenhadas de formas diversificadas e possuem trajetórias históricas de múltiplos significados.

A estrutura produtiva da agricultura familiar associa família, produção e trabalho e interfere diretamente na organização econômica e social desse grupo de agricultores. O destaque do termo familiar fortalece a ideia de que os grupos sociais vinculados a estes segmentos são aqueles em que a família tem a terra como meio de produção, ou seja, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Assim, Sousa, Michelotti e Costa (2010), sustentam que há dois elementos significativos para o melhor entendimento da ligação entre esses três elementos (família-produção-trabalho) como

[...] (i) este deve ser compreendido como um conceito genérico que engloba uma diversidade de categorias específicas, que têm em comum a forte associação entre família-produção-trabalho; (ii) que esse amplo conjunto de agricultores familiares expressam um caráter histórico dinâmico, ou seja, que necessitam constantemente se adaptarem às exigências da sociedade na qual estão inseridos, porém mantendo como característica comum a sua tradição e/ou racionalidade. (SOUSA; MICHELOTTI; COSTA, 2010, p. 138).

A agricultura familiar é secular e no Brasil ganhou um novo destaque a partir da década de 1970 com a modernização da agricultura, momento esse registrado pelas mudanças nas diversas formas de produzir. A modernização da agricultura movimentou um considerável crescimento na produção agrícola, a qual a exportação foi uma das suas prioridades que visava a expansão da economia nacional. Sampaio (2015) afirma que “[...] essa modernização teve um papel fundamental para a abertura de novas fronteiras agrícolas e também para a ampliação da ação e influência do capital sobre a agricultura [...]” (SAMPAIO, 2015, p. 282). É importante ressaltar que a modernização ocorreu de forma excludente, ou seja, privilegiou apenas parte dos agricultores, os responsáveis pela produção em larga escala, o grande produtor, que tinha como objetivo a exportação. Além do mais, ocasionou graves impactos ambientais como o uso de substâncias tóxicas sem controle, a devastação da fauna e da flora, escassez dos recursos hídricos, além de colaborar para o desemprego no campo e a migração<sup>11</sup> campo/cidade.

Nos anos de 1990, a agricultura familiar passa a ser reconhecida pela sua categoria social e produtiva, no qual foram criadas e implantadas políticas públicas afins de fortalecer os agricultores no campo. Salienta-se que, até antes desse momento, as políticas públicas eram

---

<sup>11</sup> “Migração é o deslocamento de indivíduos dentro de um espaço geográfico, de forma temporária ou permanente. Esses fluxos migratórios podem ser desencadeados por vários motivos: econômicos, culturais, religiosos, políticos e naturais”. Disponível em: <https://www.significados.com.br/migracao/>. Acesso em 25 set. 2020.

propostas às médias e às grandes propriedades. Nesse sentido, Schneider e Cassol (2013) pontuam que o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é recente e se deve a três fatores importantes:

o primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). (SCHNEIDER; CASSOL, 2013. p. 5).

Como corroboram os autores, o fim da ditadura militar nos anos de 1980 no Brasil fez com que os agricultores familiares e suas organizações representativas começassem a conquistar e organizar o poder de negociação política. Essas ações coletivas constituídas por trabalhadores rurais e pequenos produtores surgiram com objetivo de somar forças para obter melhores condições de trabalho e vida no campo.

Outro fator que contribuiu com a agricultura familiar foi a realização de pesquisas, ou seja, no início dos anos de 1990 a ciência social percebeu a importância da temática e passou a se preocupar com as relações existentes. Nessa perspectiva, vários estudos foram executados para melhor entender a complexidade de vida dos agricultores familiares, como debates acadêmicos sobre a ruralidade, no qual retomou os estudos agrários e rurais no Brasil. Estudos esses que representam os valores, princípios, cultura, identidade, economia, política, dentre outros que melhor identifica o agricultor familiar. Silva (2015), assegura que

[...] a discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser usada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural. (SILVA, 2015, p. 86).

E o terceiro fator é representado pela ação do Estado por meio da proposição de políticas públicas que atendam os pequenos agricultores no campo. Dentre as políticas para a agricultura familiar merece atenção o PRONAF, criado em 1996, foi a primeira política pública que teve como objetivo subsidiar crédito aos agricultores, ou seja, esse programa foi o maior incentivador da agricultura familiar no Brasil. O acesso ao PRONAF é realizado por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), emitida pelas instituições e órgãos autorizados pelo governo. Com a DAP é possível reconhecer o caráter familiar da propriedade.

Ressalta-se que nos anos 2000 o Governo Federal criou o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o qual favoreceu a assistência para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Como já apontado, o uso da expressão agricultura familiar no Brasil é recente, pois até no ano de 1995, os documentos oficiais utilizavam termos indistintos como: “agricultura de baixa renda”, “pequena produção” ou mesmo “agricultura de subsistência”. Termos esses que inferiorizava a profissão que os agricultores familiares desenvolviam no campo. As pesquisas acadêmicas desenvolvidas, nesse período, em sua maioria que retratavam os agricultores familiares também se utilizavam desses termos. (LANDAL *et al.* 2013).

Estudos realizados por pesquisadores sociais permitiram distinguir as relações de trabalho familiares e suas técnicas de reprodução ao longo da história. A pesquisa utilizou como metodologia a comparação entre a agricultura familiar atual e as formas de cultivo implantadas no passado, quando dos processos de ocupação e colonização do Brasil. Nessa perspectiva, Schneider e Niederle (2009), certificam que “[...] a indagação é sobre a possibilidade de se afirmar que os colonos, sitiantes, caipiras, posseiros, moradores, ribeirinhos, e tantas outras categorias do senso comum, estão nas origens e formam a base social da agricultura familiar atual” (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2009, p. 39). Nesse sentido, quem trabalha

[...] sobre um pequeno lote de terra, mobilizando e utilizando basicamente a força trabalho do grupo doméstico, os distintos grupos sociais espalhados pelo Brasil formados pelas diversas categorias de habitantes do espaço rural podem ser denominados de agricultores familiares. Em termos empíricos e do senso comum, os indivíduos e as famílias denominados de camponeses, ou designados pelas corriqueiras terminologias como colonos, sitiantes, caipiras, posseiros, moradores e ribeirinhos, fazem parte de um mesmo grupo social ou uma mesma classe. (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2009, p. 39).

A agricultura familiar brasileira “[...] é extremamente diversificada e inclui tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio e que logram gerar renda várias vezes superior à que define a linha da pobreza” (LANDAL *et al.* 2013, p. 12).

A diversificação da produção, também denominada pluriatividade é compreendida como uma estratégia de reprodução social, isto é, as famílias que compõem as pequenas unidades de produção agrícola possuem uma dupla jornada de trabalho, na qual a função não é totalmente dedicada à agricultura, ou seja, a ocupação pode acontecer de forma dividida. Nessa perspectiva, a divisão de atividades sucede na própria propriedade ou mesmo em outra, e essas ocupações são exercidas por sujeitos que pertencem a um “grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção) que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia

e trabalho e se identificam como uma família” (SCHNEIDER, 2009, p. 3). Conforme os conceitos de pluriatividade, Schneider (2009) caracteriza que

[...] o termo pluriatividade tem o mérito de incorporar tanto as características da noção de *part-time farming* (unidades nas quais os membros moradores não utilizam todo seu tempo de trabalho nas atividades agrícolas) como da *multiple job holding* (unidades agrícolas que combinam múltiplas fontes de rendimento). Assim, a expressão pluriatividade tem sido amplamente utilizada, porque abarca um conjunto de atividades que nem sempre são remuneradas com *cash*, mas com pagamentos em espécie, através da permuta de trabalho e outros arranjos informais. (SCHNEIDER, 2009, p. 79, grifo do autor).

Entretanto, a pluriatividade mesmo com uma ação diferente em relação ao trabalho familiar na propriedade ou mesmo fora dela, contribui para que o agricultor familiar permaneça no campo. Ademais, pode-se destacar as políticas públicas direcionadas aos pequenos agricultores familiares que auxiliam economicamente e garantem a produção e o sustento familiar.

Em 2003, com a entrada do Presidente Lula a agricultura familiar ganhou mais estímulo por meio da implantação de políticas públicas que ampararam os pequenos agricultores, tais como o PNAE, PAA, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Habitação Rural, Luz para Todos, dentre outras que fomenta o desenvolvimento desse tipo de agricultura no país.

Em 2006, a Lei nº 11.326 estabeleceu os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimento familiares rurais. Esta lei subsidiou principalmente os pequenos proprietários de terra que executam atividades mediante o uso da força de trabalho dos componentes das famílias, e a produção é tanto para o autoconsumo como para a comercialização. De acordo com a lei, para se enquadrar como agricultor familiar é necessário: não possuir área maior do que quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas ser predominantemente familiar e o maior percentual da renda ser obtido das atividades econômicas do estabelecimento.

Além da agricultura familiar tem-se a agricultura patronal, a qual é completamente voltada para o lucro e para a produção, assim, há necessidade de empregados permanentes ou temporários. Esta categoria conquista cada vez mais o apreço de outros países pela sua eficiência, com tecnologias que são referência mundial. Já a agricultura familiar tem seu aperfeiçoamento e evoluções amparados na permanência dos costumes e das tradições culturais das regiões do Brasil e que, com tecnologias, conhecimentos e assistência técnica, produz

alimentos para a mesa do brasileiro, mercado interno. Conforme o Quadro 4, é possível ampliar as diferenciações entre agricultura familiar e patronal.

**Quadro 4** – Modelos e características da agricultura familiar.

<b>Agricultura Patronal</b>	<b>Agricultura Familiar</b>
Total separação dos fatores gestão e trabalho	Gestão e trabalho intimamente relacionados
Organização centralizada	Processo produtivo dirigido diretamente pelo agricultor
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade de vida
Predomínio do trabalho assalariado	Trabalho assalariado apenas para complementar
Tecnologias direcionadas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
Tecnologias buscam principalmente a redução das necessidades de mão de obra	Decisões tomadas “ <i>in loco</i> ”, condicionadas pelas especificidades do processo produtivo
Ênfase no uso de insumos comprados	Ênfase no uso de insumos internos

Fonte: FAO/INCRA (1994). Org.: Vaz, L. C. (2020).

O trabalho familiar produzido pelos homens, mulheres e filhos(as) é uma profissão e contribui para geração de renda, tanto para a população rural quanto para o país<sup>12</sup>. Abramovay (1998), afirma que a agricultura familiar possui seu valor e proporciona melhor qualidade de vida para o pequeno agricultor como

[...] desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza. Existem na agricultura familiar alguns atributos cuja natureza envolve a adesão a valores éticos e morais que dão coesão à ação extensionista. Mais que isso, a agricultura familiar é vista como o setor social capaz de contrabalançar a tendência tão própria à nossa sociedade, de desvalorizar o meio rural como lugar em que é possível construir melhores condições de vida, de encará-lo como o local em que permanecem aqueles que ainda não enveredaram pela ‘verdadeira aventura civilizatória’, a urbana. (ABRAMOVAY, 1998, p. 143, grifo do autor).

“A participação dos membros da família é proporcional à quantidade de atividades que dependem de trabalho manual. As mulheres participam tanto quanto os homens e sua presença é particularmente notável [...]” (BRUMER, 1997, p. 200). Nessa perspectiva, as mulheres assumem, sem ajuda masculina, os trabalhos domésticos e a educação dos filhos. As atividades desenvolvidas pelas mulheres têm como predominância à horta, à granja e também o preparo de alimentos, tais como panificados, derivados do leite (queijo, requeijão, bebida láctea, etc.), farinha, polvilho, dentre outros. Já as atividades masculinas são desempenhadas no cuidado aos animais, preparo do solo, plantio, colheita e os mesmos são responsáveis pela comercialização, ou seja, as vendas.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://contrafbrasil.org.br/artigos/agricultura-familiar-uma-historia-de-luta-conquistas-e-transformacao-camponesa-fc85/>. Acesso em 11 ago. 2020.

O valor da agricultura familiar reside no seu modo de vida o qual confere-lhe identidade. Haesbaert (2007) afirma que a construção da identidade, vincula-se a dinâmica social, e está sempre em curso. Enquanto estado substantivo a identidade tem um caráter reflexivo, isto é, implica em identificar-se e ser identificado, no sentido relacional e dialógico. A identidade, por mais essencial que pareça, justamente por seu caráter simbólico, é sempre múltipla ou está aberta a múltiplas re-construções. (HAESBAERT, 2007).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizou no ano de 2006 um censo agropecuário específico, no qual demonstrou pela primeira vez no país que a agricultura familiar mesmo executada em áreas menores foi a responsável pela produção de 70% dos alimentos essenciais que vai à mesa dos brasileiros. Perante essa realidade, as atividades praticadas pelos agricultores familiares são importantes, não apenas para eles, mas também para a população. Pasqualotto, Kaufmann e Wizniewsky (2019), asseguram que

a agricultura familiar vem apresentando inclusive diferentes interpretações e definições sobre o seu significado e amplitude, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, e assim adquire novas significações. Isso porque a agricultura familiar é a principal fonte de ocupação de força de trabalho no meio rural brasileiro e grande parte da produção de alimentos no Brasil advém da agricultura familiar. (PASQUALOTTO; KAUFMANN; WIZNIEWSKY, 2019, p. 34).

A agricultura familiar na preservação ambiental possui ação significativa, pois os recursos naturais são notados pelas famílias como componente de sua herança social, e no processo produtivo mantem uma produção equilibrada entre natureza e recursos tecnológicos, e preserva os ecossistemas naturais. Esse contexto não pode ser generalizado, visto que existem agricultores familiares que mesmo com sua parcela de terra pequena, fazem o manuseio de tecnologias que degradam o solo e interfere no ambiente, ou seja, as regras de preservação são violadas. Sousa, Michelotti e Costa (2010), reforçam que

[...] os danos ambientais causados pela agricultura familiar são infinitamente menores do que os grandes estabelecimentos de soja, cana-de-açúcar, dendê, eucalipto, pecuária. No entanto, não se pode desconsiderar que, em muitas regiões, a agricultura familiar também vem adotando uma matriz tecnológica degradante ao meio ambiente, o que deve ser melhor refletido por estes sujeitos e suas organizações. (SOUSA; MICHELOTTI; COSTA, 2010, p. 141).

Uma das principais formas de acesso à terra pelo agricultor familiar é a reforma agrária, ou seja, “terra pra quem nela produz”. Destarte, com a reforma agrária os agricultores conquistam benefícios, o primeiro deles a terra, apoio de políticas públicas destinados a produção, moradia, energia elétrica, dentre várias outras, que tem por finalidade melhorar a

qualidade de vida do homem do campo e permitir que ele possa se reproduzir como agricultor familiar. Nessa perspectiva, “a reprodução da agricultura familiar, sobretudo num país com uma história como a do Brasil, sempre esteve associada às lutas dos próprios agricultores” (LAMARCHE, 1998, p. 30).

Os assentamentos de reforma agrária é um estímulo para a agricultura familiar, pois sua criação tem por objetivo (re)conquistar a terra. Os assentados ao tomar posse da gleba iniciam a construção de uma nova identidade, ou seja, passam a trabalhar juntamente com a família, no desenvolvimento da propriedade rural. Nesse sentido, os assentados reconhecidos como agricultores familiares, passam a desenvolver atividades agropecuárias como forma de permanecerem no campo. A produção destina-se ao autoconsumo e o excedente é comercializado, geralmente nas sedes dos municípios onde estão instalados os assentamentos. Dessa forma, contribuem para o desenvolvimento da economia local e ofertam produtos agroecológicos. Dessa forma, Landal *et al.* (2013), asseveram que

o setor agropecuário familiar é extremamente importante na absorção de emprego e na produção de alimentos, especialmente voltada para o consumo próprio, ou seja, focaliza mais as funções de caráter social do que as econômicas, tendo em vista sua menor incorporação tecnológica e produtividade mais baixa. Entretanto, é necessário destacar que a produção familiar, além de fator redutor do êxodo rural e fonte de recursos para as famílias com menor renda, contribui expressivamente para a geração de riqueza, considerando a economia não só do setor agropecuário, mas do próprio país. (LANDAL *et al.* 2013, p. 15).

O meio rural brasileiro, constituído pelo agricultor familiar tem vivenciado impasses para uma produção adequada aos parâmetros do mercado interno. Tal fato ocorre por falta de políticas públicas adequadas a realidade rural da pequena produção, mas também pelo alto índice de migração da população jovem, envelhecimento e masculinização da força de trabalho, pois as mulheres tendem a migrar para a área urbana como forma de complementar a renda da família. Cabe destacar que é uma migração pendular, vez que saem de suas casas pela manhã e retornam ao final do dia. Nessa perspectiva, Silva e Mendes (2015), fundamentam que

a agricultura familiar vem enfrentando vários problemas, como demanda irregular do mercado, alto preço de insumos, baixos preços de seus produtos, desvalorização de sua cultura, baixo nível de escolaridade, baixa renda, envelhecimento da população, migração dos jovens, moradias precárias, precariedade nos acessos/estradas, falta de lazer, dificuldades no acesso à assistência médica hospitalar, entre outros. Quanto ao sistema de financiamentos e assistência técnica, estes são quase inexistentes [...]. Supõe-se que esses impasses têm contribuído para a migração de jovens e de famílias para as cidades. (SILVA; MENDES, 2015, p. 247).

Como corroboram as autoras supracitadas, o exercício da agricultura familiar é um desafio, a luta familiar é árdua e diária e os agricultores pelem de sol a sol para produzir e comercializar seus produtos. O PNAE e o PAA são duas políticas que estão no *rol* de desenvolvimento da agricultura familiar, e serão melhor discutidas na subseção seguinte.

### **3.3 Os programas PNAE e PAA e seus reflexos sobre o homem no campo**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) derivou de ações federais desde a década de 1940, quando foi criado o Instituto de Nutrição, o qual propunha que o Governo Federal ofertasse alimentação escolar, mas por falta de recursos financeiros não foi implementado. Em 1950 implantou-se o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, o qual recebeu a denominação Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. Este teve por objetivo sanar o problema nutricional do país, e responsabilizar o poder público por essa ação. (BRASIL. FNDE, 2020).

Em 1955, por meio do decreto nº 37.106<sup>13</sup>, teve origem a Campanha de Merenda Escolar (CME) sob a responsabilidade do Ministério da Educação. No ano seguinte, 1956, o decreto foi editado e passou a se caracterizar como Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a ideia de possibilitar o atendimento em domínio nacional. A cada mandato presidencial o programa era reajustado de acordo com as necessidades sociais. (BRASIL. FNDE, 2020).

A partir do ano de 1979, a CNME passa por reformulações e assume caráter nacional, sob a denominação de Programa Nacional de Alimentação Escolar. Em 1988 a promulgação da Constituição Federal garantiu o direito à alimentação escolar a todos os alunos do ensino fundamental, através do Programa Suplementar de Alimentação Escolar, ante ao apoio e responsabilidade do governo federal, estadual e municipal. Na competência da esfera federal os cardápios eram planejados e enviados as instâncias estaduais, que por sua vez os repassavam aos municípios. O executivo federal centralizava a aquisição dos gêneros

---

<sup>13</sup> Em relação ao decreto que fomentou a Campanha de Merenda Escolar (CME), é possível:

- a) incentivar, por todos os meios a seu alcance, os empreendimentos públicos ou particulares que se destinam proporcionar ou facilitar a alimentação do escolar, dando-lhe assistência técnica e financeira;
  - b) estudar e adotar providências destinadas à melhoria do valor nutritivo da merenda escolar e ao barateamento dos produtos alimentares, destinados a seu preparo;
  - c) promover medidas para aquisição desses produtos nas fontes produtoras ou mediante convênios com entidades internacionais, inclusive obter facilidades cambiais e de transportes, para sua cessão a preços mais acessíveis.
- Disponível em: <https://www.camara.leg.br/>. Acesso em: 06 maio 2020.

alimentícios que eram adquiridos por meio de licitações. Os especialistas laboratoriais eram os responsáveis por atestar a qualidade dos produtos distribuídos em todo o território nacional.

A centralização no governo federal da aquisição de gêneros alimentícios para a merenda escolar, do atestado de qualidade e distribuição dos produtos gerou déficit no atendimento de dadas regiões o que culminou em 1994, na elaboração e promulgação da Lei nº 8.913, que descentralizou as etapas de compra e escolha dos alimentos da merenda escolar a favor dos municípios. A lei municipalizou a merenda escolar com o suporte das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal. Diante a descentralização, o número de municípios contemplados duplicou, pois antes eram apenas 1.532 municípios contemplados, e com a descentralização esse número subiu para 4.314 municípios beneficiados em 1998, ou seja 70% dos municípios brasileiros atendidos. (BRASIL. FNDE, 2020).

O PNAE é fruto de diversas ações do poder público, volta-se para a questão alimentar e visa fazer frente aos problemas nutricionais enfrentados pelo Brasil (fome, desnutrição e obesidade). Teve caráter assistencialista, no início, entretanto o objetivo maior é combater a desnutrição e a evasão escolar. Em 2001 a Medida Provisória nº 2.178, assegurou aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o uso de no mínimo, 70% por cento dos recursos do PNAE na aquisição dos produtos básicos. Vale ressaltar que o cardápio deve respeitar os hábitos alimentares regionais e incentivar a produção agrícola do município, assim como, contribuir para que os produtores locais, leia-se familiares, obtenham renda.

Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. (BRASIL. FNDE, 2020).

Outro avanço em relação ao uso dos recursos públicos destinados a alimentação escolar foi a criação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que tem como objetivo orientar e fiscalizar o PNAE. Em 2006 passou a ser obrigatória a presença de um nutricionista como responsável técnico pela elaboração do cardápio escolar. O PNAE foi regulamentado pela Lei nº 11.947/2009 e resolução nº 26 de junho de 2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação (FNDE). (BRASIL. FNDE, 2020).

As parcerias estabelecidas com o FNDE<sup>14</sup> e as Instituições Federais de Ensino Superior, deram origem aos Centros Colaboradores de Alimentação e Nutrição Escolar

---

<sup>14</sup> É responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC).

(CECANES) que tinham por finalidade desenvolver ações e projetos a respeito do PNAE, e propor ações que levassem ao desenvolvimento de atividades de extensão, pesquisa e ensino.

O PNAE é conceituado mundialmente pelo êxito alcançado como programa de alimentação escolar. Mas para que tal fato se consolidasse foi fundamental a celebração dos acordos internacionais apoiados pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)<sup>15</sup> juntamente com o Programa Alimentar Mundial que teve como princípio apoiar o desenvolvimento de Programas de Alimentação Escolar Sustentáveis em países da América Latina, Caribe, África e Ásia, como garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada. (BRASIL. FNDE, 2020).

O PNAE é uma das políticas públicas mais antigas do país e um dos maiores programas de alimentação escolar do mundo, tanto no que diz respeito ao número de pessoas beneficiadas, quanto no que se refere aos recursos alocados, constituindo-se como uma relevante estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ao fomentar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) por meio da alimentação escolar, bem como de várias medidas que auxiliam no alcance das metas dos ‘Objetivos de Desenvolvimento do Milênio’ (ODM). (SILVA, 2019, p. 114, grifo do autor).

O FNDE regulamenta que o PNAE tem que obrigatoriamente comprar 30% da alimentação escolar diretamente da agricultura familiar, de assentamentos de reforma agrária, de comunidades indígenas, quilombolas e de cooperativas. O FNDE é o órgão responsável pelo repasse dos recursos financeiros destinados a alimentação escolar de todos os alunos da rede pública de ensino, nas seguintes etapas: educação infantil; ensino fundamental; ensino médio; educação de jovens e adultos. Para Malaguti (2015),

o Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, cuja responsabilidade constitucional é compartilhada entre todos os entes federados, envolve um grande número de atores sociais, gestores públicos, professores, diretores de escola, pais de alunos, sociedade civil organizada, nutricionistas, manipuladores de alimentos, agricultores familiares, conselheiros de alimentação escolar. (MALAGUTI, 2015, p. 25).

A autora supracitada, também, salienta que “[o] programa tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos saudáveis dos alunos [...]” (MALAGUTI, 2015, p. 25). Dessa forma, o programa coopera satisfatoriamente para o desenvolvimento da economia local, oferece oportunidade aos agricultores da região e evidencia a importância do campo para o abastecimento da área urbana.

---

<sup>15</sup> Sigla representada no inglês “Food and Agriculture Organization (FAO)”.

Como corrobora Silva (2019), o PNAE estabelece as seguintes diretrizes: alimentação saudável e adequada, educação alimentar e nutricional, universalização, participação social, desenvolvimento sustentável e direito à alimentação escolar. (Quadro 5). O Ministério da Educação (MEC) tem o intuito de orientar os alunos sobre práticas alimentares saudáveis, no qual propõe que a alimentação e nutrição escolar passe a fazer parte da grade curricular comum como disciplina transversal do Projeto Político Pedagógico (PPP), afim de estabelecer conexões com as demais políticas públicas ou programas governamentais que trabalhem com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no ambiente escolar.

**Quadro 5** – Diretrizes do PNAE.

<b>Alimentação Saudável e Adequada</b>	Esclarece para o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica.
<b>Educação Alimentar e Nutricional</b>	Viabiliza a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.
<b>Universalização</b>	Ampara todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica.
<b>Participação Social</b>	Possibilita o acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada.
<b>Desenvolvimento Sustentável</b>	Estimula a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos.
<b>Direito à Alimentação Escolar</b>	Proporcionar a segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social.

Fonte: BRASIL. FNDE (2015, p. 10-11). Org.: Vaz, L. C. (2020).

De acordo com o Quadro 5 as diretrizes do PNAE têm por propósito fomentar uma alimentação saudável e adequada de forma igualitária, ou seja, que atenda todos os alunos matriculados na rede pública de ensino, com o objetivo de melhorar o rendimento escolar. Vale ressaltar, que esta política contribui tanto para a saúde e progresso dos alunos quanto para o desenvolvimento econômico dos agricultores familiares locais que fornecem os alimentos para as unidades escolares e assim constituírem uma renda. Nesse sentido, Oliveira (2015), afirma que

o PNAE promove a conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar através da garantia de comercialização, contribui para a fixação do homem no campo e para a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento rural. Além disso, gera renda para as famílias fornecedoras e agregação no valor dos seus produtos. (OLIVEIRA, 2015, p. 48).

Conforme afirma Oliveira (2015), o PNAE tem como critério assegurar o desenvolvimento sustentável, o qual proporciona à aquisição de alimentos diversificados em

âmbito de produção local de preferência de agricultores familiares. Por meio dessa ação política, é possível entender que o PNAE assessora as unidades escolares com a oferta de produtos alimentícios e também os agricultores familiares que mediante essa política conseguem permanecer no campo.

Outro programa destinado a promover o acesso a alimentação e incentivar a agricultura familiar é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que também é uma política pública, destinada a ofertar alimentos básicos as unidades escolares e entidades filantrópicas com vistas a combater a vulnerabilidade alimentar.

O PAA criado em 2003 pela lei nº 10.696, faz parte das ações do Programa Fome Zero e integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)<sup>16</sup>. Seu objetivo é promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. É composto por recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A atuação dos municípios junto ao PAA é significativa, pois além de estimular o atendimento aos grupos excessivamente pobres, o próprio município passa a conhecer as famílias em situação de maior pobreza, o que possibilita incentivar a inserção dessas famílias no Cadastro para Programas Sociais (CadÚnico). Por meio deste cadastro o governo consegue identificar as famílias em situação de risco social e que necessitam de amparo das políticas públicas. Nesse pressuposto, o PAA possui as seguintes finalidades (Quadro 6).

**Quadro 6** – Finalidades do PAA.

<b>I</b>	Incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, incentivo ao processamento da produção e à geração de renda;
<b>II</b>	Incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
<b>III</b>	Promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
<b>IV</b>	Promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais, inclusive para prover a alimentação escolar, quando necessário, nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;
<b>V</b>	Constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;
<b>VI</b>	Apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;
<b>VII</b>	Fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;
<b>VIII</b>	Promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional; e
<b>XI</b>	Estimular o cooperativismo e o associativismo.

**Fonte:** BRASIL. MDS (2014, p. 11). Org.: Vaz, L. C. (2020).

<sup>16</sup> O SISAN foi instituído em 2006 pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional com o objetivo de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/direito-a-alimentacao/sistema-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional-sisan>. Acesso em: 10 maio 2020.

Do quadro acima é possível extrair que o PAA, como política pública, intenta reduzir as desigualdades sociais, com foco na estabilidade alimentar e colabora com a produção dos agricultores familiares e possibilita a permanência do agricultor no campo. Para atender as finalidades proposta pelo PAA, ele está estruturado em cinco modalidades. (Quadro 7).

**Quadro 7 – Modalidades do PAA.**

<b>Compra com Doação Simultânea</b>	Compra de alimentos diversos e doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos - GGPAA, à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de atender demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
<b>Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite</b>	Compra de leite que, após processamento, é doado aos beneficiários consumidores com o objetivo de atender às demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Esta modalidade é executada somente nos estados do Nordeste e no norte de Minas Gerais.
<b>Compra Direta</b>	compra de produtos definidos pelo GGPAA, com o objetivo de sustentar preços, atender às demandas de programas de acesso à alimentação, às necessidades das redes socioassistenciais e para constituir estoques públicos.
<b>Apoio à Formação de Estoques</b>	apoio financeiro para a constituição de estoques de alimentos por organizações fornecedoras, para posterior comercialização e devolução de recursos ao poder público ou destinação aos estoques públicos.
<b>Compra Institucional</b>	aquisição voltada para o atendimento às demandas de consumo de alimentos por parte da união, estados, distrito federal e municípios, com recursos financeiros próprios. Por esta modalidade poderão ser abastecidos hospitais públicos, quartéis, presídios e restaurantes universitários, dentre outros.

Fonte: BRASIL. MDS (2014, p. 11-12). Org.: Vaz, L. C. (2020).

Em cada modalidade há uma especificidade de compra, incentivo e apoio as famílias em situação de vulnerabilidade. Mas o objetivo é único, suprir a carência alimentar. No quesito “Compra com Doação Simultânea” os alimentos devem estar prontos para o consumo humano e podem ser processados ou “*in natura*”, desde que respeitem os hábitos alimentares locais. A modalidade “Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite” é desenvolvida pelos estados do Nordeste e região norte de Minas Gerais e destina-se ao fornecimento de leite de vaca e também de cabra.

A “Compra Direta” tem a finalidade de manter estáveis os preços de alguns alimentos, como arroz, feijão, trigo, sorgo, farinha de mandioca e outros produtos por meio da constituição de estoques públicos desses produtos e o atendimento de demandas de programas de acesso à alimentação. Já o “Apoio à Formação de Estoques” tem por princípio sustentar financeiramente a formação de reservas de alimentos por organizações da agricultura familiar de forma a agregar valor aos produtos e garantir preços justos. Uma vez formado os estoques públicos estes são comercializados por órgãos como a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, ou outros que representem os agricultores familiares e destina-se a devolução dos recursos financeiros ao Poder Público.

A “Compra Institucional” instituída por meio do Decreto nº 7.775/2012 tem como objetivo garantir que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios também possam adquirir alimentos da agricultura familiar, com recursos próprios e sem licitação, para regular as demandas de consumo de alimentos em hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas filantrópicas, entre outros (BRASIL, 2012)<sup>17</sup>.

Como já ressaltado, o PAA foi criado com duas funções básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Esses dois objetivos têm por finalidade a compra de alimentos de agricultores familiares e a doação para entidades sócio assistenciais composta por indivíduos e grupos em situação de insegurança alimentar. Portanto, essa ação supera a situação de fragilidade alimentar e nutricional de famílias carentes, entidades filantrópicas e com abrangência as instituições de ensino das redes públicas. É importante ressaltar que essa política impulsionou o desenvolvimento da produção dos agricultores familiares como corrobora Araújo (2012), ao afirmar que o PAA

[...] representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela, de forma inédita, a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o Governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com isto – e em articulação com outras ações – eleva-se significativamente o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas menos assistidas do meio rural. (ARAÚJO, 2012, p. 140).

O PAA representa a junção entre governo, agricultores familiares e entidades representantes dos produtores rurais, como a CONAB, na direção de combater a instabilidade alimentar e nutricional no Brasil, assim como incentivar a produção e produtividade no campo e garantir a permanência dos pequenos produtores na terra.

A tabela a seguir permite afirmar que a quantidade de famílias beneficiadas pelo PAA na região Centro-Oeste possui uma variação de um ano para outro, essa alteração depende dos recursos que são disponibilizados pelo MDA, MDS e pela Secretaria de Estado da Administração (SEAD). No ano de 2019 o PAA foi suspenso, ou seja, não houve destinação de verbas para subsidiar a produção dos agricultores familiares. Fato esse caracterizado pela desumanidade com as pessoas que mais necessitam de amparos das políticas públicas, a justificativa da interrupção do programa aconteceu por razão da mudança presidencial.

---

<sup>17</sup> Cartilha PAA. Disponível em: [www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura\\_familiar/Cartilha\\_PAA.pdf](http://www.conab.gov.br/images/arquivos/agricultura_familiar/Cartilha_PAA.pdf). Acesso em 01 jul.2020.

**Tabela 1** – Famílias beneficiadas pelo PAA na Região Centro-Oeste (em nº).

<b>Ano</b>	<b>Números de famílias beneficiadas</b>
2003	8.014
2004	1.608
2005	2.571
2006	4.450
2007	2.881
2008	3.154
2009	3.855
2010	5.625
2011	7.480
2012	9.558
2013	4.629
2014	4.841
2015	3.821
2016	2.905
2017	1.548
2018	942
2019	-
<b>Total</b>	<b>67.882</b>

Fonte: CONAB (2020). Org.: Vaz, L. C. (2020).

Em 2020 o país e o mundo enfrenta uma pandemia que tornou um desafio tanto para as pessoas quanto para os representantes estatais. A COVID-19 é uma doença ocasionada pelo Coronavírus que disseminou entre as pessoas de forma generalizada, a única forma de controle é a prevenção, pois ainda não existe uma contenção do vírus. Com essa crise na saúde e com os protocolos de prevenção inúmeras pessoas ficaram desempregadas, o país entra em um desequilíbrio econômico, no qual as políticas públicas são as alternativas de contenção contra a instabilidade alimentar. Esse colapso na saúde brasileira fez com que o governo percebesse a importância do PAA como política de acesso a alimentação e também de renda para os agricultores familiares, assim, o programa é retomado.

Segundo o Gráfico 1, é possível constatar, por meio dos dados disponibilizados pela CONAB no ano de 2020, que em Goiás foram aprovados 24 projetos, dentre os quais 5 já foram encerrados, 17 estão em execução e 2 em execução sem entrega dos alimentos cultivados diretamente em instituições socioassistenciais cadastradas. Nesse sentido, os projetos aprovados fazem parte de apenas uma modalidade que é a compra com doação simultânea, que tem por finalidade atender à rede pública e filantrópica de ensino, com o objetivo de acatar demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Vale ressaltar, que a origem do recurso é do MDS, e totaliza 2.466.946,75 (dois milhões e quatrocentos e sessenta e seis mil e novecentos e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos).

**Gráfico 1** – Projetos do PAA aprovados no ano de 2020 em Goiás.

Fonte: CONAB (2020). Org.: Vaz, L. C. (2020).

O PNAE e o PAA, de maneira geral, garantem segurança alimentar e estabilidade aos agricultores familiares e possibilitou ao Estado criar alternativas ao desenvolvimento do campo, transformar a estrutura de produção e fortalecer as relações econômicas. Nessa perspectiva, a próxima subseção abordará a permanência dos agricultores familiares na área rural.

### 3.4 Agricultura familiar: condição ou razão para permanecer no rural

A permanência do agricultor familiar na área rural, não é uma política prioritária para o Estado, ou seja, os agricultores persistem no campo de forma “teimosa” e assim lutam para preservarem uma certa condição de vida que melhor representa seu universo rural. Nesse sentido, é importante destacar que o agricultor familiar está ameaçado de perder suas raízes ou mesmo a sua própria identidade, pois a falta de incentivo por conta do Estado contribui para que o homem do campo permaneça a parte do processo de transformação das estruturas produtivas rurais. Souza (2002) afirma que ao contrário das grandes propriedades que com a modernização da agricultura tiveram total apoio do Estado

[...] todo o processo de sustentação do novo modelo para a agricultura brasileira contou com a proteção do Estado, que criou políticas de financiamento a juros subsidiados, que foram preferencialmente destinadas aos grandes produtores para a compra de máquinas, sementes e insumos. (SOUZA, 2002, p. 1).

A ausência de políticas públicas que valorizam o espaço rural e assegurem o homem no campo apenas com sua produção, tem conduzido a interpretações errôneas por parte da sociedade. Diante essa realidade, morar na área urbana seria muito mais adequado aos parâmetros da atual sociedade capitalista. A desvalorização do homem do campo é retratada pela literatura brasileira desde o final do século XIX e se estende aos séculos seguintes, como aborda o escritor Monteiro Lobato em sua obra “Urupês”.

“Monteiro Lobato grande fazendeiro da cidade de Taubaté, no Vale do Paraíba, interior do Estado de São Paulo, letrado, fazia uso das modernidades agrícolas para o plantio do milho, feijão e lavouras e mostra-se incomodado com as práticas dos pequenos agricultores” (SANTOS, 2012, p. 2). É diante deste cenário que Monteiro Lobato cria a imagem do Jeca Tatu, e por meio dessa ilustração é possível observar que as características expressadas pelo autor são drasticamente tristes, pois a figura em si retrata um caipira pobre, sem os costumes de higiene com o corpo, doente e ainda é notável o desânimo do personagem que deixa a entender que o mesmo passa por uma vida “dura”, ou seja, desfavorável das condições ideais exigidas pelo sistema capitalista.

O pequeno agricultor é importante para o meio rural e também para quem reside na área urbana. São os agricultores familiares os responsáveis por abastecer a mesa do brasileiro com produtos agroecológicos. A permanência do agricultor familiar no campo é um desafio, pois existem inúmeras dificuldades a serem superadas, tais como: deter o capital para manter o equilíbrio das produções, as quais necessitam de infraestrutura de máquinas e suplementos agrícolas; poucas informações a respeito do desenvolvimento das atividades, principalmente no manuseio de máquinas, funções técnicas e tecnológicas; necessidade de mão de obra além da familiar; manter condições de estudos para os filhos, dentre outros contratemplos que o pequeno agricultor encontra na sua trajetória de vida. Carmo (2010) certifica que a agricultura familiar é considerada como segmento gerador de emprego e renda, nessa perspectiva,

é valorizada de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável, resultando na permanência do agricultor no campo. Para tanto, os dados quantitativos relacionados ao universo de pessoas e produtos envolvidos na atividade, demonstram a importância que a agricultura familiar representa para o país. Além de criar oportunidades de trabalho na propriedade, reduz o êxodo rural, diversifica a atividade econômica e busca promover o desenvolvimento de pequenos e médios municípios. (CARMO, 2010, p. 14).

A agricultura familiar no final do século XX e início do XXI é constituída pela masculinização e o envelhecimento rural, fatores esses ocasionados pela falta de incentivo no campo, principalmente para os jovens filhos de agricultores. Esses jovens passam a ter um

descontentamento com o modo de vida no campo, e essa situação colabora na formação de uma imagem negativa do homem do campo. Nessa perspectiva, os jovens, filhos de pequenos agricultores tendem a migrar para a área urbana em busca de melhores condições de vida. Breitenbach e Corazza (2017), afirmam que os condicionantes de saída dos jovens do campo ocorrem do

fato do trabalho no meio rural, de modo geral, ser rigoroso em termos de mão de obra, dependência do clima, algumas vezes prejudicial à saúde; bem como são notórias as oscilações de preço e possibilidades de baixa renda, muitas vezes encontradas na agricultura familiar. Além disso, destaca-se a falta de momentos de lazer e a dificuldade para ter acesso à terra através da demora no processo de sucessão. (BREITENBACH; CORAZZA, 2017, p. 7).

Transformações sociais, escolaridade e destino dos filhos são realidades que fazem parte da vida no campo. Viver, morar no campo é uma decisão de difícil escolha, e que depende dos vínculos desenvolvidos em um laço familiar, ou seja, há todo um processo cultural que envolve os costumes, hábitos e saberes. Segundo Zaco (2016),

os filhos iniciam desde muito cedo as atividades domésticas e agrícolas e, gradativamente, vão se apropriando do conhecimento das técnicas produtivas e da gestão do estabelecimento. Mas essa socialização precoce no universo do trabalho e das responsabilidades não garante que eles darão continuidade à atividade paterna. Nas últimas décadas, os movimentos migratórios do campo em direção à cidade são representados por uma população mais jovem que no passado, e em maior grau feminina. Essa migração seletiva vem assumindo proporções importantes nas regiões do Brasil. (ZACO, 2016, p. 65).

Conforme o autor supracitado, são poucos jovens que seguem a tradição familiar dos pais, pois o meio rural para a juventude não oferece oportunidades de crescimento profissional tanto quanto a área urbana, razão pela qual há um deslocamento dos rapazes e moças da área rural. A migração é maior entre jovens do sexo feminino que possuem um nível escolar superior ao dos homens, além desse aspecto, as mulheres procuram atividades relacionadas a vida urbana, comércio, bancos, indústrias e outros afazeres presentes somente nas cidades.

Os jovens permanecem na área rural até concluir o ensino fundamental I e II e no máximo até o término do ensino médio. A partir dessa fase a maioria deles migram para a cidade a procura de qualificação<sup>18</sup> ou mesmo se inserir em um trabalho diferente da realidade que vive

---

<sup>18</sup> De acordo com Carmo (2010) “a qualificação é tida como um conjunto de competências profissionais, o que significa englobar as noções do saber através do conhecimento adquirido, do saber fazer, com a capacidade de transformar o conhecimento teórico em trabalho, compreendendo a dimensão comportamental, ou seja, o conjunto de habilidades, qualidades e competências”. (CARMO, 2010, p. 17).

no campo. Para os jovens a saída do campo representa autonomia ao auferir renda e favorecer melhores condições de vida. Nessa perspectiva, é possível perceber que a situação da maioria dos jovens que vivem no campo, é aquém do modelo ideal vendido pelos meios de comunicação, particularmente os programas televisivos. Vantropa (2009), assegura que

o êxodo realizado por jovens do campo mostra que o contato entre o campo e a cidade é cada vez mais irrestrito. É provável que no campo, tanto jovens como pessoas de outras faixas etárias, não venham encontrando um ambiente propício para a construção compensatória de sua cidadania, bem como de condições de vida capazes de promover a sua suficiência econômica. Apesar disso, é contraditório que, com o aumento da violência e desemprego das cidades, muitas pessoas prefiram habitar este meio. Para os jovens do campo, têm valido mais a pena procurar as cidades, pois nelas afloram a moda, os costumes e os pensamentos coletivos dos de sua idade, estampados a todo o instante nos veículos de comunicação. (VANTROBA, 2009, p. 12).

As migrações populacionais de áreas rurais acontecem porque os agricultores familiares não conseguem produções suficientes para sustentarem suas famílias. A falta de condições econômicas impede que os filhos possam prosseguir nos estudos, pois esses precisam ajudar na lida diária para contribuir com a renda da família. Há dois pontos de vista que distingue o modo de vida rural e urbano. O primeiro é que quem reside no campo não possui as mesmas oportunidades econômicas e sociais presentes nas cidades, como entretenimento, emprego em diversos ramos, formação profissional, dentre outros elementos; já quem vive na área urbana percebe o campo como um lugar de sossego, sem ações agressivas a natureza, com um índice de criminalidade baixo, dentre outros fatores.

A qualificação profissional dos agricultores familiares e dos jovens permitem a geração de renda, fator esse primordial no desenvolvimento de atividades na área rural. Para o desempenho das funções rurais, a qualificação possibilita o aumento da produção, ou seja, essa capacitação agrega valores sociais que se correlacionam com os aspectos econômicos, políticos e culturais. Assim, Carmo (2010) reconhece que “qualificar um profissional representa não apenas prepará-lo para lidar com as novas tecnologias, mas educá-lo, ensinando-o a aprender, desenvolvendo competência política, valores comunitários e sentimento de solidariedade” (CARMO, 2010, p. 16). Diante o exposto, é possível perceber que o sujeito ao qualificar agrega princípios e condições de acesso a informações importantes para o seu crescimento profissional.

A permanência dos agricultores familiares no campo depende de ações do Estado, o qual necessita agir de forma coletiva com os demais setores da economia, e assim auxiliar por meio de políticas públicas a sociedade que carece de apoio. No final do século XX e início do XXI, foram implementadas algumas políticas para combater as desigualdades sociais entre o

campo e a cidade, e claro permitir que os pequenos produtores rurais permaneçam no campo com o prosseguimento de suas atividades.

Dentre as políticas implementadas na área rural, direcionadas a agricultura familiar podem destacar-se as primeiras, que mais trouxeram progresso para o campo, como o PRONAF, o Programa Luz para Todos, Habitação Rural, PNAE e PAA. Outra política que desempenhou de forma satisfatória a qualificação profissional do agricultor foi ofertada pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado em 2011 pela lei nº 12.513, que possuiu como objetivo ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por meio de ações de assistência técnica e financeira. Destarte, o MEC assegura que desde o surgimento do programa até no ano de 2015 o PRONATEC efetuou mais de 8,1 milhões de matrículas, em mais de 4.300 municípios brasileiros, e oportunizou a oferta de vagas gratuitas em todas as redes de educação profissional do país. (MEC, 2020)<sup>19</sup>. Nesse sentido, Carmo (2010) pontua que o programa tem

o objetivo de disseminar o conhecimento a agricultores familiares, sindicatos, associações e entidades representativas, realizam diversos cursos em diferentes localidades, voltados para a qualificação dos agricultores familiares assistidos pelos municípios. A capacitação e qualificação profissional são fundamentais para quem busca um aprimoramento da sua atividade. Qualificar-se ou capacitar-se para uma determinada função ou tarefa é requisito indispensável para que se busque uma melhoria contínua no processo. Motivo pelo qual, o jovem agricultor familiar permanece no campo, amplia o conhecimento adquirido e faz com que esteja buscando qualificar-se, ou seja, a qualificação é um poderoso instrumento para a permanência do agricultor familiar no campo. (CARMO, 2010, p. 18).

O encerramento do PRONATEC no ano de 2015 fez com que muitos agricultores familiares jovens não tivessem a oportunidade de se qualificar em curso profissionalizante. O programa em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) ofereceu vagas em cursos de qualificação gratuitos e de qualidade para trabalhadores, estudantes e pessoas em vulnerabilidade social, com direito a auxílio alimentação, transporte e material escolar<sup>20</sup>. Na atualidade (2020) o PRONATEC faz falta, visto que os agricultores familiares e os jovens na área rural não têm a oportunidade de se capacitar, qualificar.

A permanência dos agricultores familiares ou mesmo dos jovens no campo está ligado a uma sequência de fatores que determina o futuro da atividade rural no Brasil. Fatores

---

<sup>19</sup> Disponível em <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 29 set. 2020.

<sup>20</sup> “Os cursos profissionalizantes promovidos pelo SENAR no âmbito do PRONATEC proporcionam aos produtores rurais participantes a perspectiva de ampliação de conhecimento técnico na atividade e sobretudo a oportunidade de condição concreta de melhoria de renda e qualidade de vida da família rural”. Disponível em <http://etec.senar.org.br/>. Acesso em 30 set. 2020.

esses que precisam ser direcionados de forma representativa estatal, por meio de inclusões de políticas públicas que visam a permanência no campo. Dentre as ações governamentais a qualificação desses agricultores e jovens é essencial, pois para que os mesmos possam desenvolver seus negócios e progredirem no campo é necessário que seus conhecimentos sejam aprimorados. Mas é preciso que esses agricultores rurais tragam retorno desse investimento, com a oferta de produtos de qualidade que sucessivamente vai garantir um mercado e assim proporcionar sua permanência na área rural.

Para que os jovens permaneçam no campo é preciso criar oportunidades de qualificação, que evitaria a migração para áreas distintas da realidade em que vive. Vale ressaltar, que existem instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa e Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) que ofertam oportunidades para os jovens do campo, mediante cursos técnicos que viabiliza a inclusão social e o fortalecimento dos agricultores e jovens no campo. Por mais que existem organizações e movimentos a favor dos jovens no campo é fundamental a intervenção do Estado com implementações de políticas públicas. Nesse pressuposto, Carmo (2010), assevera que

a permanência dos jovens agricultores no espaço rural está diretamente ligada às condições de sobrevivência no lugar de origem. A ausência de estabilidade financeira garantida por uma renda fixa coloca os jovens neste contexto à margem da decisão de ficar ou partir. A qualificação constitui um instrumento de preparação para a permanência no espaço rural voltada para a valorização das especificidades da vida, através da construção e transformações das condições de vida no meio rural. Estas transformações não significam trazer a urbanização para o espaço rural, mas trazer condições dignas de sobrevivência no que diz respeito ao atendimento das necessidades básicas da vida humana, possibilitando o acesso à informação e inserção no mundo tecnológico e globalizado [...]. (CARMO, 2010, p. 21).

A permanência do agricultor familiar e do jovem na área rural é importante, pois realizam atividades que são capazes de garantir a segurança alimentar do país, ou seja, produção dos alimentos considerados básicos na mesa dos brasileiros. E para que esses agricultores e jovens permaneçam no campo é indispensável o apoio das políticas públicas, pois as mesmas têm como intuito auxiliar o manuseio dos trabalhos realizados pelos agricultores familiares e ao mesmo tempo incentivar os jovens para que continuem com propostas de investimento no campo.

**4 INCENTIVO PARA PRATICAR, PRÁTICA PARA ALIMENTAR: o assentamento**

Olga Benário Ipameri (GO)

#### **4 INCENTIVO PARA PRATICAR, PRÁTICA PARA ALIMENTAR:** o assentamento Olga Benário Ipameri (GO)

Esta seção tem como objetivos: a) apresentar as ações das políticas públicas (PNAE e PAA), no contexto de permanência dos agricultores familiares no assentamento Olga Benário no município de Ipameri (GO); b) analisar as trajetórias produtivas e os mercados institucionais e c) expor a visão dos gestores perante a produção e a comercialização. Destarte, esta seção é produto das atividades realizadas na fase da pesquisa de campo.

##### **4.1 A investigação de campo:** instrumento de coleta de dados

Para além da pesquisa bibliográfica, desenvolvida nas diferentes fases do processo de investigação, direcionadas a discutir o PNAE e o PAA no contexto da agricultura familiar no assentamento Olga Benário, município de Ipameri (GO), a pesquisa documental e a pesquisa de campo conduziram o pesquisador na busca de resultados e concretização dos objetivos apresentados *a priori*.

Em relação à pesquisa de campo, após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do projeto intitulado “Reforma agrária, política pública e permanência no campo: uma análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar e Programa de Aquisição de Alimentos no assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) 2009-2020”, iniciou-se a etapa das visitas exploratórias, com a realização de entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos agricultores familiares beneficiários do PNAE e do PAA e também aos gestores das unidades escolares.

A pesquisa de campo possibilitou o contato direto com os sujeitos da pesquisa, no caso em específico, os agricultores beneficiados pelo PNAE e PAA dentro do assentamento Olga Benário e, também, gestores das unidades escolares, que compram e recebem em forma de doação os produtos/alimentos do PNAE e PAA. Foi possível levantar, também, as principais políticas públicas presentes no assentamento Olga Benário. Portanto,

a pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 69).

Como forma de garantir uma maior veracidade nas respostas as questões, houve um estreitamento nas relações entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, fato que não

comprometeu os pressupostos teóricos e metodológicos da pesquisa qualitativa, a qual orienta este trabalho. “[...] o sujeito não é tão simplesmente uma máquina de pensar, mas é fenômeno, mudança, processo, tempo. Um eu que é fluxo do pensamento e processo relacional - perspectiva diametralmente oposta e que rompe com uma visão metafísica do eu.” (ARAÚJO; OLIVEIRA; ROSSATO, 2016, p. 2). Nessa perspectiva, abriu-se caminho para que outras perspectivas pudessem contribuir com o pensamento crítico e suas implicações metodológicas na fundamentação dos processos de desenvolvimento do trabalho e a relação do pesquisador e sujeito da pesquisa.

No decorrer dos meses de agosto, setembro e outubro de 2020, a etapa das visitas exploratórias foi efetivada. Os contatos foram selecionados com o auxílio do presidente da ASPROAB e de alguns agricultores próximos ao pesquisador, que detinham a relação dos assentados participantes do PNAE e PAA. O objetivo da exploração foi coletar a maior quantidade de dados possíveis para que na etapa posterior, as visitas individuais aos produtores pudessem ser realizadas e, também, observar o cotidiano no assentamento. De acordo com Marconi e Lakatos (2010), é importante a observação pois pode comprovar uma teoria, um discurso na prática. O pesquisador precisa estar atento às situações ao seu redor, procurando compreender as condições objetivas e subjetivas que compõem o campo de estudo.

Depois de concluir a etapa exploratória, realizou-se o agendamento das entrevistas com a apresentação do questionário semiestruturado. Assim, entre novembro e dezembro de 2020 e janeiro de 2021, aplicou-se entrevistas a diferentes produtores, pertencentes ao PNAE e PAA, dentro do assentamento. Foram 38 agricultores familiares e 19 gestores das unidades escolares públicas que recebem a doação ou compram os produtos dos programas acima citados. As abordagens aconteceram tanto nas residências dos agricultores familiares, quanto nas sedes das entidades escolares e foram gravadas, em áudio, por um aparelho celular. Posteriormente, os áudios foram transcritos, o que representou uma experiência a mais para o pesquisador ao se constituir em uma pré-análise do material coletado.

O pesquisador, ao transcrever as entrevistas, distancia-se do fato vivido, da coleta, e olha para o processo realizado com o foco não no que foi falado, mas no que foi ou não perguntado, no que foi ou não respondido e no que está inaudível ou incompreensível. Ou seja, ao transcrever, o pesquisador irá escutar, várias vezes, as verbalizações gravadas. Ao retroceder a gravação para escutar e reescutar pequenos trechos gravados para poder transcrever, fielmente, o que foi dito, o pesquisador pode interpretar o que vivenciou em diferentes contextos e que foram decisivos para atingir o objetivo proposto.

A transcrição pode ser entendida como uma das várias fases da entrevista. Na primeira fase, extensamente discutida, um roteiro foi elaborado. A segunda fase é a entrevista propriamente dita, ou seja, o processo de coleta de dados. A terceira fase é o processo de transcrição. Teoricamente, o que o pesquisador deveria fazer em todas essas fases seria ir à busca do seu objetivo de pesquisa. (MANZINI, 2006, p. 371).

A pesquisa de campo foi realizada mediante entrevistas com participantes de dois grupos. O primeiro grupo constituído por agricultores familiares, representa 45% de um total de 85 famílias beneficiadas com glebas de terras no assentamento Olga Benário. Esse montante representa todos que estão integrados nas atividades do PNAE e do PAA. No universo de 38 agricultores familiares entrevistados no assentamento Olga Benário, apenas 7 famílias atuam no PNAE e as outras 31 famílias constituem o PAA. Quanto as características dessa população, é possível definir que foram entrevistadas pessoas do sexo feminino e masculino, com idade superior aos 18 anos, de naturalidade brasileira e sem definição *a priori* de cor ou raça.

Em relação ao segundo grupo, integrado pelos 19 gestores das escolas públicas de Ipameri (Tabela 2) que recebem alimentos oriundos do PNAE e PAA. Os encontros extrapolaram as expectativas das entrevistas, pois além de receberem o pesquisador de forma cordial, aproveitaram para registrar elogios, críticas e perspectivas em relação aos programas, aos agricultores familiares e as políticas públicas, de forma geral. Como parte integrante das entrevistas foram entregues a todos, cópias do Termo de Consentimento Livre Esclarecido<sup>21</sup> (TCLE).

**Tabela 2** – Unidades escolares da sede de Ipameri (GO).

1- Pré-escolar Raio de Sol	11- Escola Municipal Nossa Senhora Aparecida
2- Creche Municipal Nívea Sebastiana Carneiro Gratão	12- Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima
3- Centro Infantil São Paulo Apóstolo	13- Escola Municipal Demóstenes Cristino
4- Lar e Creche São Francisco	14- Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini
5- Escola Estadual Dom Bosco	15- Escola Estadual Michele Santinoni
6- Creche e Pré-escolar Luzes da Ribalta	16- Escola Municipal Godofredo Perfeito
7- Centro Infantil São Francisco de Assis	17- Colégio Estadual Normal Professor Cesar Augusto Ceva (Ensino Integrado – Ensino Médio)
8- Creche Municipal Comecinho de Vida	18- Escola Municipal de Jovens e Adultos José Pedroso de Deus
9- Centro Municipal de Ensino e Treinamento João Marcelino	19- Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás
10- Colégio Estadual Normal Professor Cesar Augusto Ceva (Educação de Jovens e Adultos)	José Pio de Santana

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Org.: Vaz, L. C. (2020).

<sup>21</sup> O TCLE é um documento em que o investigador expõe aos subordinados de sua pesquisa: I) encadeamento com o Comitê de Ética da instituição à qual se encontra conectado e o telefone de contato; II) título do projeto; III) pesquisador(es) responsável(is); IV) pesquisadores participantes; V) descrição da pesquisa (justificativa, objetivos, procedimentos); VI) indicação dos desconfortos ou possíveis riscos da pesquisa; VII) descrição dos benefícios da participação na pesquisa; VIII) comunicação sobre o período de participação e termino do processo da entrevista; e IX) preservação do sigilo e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. (MENDES; PESSÓA, 2009, p. 523).

Em tempos de pandemia pelo “novo coronavírus”, conhecido também como SARS-COV-2 ou COVID-19 que afetou mundialmente as questões sanitárias e de saúde, e implicou em novos desafios a todos os setores da economia, o desenvolvimento desta pesquisa também teve que se adaptar ao momento. Assim a coleta de dados foi realizada seguindo os protocolos sanitários e recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Distanciamento mínimo, 1,5m entre pesquisador e entrevistado, uso de máscara e a disponibilização de álcool em gel, fez parte de todas as visitas a campo. Ressalta-se que o momento foi de muita tensão, mas com calma e compreensão dos sujeitos da pesquisa, todas as entrevistas foram realizadas sem nenhuma restrição da presença do pesquisador.

Feito os devidos esclarecimentos sobre a coleta de dados há necessidade de informar, ainda, que foi mantido sigilo sobre a identidade dos participantes da pesquisa, ou seja, anonimato, o que oferece uma certa segurança quanto a tópicos desconfortáveis, como questões sobre produção, valores recebidos, quantidade de mercadorias entregue, dentre outras informações valiosas.

Ainda, no intuito de preservar a privacidade dos entrevistados, as falas transcritas no decorrer da seção terão como identificação a letra e o número de roteiro, por exemplo: a letra “A” representa o roteiro de entrevista aplicado aos agricultores familiares do Olga Benário e a letra “B” simboliza o roteiro de entrevista executado com os gestores das unidades escolares de Ipameri; e os números que vêm após as letras significa a ordem que as entrevistas foram efetuadas, e, em seguida a data da realização da coleta de dados. Assim, a subseção a seguir vai abordar com maior profundidade o PNAE e o PAA como um dos atores responsáveis de permanência dos agricultores no campo, em especial do assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).

#### **4.2 PNAE e PAA a viabilidade pública de permanência no campo: assentamento Olga Benário - Ipameri (GO)**

Por que o PNAE e o PAA são as políticas públicas com maior presença no assentamento Olga Benário? A resposta a esse questionamento identifica o perfil socioeconômico do universo da pesquisa. Destarte, o propósito desta subseção é apresentar os resultados obtidos na sondagem de campo, por meio de características identitárias do agricultor familiar como: grau de escolaridade, origem da família, faixa etária, sexo, estado civil, situação ocupacional e renda mensal familiar.

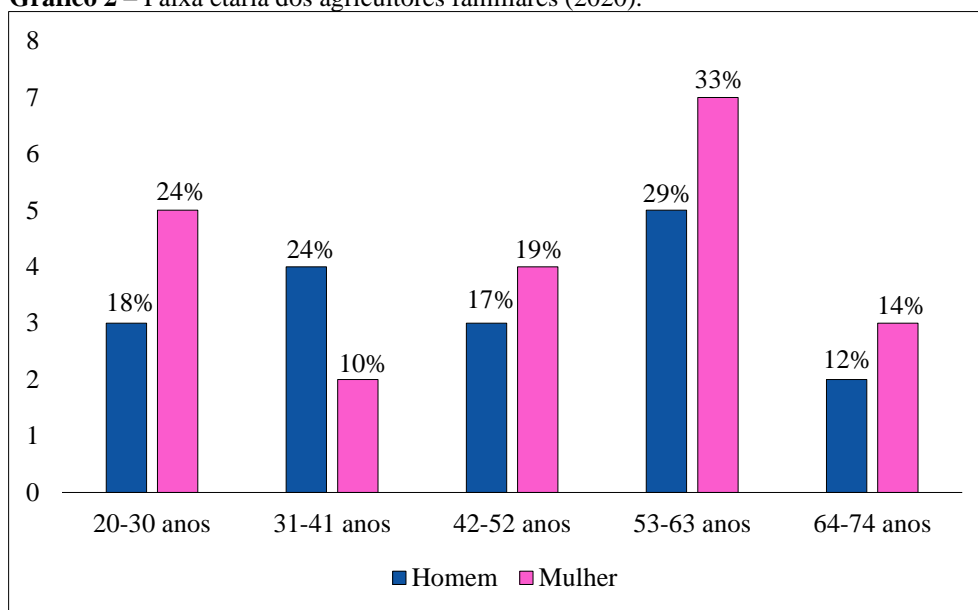
O assentamento Olga Benário abriga hoje 85 famílias, ou seja, uma família a mais que as 84 originais do início do assentamento. A justificativa da inserção de mais uma família ocorreu pois havia “[...] uma área destinada a experiências de técnicas de agriculturas alternativas; como não se viabilizou, foi criada uma nova parcela.” (Informação verbal<sup>22</sup>). As parcelas de terra possuem em média 32 hectares cada, nas quais as políticas públicas rurais se fazem presente com o propósito de contribuir para que esses agricultores possam produzir e obtenham melhores condições de vida, e assim permanecer no campo. De início, foram realizados levantamentos indiretos destinados a entender a dinâmica de vida e produção do assentamento Olga Benário e observar como as políticas públicas se faziam presente no cotidiano do agricultor familiar. Por meio dessa investigação percebeu-se que do total das 85 famílias que compõem o território do Olga Benário, apenas 45% destas participam do PNAE e PAA.

Em relação ao total de entrevistados (38), 45% são do sexo masculino, e 55% do sexo feminino (Gráfico 2). Evidencia-se que há um predomínio de mulheres no assentamento, fato decorrente da maioria das parcelas serem registradas em nome das mulheres, chefes de família. Há três motivos pelo qual a maioria das glebas estarem registradas nos nomes das mulheres: o primeiro está relacionado ao empoderamento da mulher rural, que foi uma luta feminina na conquista do espaço no mercado de trabalho e a busca por uma sociedade mais igualitária.

Na perspectiva acima mencionada, as mulheres batalham juntamente com os movimentos sociais para vencer as inúmeras barreiras imposta a elas, como a falta de reconhecimento pelo seu cônjuge, os filhos ou mesmo pelos próprios dirigentes dos movimentos sociais. A segunda causa está associada ao afeto, ou seja, as mulheres são mais estáveis que os homens em relação a venda da terra. Já, o terceiro motivo, acontece em razão ao engajamento dos programas governamentais, tais como o PRONAF que possui linhas de créditos específicas para as mulheres rurais. (REFATI; FABRINI; MARSCHNER, 2017).

---

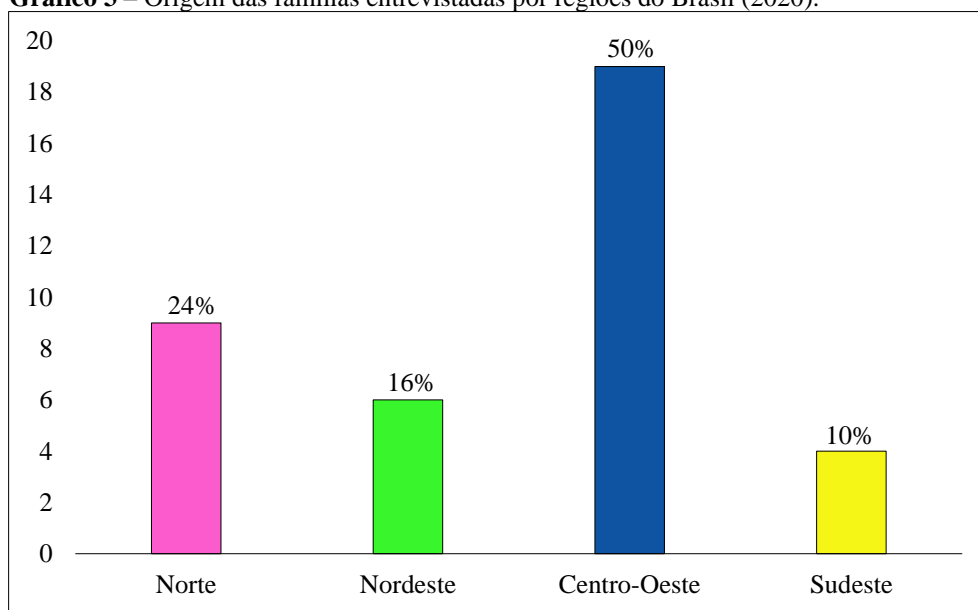
<sup>22</sup> Roteiro de entrevista A – 35, realizado em 24 de jan. 2021.

**Gráfico 2** – Faixa etária dos agricultores familiares (2020).

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Org.: Vaz, L. C. (2020).

Em relação a faixa etária dos agricultores familiares entrevistados, entre homens e mulheres a representação exposta corresponde a um universo quantitativo diferente. Das 21 mulheres interrogadas, entre o intervalo de 20 e 41 anos representam 34%. Nas demais faixas entre 42 e 74 anos, elas somam 66%. Quanto a população masculina foi indagada 17 pessoas, dos quais 59% dos agricultores familiares enquadram-se com idade inferior aos 52 anos, ou seja, esse universo é constituído por sujeitos com idades entre 20 e 52 anos. Em contrapartida, 41% estão com a idade superior aos 53 anos, distribuídos pelas faixas etárias entre 53 e 74 anos. Diante ao Gráfico 2, é possível perceber que há um predomínio de mulheres e homens entre a faixa etária de 53 e 63 anos, no qual enquadra-se aposentados e pensionistas.

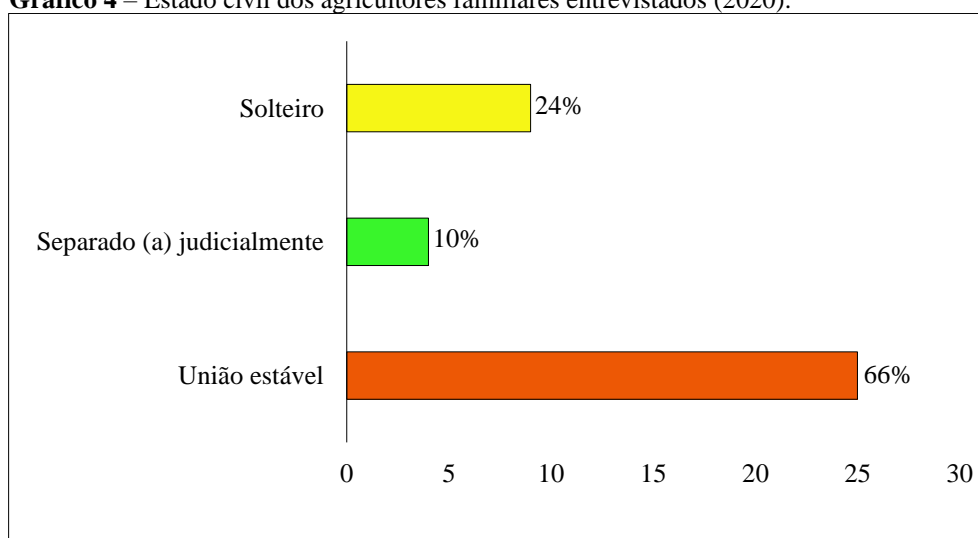
O Assentamento Olga Benário é composto por pessoas de diferentes origens geográficas. Foi possível distinguir através da análise da questão referente a origem que 50% das famílias entrevistadas advém da própria região Centro-Oeste, área onde situa-se Goiás e o município de Ipameri, além dos Estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso (Gráfico 03).

**Gráfico 3** – Origem das famílias entrevistadas por regiões do Brasil (2020).

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Org.: Vaz, L. C. (2020).

Outros, 24%, vieram da região Norte, do Estado de Tocantins; 16% deslocaram-se dos estados da Bahia e do Rio Grande do Norte, região Nordeste e 10% saíram da região Sudeste, referente aos estados de Minas Gerais e São Paulo. A região Sul foi a única em que não houve migração para o assentamento. Ressalva-se que estes dados referem-se ao grupo de entrevistados e não de todos os assentados.

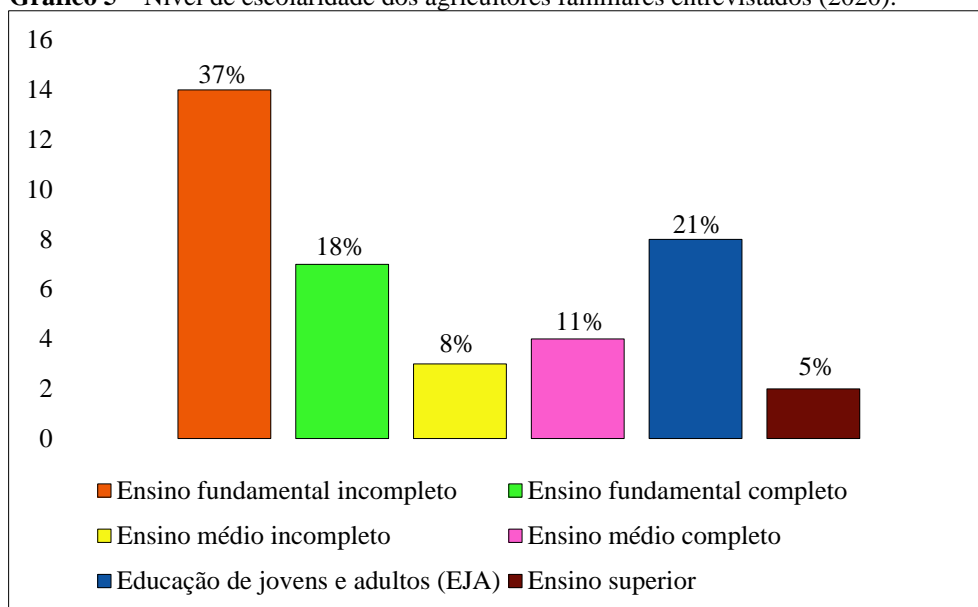
O Gráfico 4, representa o estado civil dos agricultores familiares, entrevistados, de onde extrai-se que, 66% dos produtores vivem em união estável com seus parceiros; 24% são solteiros; 10% são separados judicialmente e não há viúvos entre os entrevistados. Já o Gráfico 5, aborda o nível de escolaridade dos sujeitos da pesquisa.

**Gráfico 4** – Estado civil dos agricultores familiares entrevistados (2020).

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Org.: Vaz, L. C. (2020).

Em relação ao gráfico 5 é possível inferir que 37% possuem o ensino fundamental incompleto; 18% concluíram o ensino fundamental; 8% contam apenas com ensino médio incompleto; 11% conseguiram terminar o ensino médio; 21% estão matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e 5% concluíram o ensino superior. Ante a amostragem evidenciava-se que no grupo entrevistado não houve a presença de analfabetos, o que em muito contribuiu para que pudessem participar do PNAE e PAA, pois não tiveram maiores dificuldades para participar dos programas e cumprir as exigências.

**Gráfico 5** – Nível de escolaridade dos agricultores familiares entrevistados (2020).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Org.: Vaz, L. C. (2020).

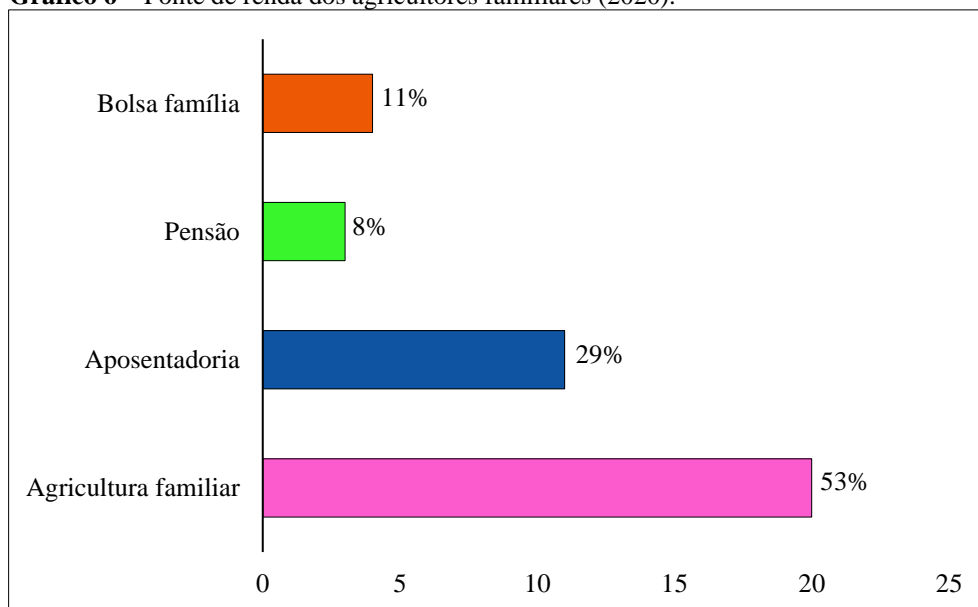
Ao serem questionados sobre a origem da renda familiar é possível argumentar que dentro do grupo interrogado, 53% dos produtores, vivem da renda adquirida com a venda dos produtos da agricultura familiar; são os donos da propriedade, vivem na terra; utilizam mão de obra familiar etc., se enquadram como agricultores familiares, de acordo com a Lei (11.326/2006) que considera agricultor familiar

[...] aquele que pratica atividades no meio rural [...], não detenha [...] área maior do que 4 módulos fiscais; utiliza predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômica do estabelecimento [...]; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento na forma definida pelo Poder Executivo e dirija o estabelecimento com a família. (BRASIL, 2021).

A modalidade de aposentadoria que predomina, é pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o que representa 29% dos sujeitos indagados. São aposentados por invalidez ou por idade. Os pensionistas correspondem a 8% e aqueles que recebem bolsa família 11%. Vale ressaltar, que, a todo momento, os agricultores, com os quais o pesquisador dialogou,

reforçavam que desempenhavam suas atividades na área ocupada com o auxílio da família. O fato de obterem pensão, serem aposentados ou receberem bolsa família não os descaracterizam como agricultores familiares.

**Gráfico 6** – Fonte de renda dos agricultores familiares (2020).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Org.: Vaz, L. C. (2020).

Como já abordado em trechos anteriores, um dos objetivos da reforma agrária é cumprir a sua função social, ou seja, “terra para quem nela trabalha” e à vista disso, contribuir com o aumento da produção e produtividade. Mas para que esse fato ocorra é necessário que o beneficiário realize investimentos na terra. Nessa perspectiva, é possível elencar uma série de dificuldades enfrentadas pelos agricultores/assentados para permanecer na propriedade conquistada.

Dentre os problemas encontra-se a construção da moradia; melhoria do solo; formação de pasto; plantio das lavouras, hortas; falta de recursos hídricos e maquinários; precariedade ou insuficiência de transporte para escoamento da produção e até mesmo para as necessidades pessoais, dentre outros. Perante o exposto houve a reivindicação de políticas que pudessem suprir essas carências. Para atender a esses clamores populares é que políticas como o PRONAF, PNAE, PAA, Luz para Todos, Habitação Rural, dentre outras foram elaboradas.

Para participar de dadas políticas públicas há a exigência que o beneficiário esteja vinculado a alguma organização comunitária, como sindicato, associação ou cooperativa. Em relação ao PAA todos os integrantes pertencem a ASPROAB ou ASCRAF, pois a participação nesse programa só é possível a partir do momento que o agricultor esteja ligado a uma

associação referente a agricultura familiar. Além das associações, 15% dos agricultores familiares integram a COOPMAFI e 6% fazem parte do Sindicato Rural de Ipameri.

Nesse limiar, foi questionado aos agricultores a razão da filiação, ou seja, quais os benefícios de serem filiados as associações, sindicatos ou cooperativas. A vista desse fato, alguns apontamentos foram postos

Bom, é para poder todo o pessoal buscar junto né? Esses projetos que vem do governo, porque para gente trabalhar sozinho certas coisas fica muito difícil, então assim pra tá ajudando a correr atrás e trazer melhorias né? (Informação verbal).<sup>23</sup>

Uai, a associação ela ajuda muita coisa, assim por exemplo, né? Benefício que vem do governo, igual o dinheiro dessa padaria (associação) aí mesmo, se ocê não for associado não vem, por pessoa própria não vem, só vem via associação. (Informação verbal).<sup>24</sup>

A associação na verdade é uma ferramenta fundamental para vida social, para vida das pessoas, mas no caso do agricultor é essencial para trabalhar no sistema cooperativismo, associativismo, não só do ponto de vista econômico que é fundamental na vida do ser humano, mas o próprio nome associação que leva o convívio social, as relações pessoais e interpessoais né? As discussões em grupo é que faz pensar, colocar na cabeça ideias. Enfim, um conjunto de ações e relações [...] associação é um grupo de pessoas discutindo, debatendo ideias, elevando o pensamento né? (Informação verbal).<sup>25</sup>

Uai porque a associação ela busca as coisas, ela corre atrás de recursos e, também, quando precisa de móveis para a panificadora a gente junta tudo e dá um jeito. Aqueles que você (o pesquisador) viu lá, (móveis da panificadora) a gente trabalhando com eles: armário, forno, máquinas, tudo foi nós que comprou, não foi projeto que a gente fez e conseguiu não, tudo foi comprado mesmo, até a camionetinha das entregas, foi nós todos [...]. Então um tipo de coisa assim, se um sozinho for mexer, ele não dá conta de montar, mas aí na associação, todo mundo participa, e aí fica mais fácil, e fora essas coisas, projetos de governo, esse trem, que só vêm através de associação e cooperativa, que se não for associado não consegue, então ela (associação) tem uma grande importância. (Informação verbal).<sup>26</sup>

De acordo com as colocações dos entrevistados, é notável perceber a conexão que há entre as entidades e os participantes, pois sabem distinguir o real significado de estarem vinculados a uma entidade representativa. Ressaltam a importância de participarem de organizações que contribuem com o desenvolvimento no meio rural e, também, expõem os desafios enfrentados no dia a dia, como as lutas pelos benefícios, a falta de recursos para investimento, as dificuldades para permanecer vinculados aos organismos que os representam,

---

<sup>23</sup> Roteiro de entrevista A – 24, realizado em 16 de jan. 2021.

<sup>24</sup> Roteiro de entrevista A – 22, realizado em 15 de jan. 2021.

<sup>25</sup> Roteiro de entrevista A – 10, realizado em 04 de dez. 2020.

<sup>26</sup> Roteiro de entrevista A – 02, realizado em 12 de nov. 2020.

dentre outros contratemplos. Os pontos relevantes são: aprovação de projetos como o PAA e o PNAE; captação de recursos para a compra de maquinários; aluguel de maquinários a preços módicos, dentre outros que fortalece o grupo. Ainda nessa perspectiva, os entrevistados foram questionados em relação da importância das entidades (associação, cooperativa e sindicato) para a produção, no qual afirmaram,

[...] tem uma importância muito grande, porque nesse caso a associação ela fica assim por conta dessa parte burocrática, os papéis, o projeto em si né? Então eles (responsáveis pela associação) ajudam muito, auxilia muito para o produtor, porque se fosse para o produtor correr atrás ficaria difícil, então eles organizam tudo, aí marca reunião explica tudo, entrega os papéis que tem que entregar para as pessoas poder entender melhor e viabilizar nessa parte aí. Então quando vai comprar os materiais é feito o levantamento do que precisa ser levado, [...]. (Informação verbal<sup>27</sup>).

Eu penso assim, é de suma importância, sabe por quê? Se não fosse a associação nós não tínhamos o projeto, a gente (refere-se a todos os assentados) não faz o projeto sem a associação, não é verdade? Porque precisa da associação para desenvolver os projetos governamentais no coletivo. Então eu acho que a associação é a peça principal e fundamental, porque é por meio da associação que vem os recursos. (Informação verbal<sup>28</sup>).

Ah! tem muita importância, porque a gente ser filiado a ASPROAB, é porque ali é um meio de vim os recursos do governo, também, via associação né? Porque hoje, (2020), nós temos tratores, a padaria. Então se a gente não tiver acesso a essas coisas fica mais difícil. O ser humano tem que viver em conjunto. (Informação verbal<sup>29</sup>).

A respeito dos relatos dos entrevistados dos roteiros A 35, 03 e 11 é possível afirmar que é fundamental o agricultor familiar participar de entidades que proporcionem o seu desenvolvimento no campo, pois é por meio da integração nas políticas públicas que o sujeito consegue usufruir dos direitos. É evidente o processo de mediação entre agricultores – entidades – políticas públicas, pois são três elementos que necessitam estar sempre ligados, ou seja, dentre os três, as entidades fazem uma intermediação de forma coletiva que agrega aos agricultores credibilidade, visto que, isso fica explícito nas falas dos entrevistados.

As políticas escolhidas para a execução deste estudo foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), os quais abarcam um grande contingente de produtores no Olga Benário. Os agricultores, quando indagados sobre como conheceram esses programas, conforme o Gráfico 6, assim responderam: 37% afirmaram que a primeira vez que ouviram falar sobre as políticas acima descritas foi por

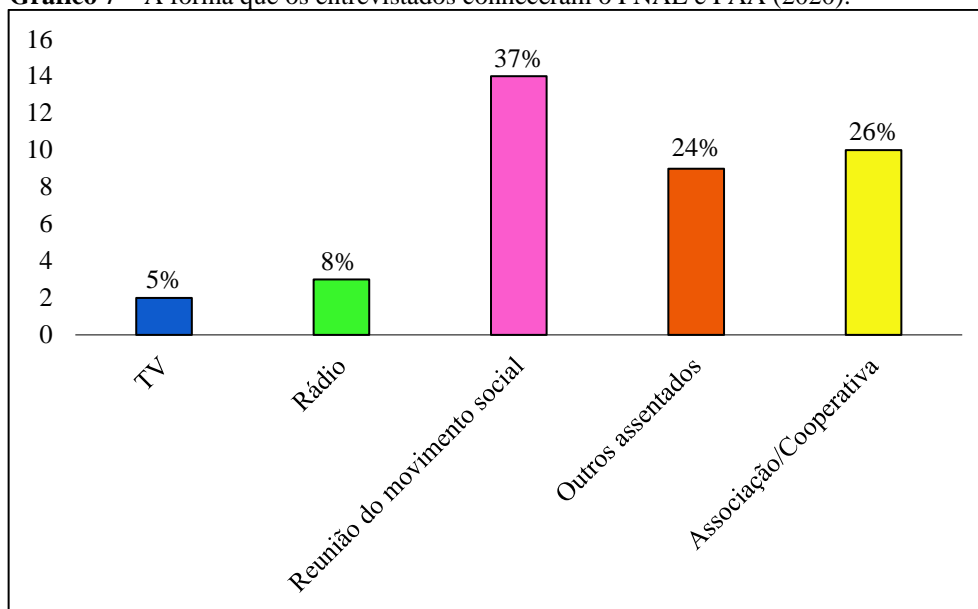
<sup>27</sup> Roteiro de entrevista A – 35, realizado em 24 de jan. 2021.

<sup>28</sup> Roteiro de entrevista A – 03, realizado em 12 de nov. 2020.

<sup>29</sup> Roteiro de entrevista A – 11, realizado em 06 de dez. 2020.

meio das reuniões dos movimentos sociais. No entanto, 26% souberam pelas associações ou cooperativas; enquanto 24% foram informados por outros assentados, 8% ouviram falar pelo rádio e 5% pela TV.

**Gráfico 7** – A forma que os entrevistados conheceram o PNAE e PAA (2020).



Fonte: Pesquisa de campo (2020). Org.: Vaz, L. C. (2020).

O PNAE e o PAA são políticas públicas que ajudam na complementação da renda familiar e realiza a conexão entre o rural e o urbano, ao promover, possibilitar, o desenvolvimento e a permanência da família na área rural. Das duas políticas escolhidas para a realização da dissertação, a que mais abrange a população do assentamento é o PAA, ou seja, sua ação representa 77% em relação ao grupo selecionado para a pesquisa. Os dois programas são bem avaliados, de acordo com o entrevistado do roteiro A - 24. *“Eu acho que representa o bem né? Porque é uma ajuda do governo que a gente passa sem, mas é um projeto que quando vem, a gente pode tá pegando o dinheirinho reunido, e tá fazendo alguma coisa que tem vontade né? Não é muito não, mas só de ser reunidinho, é bão demais.”* (Informação verbal<sup>30</sup>). Nessa mesma linha de argumentação, outros (as) entrevistados (as) que participam tanto do PNAE quanto do PAA afirmaram que é

uma ajuda muito importante, porque além de me ajudar, a gente aprende muito também, porque é tudo passado pelas nossas mãos, né? Não é que veio os produtos, a pessoa faz e manda e vem o dinheiro pra gente não. É todo um processo, a gente (associados) levanta é quatro horas da manhã, você (o pesquisador) entende? E pega duro junto, lá (padaria), e enquanto não termina tudo, não vem embora. Então isso, (trabalho coletivo na padaria), pra gente é prazeroso, sabe? Quando vem aquele dinheiro, que a gente recebe, a gente

<sup>30</sup> Roteiro de entrevista A – 24, realizado em 16 de jan. 2021.

sabe que cada notinha daquela tem uma gota de suor da gente, e isso é muito gratificante [...]. (Informação verbal<sup>31</sup>).

Ah! O PAA! É uma ajuda muito boa, financeiramente falando, é um suporte até bom pra gente, apesar que não vem muita coisa não, mas o pouco que vem representa muito né? Porque essa ajudinha de governo é muito fraquinha sabe? Mas, mesmo assim, ajuda muito a gente, esses produtos que a gente faz os pães, essas coisas, além de agregar a mão-de-obra da gente, a gente tem um retorninho, razoável, um dinheirinho, que a gente pega dá para ajudar muito aqui, (propriedade) a gente. (Informação verbal<sup>32</sup>)

Foi o meu primeiro projeto, mas assim, para mim, representou o meu ano (2020), você, (o pesquisador), sabe porquê? Assim, até então eu me via assim, eu tava aqui, na roça, mas eu não tinha o meu ego assim: eu que fiz, eu que produzi, esse dinheirinho foi eu que ganhei, entendeu? Sabe quando a gente se sentia inútil, tipo assim, eu fico fazendo, ajudando aqui, (na propriedade), em tudo, mas assim, eu não tinha visto o outro lado, e aí com o PAA foi muito bom, tipo assim, um dinheirinho que eu vi de forma diferente. (Informação verbal<sup>33</sup>).

Uma das primeiras coisas é agregar valor em cima do que nós produzimos e incentiva, assim, é mais um incentivo para nós agricultor, produtor saber onde vai colocar a produção, sabe? Esses programas (PNAE e PAA) são excelentes para que a gente permaneça no campo [...]. Essa questão de trinta por cento da agricultura familiar do PNAE demorou a chegar até a nós, também, demorou muito as escolas aceitarem. (Informação verbal<sup>34</sup>).

Diante as falas dos entrevistados, no qual foi questionado o que o PNAE e o PAA representavam na vida, é notório o quanto essas políticas ajudam os agricultores familiares em diversos aspectos, tanto no financeiro, quanto no social e profissional, pois ao desenvolver as atividades em grupo há uma relação de troca de aprendizagens. O público entrevistado demonstrou satisfação em desenvolver as atividades e afirmaram que a ajuda é recíproca, pois ao mesmo tempo que eles são ajudados eles também estão ajudando as unidades escolares. Desse modo, destacaram a importância dessas políticas públicas na atual conjuntura em que o país se encontra devido a pandemia. Ademais, um dos entrevistados aponta que o PNAE e o PAA *“tá me ajudando e tá ajudando os povos das escolas e da cidade. E o que representa para mim é isso, uma ajuda financeira satisfatória, principalmente com essa pandemia (COVID-19).”* (Informação verbal<sup>35</sup>).

Sobre a participação nas demais políticas públicas, dentro do grupo questionado 61% dos agricultores familiares participam de outras políticas públicas, como por exemplo, o

<sup>31</sup> Roteiro de entrevista A – 02, realizado em 12 de nov. 2020.

<sup>32</sup> Roteiro de entrevista A – 10, realizado em 04 de dez. 2020.

<sup>33</sup> Roteiro de entrevista A – 17, realizado em 07 de jan. 2021.

<sup>34</sup> Roteiro de entrevista A – 04, realizado em 16 de nov. 2020.

<sup>35</sup> Roteiro de entrevista A – 09, realizado em 25 de nov. 2020.

PRONAF, que possui linhas de créditos destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar. Em contrapartida, 39% integram somente o PNAE e/ou PAA.

A produção referente a agricultura familiar é realizada em estabelecimentos rurais de até quatro módulos fiscais, em que, pelo menos a metade da mão de obra é representada por membros da família. A realidade do assentamento Olga Benário, se enquadra com o exposto na lei 11.326/06, a qual afirma que para se considerar agricultor familiar as trajetórias produtivas devem acontecer mediante trabalho desempenhado pelo grupo familiar, como as produções de hortaliças, lavouras temporárias e permanentes, criação animal, dentre outras práticas. Atividades essas que serão melhor explanadas na subseção seguinte.

### **4.3 As trajetórias produtivas: a articulação pública na produção de alimentos**

O cultivo de hortaliças no Brasil ocupa importante papel no cenário da pequena produção, com destaque para a agricultura familiar. Este segmento produtivo está presente em todas as regiões geográficas brasileiras, gera emprego e renda aos agricultores. Nessa perspectiva, a produção no Olga Benário enquadra-se na agricultura familiar, como já apresentado anteriormente. Portanto, a produção familiar é o que garante renda para o sustento do grupo e assegura a permanência do produtor na área rural.

A permanência e a geração de renda no campo, perpassa pela trajetória socioprodutiva articulada de forma a garantir que a produção possa ser comercializada. É importante destacar, que a falta de capital interfere no desenvolvimento produtivo. Nesse ínterim, as políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares merece atenção, independente do cunho partidário político.

De acordo com o grupo selecionado para a pesquisa, foi perguntado qual a principal produção da propriedade. A esta questão, 76% responderam que realizam o cultivo em hortaliças e 24% se dedicam a outras atividades. Dentre os olericultores, 72% produzem tanto para o consumo familiar quanto para a comercialização e 28% plantam somente para o autoconsumo.

Após o cultivo e manejo das hortaliças é chegado o momento da colheita, pós-colheita e comercialização. Etapas que exigem práticas de venda dos produtos e seleção das mercadorias de melhor qualidade. Fazer a colheita nas primeiras horas do dia ou ao findar da tarde, períodos de temperaturas mais baixas, escolher o ponto de colheita, tem importância para a venda ou consumo dos vegetais, pois as melhores características como sabor, aparência e qualidade, advém da seleção correta da idade da planta, propriedade das folhas, hastes, frutos,

raízes, entre outras partes que serão consumidas. Manter os vegetais, após a colheita, na sombra, higienizá-los de maneira adequada e realizar o transporte, refrigeração e embalar de forma correta, dentre outras práticas, assegura a garantia de comercialização e retorno financeiro. A esse respeito Hanashiro e Pilon (2015) apontam que

a colheita pode ser entendida como a etapa final do ciclo de cultivo das plantas, sendo realizada de acordo com a maturidade da parte da planta (folhas, flores, raízes, bulbos, tubérculos, brotações e frutos) a ser utilizada para o consumo. As partes colhidas devem estar bem formadas, livres de pragas e doenças, e com boa aparência. [...] Na pós-colheita é necessário manter o foco na qualidade das hortaliças que chegam à mesa do consumidor, o produto colhido necessita de preparo visando à eliminação de microrganismos que podem causar doenças, além de ser necessária a retirada de partes danificadas e/ou não comestíveis. [...] No processo de comercialização, as vias de distribuição mais comuns são os Ceasas (centrais de abastecimento), mercados institucionais (Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, empresas de refeições coletivas, restaurantes, hotéis e hospitais), supermercados de grandes redes e, também, os de menores portes e as feiras livres [...]. (HANASHIRO; PILON, 2015, p. 87, 89 e 95).

Durante a coleta de dados, o pesquisador teve a oportunidade de acompanhar todo o processo, desde o plantio até a comercialização. Em diálogo e trocas de experiências empíricas com os sujeitos da pesquisa, observou-se o cuidado e a dedicação que os agricultores detêm sobre o que produzem, principalmente com as hortaliças. A Tabela 3 demonstra a variedade de alimentos produzidos pelos agricultores do Olga Benário.

**Tabela 3** – Itens mais produzidos em hortas pelos agricultores familiares (2020).

Verduras, legumes e temperos	
Abobrinha	Jiló
Agrião	Pimenta
Alface	Pimentão
Almeirão	Pepino
Beringela	Quiabo
Beterraba	Repolho
Cenoura	Rúcula
Couve	Tomate
Cheiro verde	Vagem

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Org.: Vaz, L. C. (2020).

Os dados da Tabela 3 certificam os produtos cultivados pelos agricultores familiares. Observa-se que os gêneros alimentícios são divididos em verduras, legumes e temperos, pois no decorrer das entrevistas os sujeitos indagados afirmaram que tais produtos possuem uma procura maior, em termo de mercado, e, também, são os de preferência de outros que não comercializam e usam apenas para o consumo familiar. Dessa forma, as Fotos de 6 a 15 demonstram a produção de hortaliças pelos agricultores familiares do Olga Benário. Extraí-

se das imagens a diversidade de verduras, legumes e temperos, produtos esses que são comercializados e/ou doados via PNAE e PAA. São também vendidos para o consumo direto em feiras livres da região de Ipameri, cidades circunvizinhas.

**Foto 6** – Canteiro de couve.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 7** – Canteiro de alface.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 8** – Cultivar de pimentas.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 9** – Cultivar de pepino.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 10** – Canteiros recém plantados com alface.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 11** – Cultivar de quiabo.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 12** – Abóbora verde (abobrinha).

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 13** – Pimentas em conserva.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 14** – Canteiros de agrião, alface e rúcula.

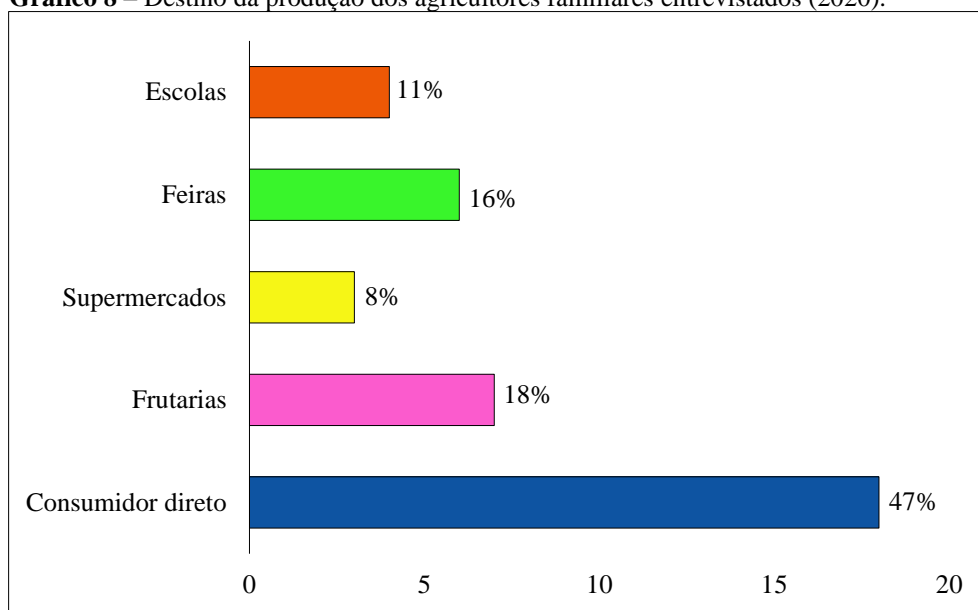
Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 15** – Canteiros de cheiro verde, couve e jiló.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

Em relação ao processo de comercialização, 68% dos entrevistados afirmaram que não possuem dificuldades em vender suas mercadorias, e 32% dos sujeitos indagados, responderam que possuem dificuldades em negociarem os produtos. As dificuldades para a venda, de acordo com as respostas, se devem a inúmeros fatores, como as exigências sanitárias, escassez de mercado, desvalorização da produção local, dentre outros.

No Gráfico 8, “Destino da Produção”, distingue-se que 47% dos entrevistados ofertam suas produções para consumidores direto; 18% fornecem para as frutarias; 16% vendem suas mercadorias em feiras livres; 11% destinam os seus produtos para as unidades escolares e 8% entregam seus produtos nas redes de supermercados locais e regionais. A agricultura familiar é a principal fonte de renda das famílias assentadas no Olga Benário e representa a mais importante ocupação remunerada, ou seja, o grupo familiar não exerce outra atividade formal ou informal em nenhum outro lugar.

**Gráfico 8** – Destino da produção dos agricultores familiares entrevistados (2020).

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Org.: Vaz, L. C. (2020).

No caminhar das entrevistas, o pesquisador observou que em algumas das propriedades visitadas há também outro ramo de exploração vegetal além da olericultura, que são as lavouras temporárias que representam 42% dos entrevistados. Os agricultores produzem uma diversidade de produtos como, mandioca, milho, soja e sorgo (Fotos 16 a 23). Da produção citada, a mandioca compõe-se um dos alimentos adquiridos pelos programas governamentais (PNAE e PAA), que são entregues nas unidades escolares do município de Ipameri.

**Foto 16** – Plantação de mandioca.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 17** – Raízes de mandioca.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 18** – Mandioca descascada e embalada.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 19** – Milho de pendão.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 20** – Colheita do milho para silagem.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 21** – Colheita do milho seco.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 22** – Soja em florescimento.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 23** – Sorgo em cachos.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

Nas lavouras temporárias as plantações são de curta duração, ou seja, em um período menor que um ano, sustentam apenas uma safra, na qual é necessário um novo plantio após a colheita<sup>36</sup>. O cultivo de grãos como milho, soja e sorgo depende de um investimento

<sup>36</sup> Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br>. Acesso em 14 de abr. 2021.

maior, no qual o agricultor necessita melhorar o solo por meio de fertilizantes, defensivos, além de máquinas e sementes de boa qualidade.

As lavouras permanentes, “compreendem a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitam de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Foram incluídas nesta categoria as áreas ocupadas por viveiros de mudas de culturas permanentes.”<sup>37</sup> Alguns dos agricultores familiares do Olga Benário que participam do PNAE trabalham com as lavouras permanentes, em especial cultivo de bananas de diferentes variedades, como: maçã, marmelo, nanica, prata, imperial, dentre outras. A banana é uma das frutas preferidas pelos gestores das unidades escolares, pois os alunos gostam de saborear como uma sobremesa ou mesmo vitamina.

**Foto 24** – Plantação de banana.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 25** – Cacho de banana.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

Em relação as fotos 24 e 25 é possível distinguir as plantações de bananas, e, também, a colheita. O cultivo da banana, no Olga Benário, garante renda para o sustento da família, e a produção atende ao PNAE e, também, a frutarias, mercados e feiras livres do município de Ipameri e cidades circunvizinhas. Os produtores de banana nos relataram que a rotação de cultura, é necessária para que os bananais tenham boa produtividade, pois com o tempo, o solo fica enfraquecido e aumenta o índice de pragas e doenças. A rotação é uma técnica que requer do agricultor conhecimento, equipamentos agrícolas, adubação e defensivos para que consiga preparar o solo e ter uma produção de qualidade. Nesse processo, o PRONAF, é uma política importante para que o produtor possa ofertar qualidade e investir na lavoura.

A política pública que possibilita o custeio mediante financiamento é o PRONAF, a qual auxilia e incentiva o agricultor familiar a produzir. Além dessa política pública há cooperativas que realizam parcerias com os agricultores por meio de investimentos na

<sup>37</sup> Disponível em: <https://sigite.sagrima.ma.gov.br>. Acesso em 14 de abr. 2021.

produção, ofertando sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, suporte técnico, dentre outros, e como retorno cobram que o produtor entregue a sua produção toda a cooperativa, ou seja, fazem um pré-custeio e uma compra antecipada da produção.

Em Ipameri a Cooperativa Agropecuária e Industrial (COCARI) situada na área urbana faz coparticipações com os agricultores familiares do município, principalmente com os assentados, no qual alguns são cooperados. Nessa perspectiva, um dos entrevistados afirmou que [...] *aqui nois produz assim, tem a cooperativa que é a COCARI ela faz uma parceria com a gente, que é o seguinte: eles ofertam pra gente o adubo, a semente, os defensivos e tem um técnico que acompanha, e aí quando a gente colhe eles compra tudo e abate os gastos da produção*”. (Informação verbal<sup>38</sup>).

De acordo com a fala do entrevistado supracitado, é possível considerar que mesmo a cooperativa de cunho privado contribui para que o agricultor familiar desenvolva práticas produtivas que resulta na sua permanência no campo. Ademais, no Olga Benário as ações de associações e cooperativas, juntamente com as políticas públicas, desempenham um papel fundamental para promover o desenvolvimento financeiro na área rural e assegurar a continuidade das atividades na gleba.

No assentamento Olga Benário como já discutido anteriormente, há as associações ASPROAB e ASCRAF, no qual ambas possuem suas panificadoras para a produção de panificados (pães, roscas e bolos) ligado ao PAA. As fotos 26 e 27 retrata as panificadoras das associações que ficam sediadas no Olga Benário. A foto 28 expõe um galpão que pertence a ASPROAB, localizado ao lado da panificadora. Esse galpão tem por finalidade a realização de reuniões e quaisquer outros eventos ligados aos associados.

**Foto 26** – Panificadora da ASPROAB.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 27** – Panificadora da ASCRAF.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

<sup>38</sup> Roteiro de entrevista A – 13, realizado em 05 de dez. 2020.

**Foto 28** – Galpão de reuniões/eventos da ASPROAB.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 29** – Maquinários da ASPROAB.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 30** – Maquinários da ASPROAB.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 31** – Sede da COOPMAFI.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

As fotos 29 e 30 caracterizam os maquinários da ASPROAB, no qual os associados podem usufruir conforme as regras estabelecidas pela associação. Já a foto 31 representa a sede da COOPMAFI. Como exposto anteriormente cada associação possui sua panificadora para atender as demandas da produção do PAA, executado em conjunto com as famílias associadas.

As fotos 32 a 37 mostram a produção de panificados, os maquinários e os métodos utilizados pelas famílias participantes do PAA. Os integrantes do projeto são divididos em grupos de acordo com o tempo de duração do projeto. O tempo do projeto muda de acordo com a verba destinada à sua execução e pode variar entre 06 a 12 meses.

**Foto 32** – Processo manual de sovar a massa.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 33** – Modeladora de pães.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 34** – Pães no tabuleiro.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 35** – Batedeira de massas.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 36** – Estufa de crescimento de pães e roscas.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 37** – Forno para assar.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

As famílias desempenham suas atividades no decorrer dos períodos pré-determinados na aprovação do projeto, e quando entregam toda a produção, a verba é encaminhada via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). A CONAB repassa os valores à conta da associação e o tesoureiro, responsável da associação, juntamente com o presidente, efetua os cálculos do quanto cabe a cada família e realiza os pagamentos. Nesse

sentido, foram indagados aos entrevistados sobre o repasse dos recursos do PAA, no qual afirmaram que

o dinheiro vem via associação, mas só que a gente só recebe depois que fizer as entregas de todos os produtos que são os panificados e os frangos. Aí quando é para iniciar a vez da gente no projeto, temos que ter um fundo, (dinheiro), para comprar os materiais que vamos utilizar, e quando a gente completa o projeto aí pega aquele dinheiro de volta. Aí o valor final depende daquilo que a gente pode levar para fazer os panificados quem tiver leite e ovos pode levar que abate quando a gente vai receber, eu mesmo levo. Depois de completar os dias que a gente precisa trabalhar lá (padaria da associação) o presidente mais o tesoureiro da associação chama todos aqueles que trabalhou e passa o dinheiro pra gente. (Informação verbal<sup>39</sup>).

O depósito é feito em uma conta no nome da associação, porque a associação tem duas contas. Em uma dessas contas o dinheiro entra e fica bloqueado, o valor total do projeto, ele fica ali (na conta do banco) bloqueado. Aí é feito a divisão dos projetos pelo período de aulas, por exemplo: tipo assim, se são trinta produtores vai pegar ali o período de aulas e vai dividir. Tipo, suponhamos, que vamos dividir trinta por seis que vai dar cinco projetos mensal, ou seja, cinco famílias vai trabalhar durante todo o mês na produção. Aí é feito o pedido do material, aí a pessoa tem que entrar com uma quantia de recurso próprio para poder estar custeando aquele material que não tinha. Aí, quando terminava, que fechava o projeto, quando as últimas entregas eram realizadas, colhido as assinaturas das diretoras das escolas e da responsável da merenda na prefeitura, para poder tá confirmando que foi entregue a produção, é enviado para a CONAB, que faz a liberação para o banco do dinheiro para cair na outra conta que o pessoal pode sacar; aí o financeiro da associação, junto com o presidente e o vice, vai até o banco retira o dinheiro, vem faz uma reunião, que já foi marcada e entrega os papéis com a quantia a ser recebida por cada família, de acordo com o que cada um gastou, tudo direitinho. Entrega para cada um e fala, olha tá aqui, o valor é tanto, você trabalhou no começo com tanto, que era aquela calção de entrada para comprar a matéria-prima, esse daqui foi o que ficou pra tá acertando. Do montante sobrou esse. Aí, a pessoa confere direitinho tudo, se tá certo, aí ele pega (Informação verbal<sup>40</sup>).

Como declararam os entrevistados, para iniciar a produção é necessário que o agricultor familiar entre com uma determinada quantia de capital para custear a matéria-prima, pois só recebem após concluírem as entregas. Como ressaltado, o agricultor familiar que tiver a matéria-prima para oferecer como por exemplo leite, ovos, farinha, no final quando forem acertar todos os gastos, esses produtos levados pelos agricultores são descontados, ou melhor, são somados aos valores a serem recebidos. Os valores pagos aos produtos agregados pelos produtores são baseados nos preços de mercado e no acerto final confere diferenças

---

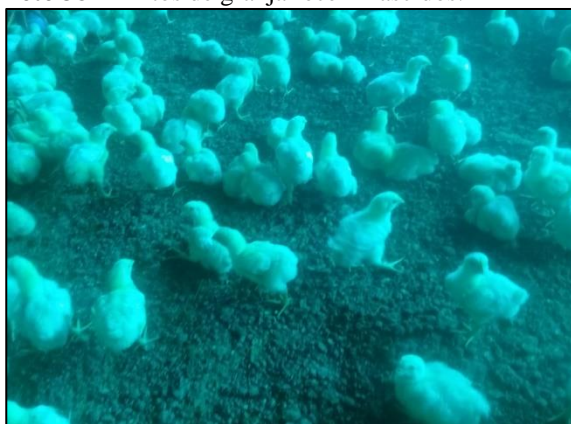
<sup>39</sup> Roteiro de entrevista A – 27, realizado em 18 de jan. 2021.

<sup>40</sup> Roteiro de entrevista A – 13, realizado em 05 de dez. 2020.

significativas entre os que ofertaram produtos inicialmente e aqueles que não ofereceram nenhum tipo de produto.

O PAA desenvolvido no assentamento oferece para as unidades escolares panificados, frangos e carne suína. Esses itens constam do projeto, porém são entregues semanalmente apenas os panificados, os frangos e a carne suína necessitam de um tempo maior para serem entregues. Esses animais têm o tempo certo para o abate. Além dos frangos e porcos há também, a criação de gado, mas este não faz parte do PAA. Entretanto, são complementos, importantes, para a renda familiar.

**Foto 38** – Pintos de granja recém nascidos.



Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 39** – Frangos de granja para o PAA.



Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 40** – Galinhas caipira.



Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 41** – Fêmea suína em lactação.



Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 42** – Suínos em chiqueiro.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 43** – Vacas leiteira no processo de ordenha.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 44** – Gado de corte.

Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

As imagens das fotos 38 a 42 retratam a criação de frangos e de suínos que após abatidos, são entregues as unidades escolares em forma de doação pelo PAA. Vale ressaltar, que esses animais, são também produzidos para o consumo familiar e para vendas externas, fora do PAA, como complemento a renda da família. As fotos 43 e 44 exibem a criação de gado de leite e de corte pelos agricultores e a comercialização do leite e seus derivados (queijo, requeijão, doce de leite, etc.) e, da carne, complementam a renda do grupo familiar.

Ambas as associações possuem transporte próprio (Foto 45) para a entrega dos panificados nas unidades escolares. O transporte dos produtos precisa seguir as normas sanitárias de forma a garantir a qualidade dos produtos. Há no assentamento um abatedouro de frangos, (Foto 46), exigência sanitária para entregar frangos ao PAA. Antes da construção do abatedouro os frangos eram entregues vivos para as

unidades escolares, que deveriam realizar o abate e todo o processo de limpeza das vísceras, fato que causava desconforto no ambiente escolar, principalmente pelo mau cheiro, que exalava na escola como um todo.

O abatedouro possui os maquinários para realizar o abate e a depena do frango. A remoção da cabeça, vísceras, pés, papo e pulmões é feita manualmente. Após esse processo o frango é resfriado. As famílias, que integram o PAA, são as responsáveis pelo trabalho manual do abate do frango. O transporte até as unidades escolares é realizado por meio de um caminhão baú de porte pequeno, (Foto 49), que mantém os frangos refrigerados.

**Foto 45** – Transporte para conduzir os panificados.



Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 46** – Abatedouro de frangos.



Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 47** – Transporte para entregar os frangos congelados.

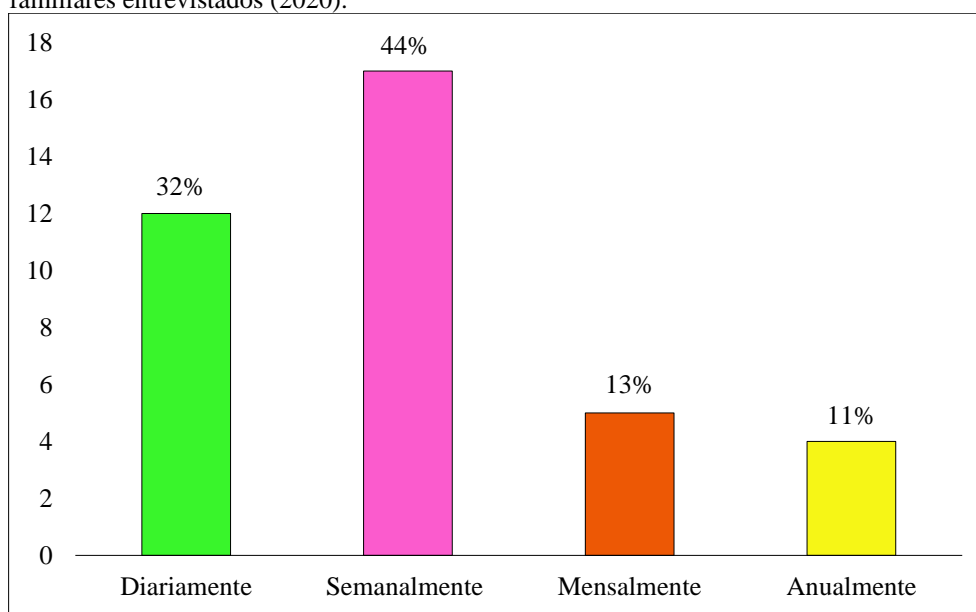


Fonte: Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

Em relação a manutenção dos maquinários, dos meios de transporte, energia, compra das embalagens e abastecimento dos veículos, as associações retiram uma porcentagem do valor total que vem para os projetos para suprir essas necessidades. Um dos agricultores familiares entrevistado afirmou que *“aí tem os descontos da associação que é para manter, porque se estraga uma máquina daquela*

a associação tem que ter um recurso para arrumar e manter os maquinários funcionando e manter os carros da entrega também”. (Informação verbal<sup>41</sup>). Nesse sentido, é importante destacar que o associativismo possibilita ao coletivo ações únicas, pois de maneira individual a dificuldade poderia ser maior ou até mesmo a desistência ou resistência em participar das políticas públicas que beneficiam os agricultores familiares.

**Gráfico 9** – Periodicidade da comercialização dos produtos fabricados pelos agricultores familiares entrevistados (2020).



Fonte: Pesquisa de campo (2020). Org.: Vaz, L. C. (2020).

O Gráfico 9, permite conferir a periodicidade da comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar no assentamento Olga Benário. Assim, 32% do grupo entrevistado comercializa suas mercadorias diariamente, são as hortaliças; 42% vendem os produtos semanalmente em feiras livres e entrega os panificados nas unidades escolares; 13% entregam seus produtos mensalmente para serem comercializados, geralmente frangos e a carne suína. Já 11% dos interrogados negociam suas mercadorias anualmente, são os produtos das lavouras temporárias, como milho, soja e sorgo. O mercado garantido para a produção dos agricultores familiares do Olga Benário, são os institucionais, representados pelas escolas que integram as políticas do PNAE e PAA, o qual será melhor discutido na próxima subseção.

<sup>41</sup> Roteiro de entrevista A – 27, realizado em 18 de jan. 2021.

#### 4.4 Os mercados institucionais: a visão dos gestores escolares

A comercialização de produtos da agricultura familiar no Brasil por meio do mercado institucional é um fato relativamente recente, ou seja, teve início do século XXI com a criação de programas governamentais como o PAA, no ano de 2003, e a consolidação do PNAE, no ano de 2009. A partir do desenvolvimento dessas políticas públicas, todo o coletivo envolvido, agricultores e escolas, representada pelos gestores, tiveram que adaptar as novas experiências ante ao objetivo de fortalecer o agricultor familiar, a produção local e ofertar alimentos de qualidade e saudáveis aos alunos.

As políticas direcionadas aos agricultores familiares trouxeram regras que exigiram adaptações das ações, como por exemplo, a obrigação de adquirir produtos da agricultura familiar, no qual esses produtos precisam ser de origem local, princípio esse que tem como intuito incentivar a agricultura familiar, a produção municipal de alimentos e a permanência desses agricultores na área rural.

Os mercados institucionais de compra ou doação de alimentos, via PAA ou PNAE, criaram uma alternativa para a agricultura familiar dos assentados do Olga Benário, que permitiu o acesso a novas oportunidades financeiras, a qual proporcionou o fortalecimento dos vínculos com o território e propiciou melhores condições de vida.

O PAA e o PNAE têm desafiado a agricultura familiar a mudanças importantes em sua matriz produtiva. À medida que incentivam a produção local da agricultura familiar, especialmente de produtos característicos dos hábitos alimentares locais, esses programas acabam por restaurar a diversificação produtiva, ou, ao menos, provocam esse processo. Já existem diversas avaliações desses programas realizadas em diferentes ambientes rurais, demonstrando que muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar produtos locais que, até então, eram depreciados ou não tinham seu valor comercial reconhecido. (DEPONTI *et al.* 2018, p. 6).

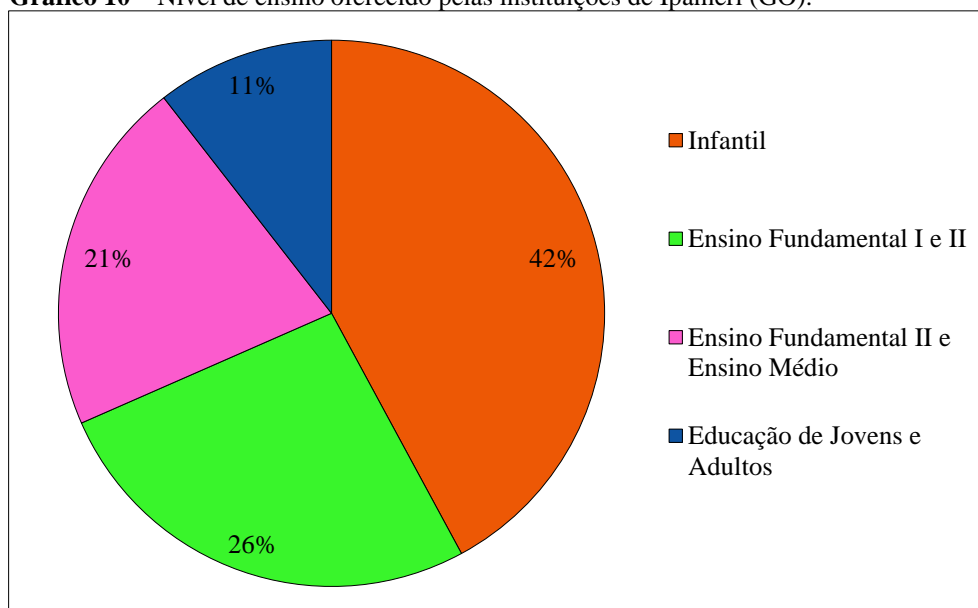
De acordo com os autores supracitados, percebe-se que os programas permitem aos governos, municipal, estadual e federal, a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar sem a necessidade de licitação. Esses alimentos são destinados a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e pode ser atribuído diretamente para a merenda escolar, realidade do PNAE e PAA no Olga Benário. A diferença é que o PAA é desenvolvido na modalidade “Compra por Doação Simultânea” e o PNAE prevê que 30% dos alimentos da merenda escolar tem que ser obrigatoriamente adquirido da agricultura familiar.

No entanto, as entrevistas demonstraram que há pontos positivos e outros que necessitam ser mais bem elaborados, pensados, segundo os gestores. A respeito das políticas

públicas PNAE e PAA, o qual participam agricultores familiares e gestores das unidades escolares, um dos objetivos da pesquisa foi ouvir e entender a visão dos gestores em relação as políticas públicas e as produções realizadas pelos agricultores familiares do assentamento Olga Benário. Para isso, o pesquisador realizou um roteiro de entrevista semiestruturada para indagar questões como: Quais alimentos recebem? Qual a qualidade dos produtos recebidos? Que tipo de lanche é preparado a partir dos alimentos recebidos? Os alimentos impactaram na merenda escolar? Dentre outros questionamentos que representam as ações desses programas.

Foram entrevistados 19 gestores responsáveis pelas unidades escolares de Ipameri (GO) atendidos pelos programas PNAE e PAA. Diante das coletas de dados dos entrevistados, 79% das unidades escolares pertencem a rede municipal, a qual oferta ensino desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental II; já 21% integram a rede estadual que oferece educação a partir do Ensino Fundamental I até o Ensino Médio.

**Gráfico 10** – Nível de ensino oferecido pelas instituições de Ipameri (GO).



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Org.: Vaz, L. C. (2020).

Em relação ao nível de ensino oferecido pelas unidades escolares de Ipameri (GO), 42% do total corresponde ao ensino infantil, representados pelas creches e centros comunitários, em parceria com a Igreja Católica; 26% das escolas possuem o ensino fundamental I e II. Já 21% equivalem as instituições de ensino fundamental II e o ensino médio, e, apenas 11% representa a educação de jovens e adultos. Nesse sentido, como exposto no Gráfico 10, é possível observar que o município possui uma base educacional bem fundamentada, ao ofertar todas as etapas da educação básica.

Em relação as instituições de ensino de Ipameri (GO) todas participam da política pública do PNAE, pois de acordo com a Lei nº 11.947/2009 ficou estabelecido que 30% da renda da merenda escolar teria que ser gasto com produtos oriundos da agricultura local e familiar. Lei como essa fez com que os agricultores familiares, tanto do Olga Benário quanto no geral, valorizassem e investissem ainda mais em suas propriedades, ao criar perspectivas de renda e produzir condições para a permanência no campo. As relações entre os gestores e agricultores estreitaram, ambos passaram a dialogar a respeito dos cultivos, preços, responsabilidades, dentre outros fatores que visam o desenvolvimento da produção e sua comercialização. Foram indagados aos gestores que alimentos compram/recebem do PNAE e/ou PAA assim afirmaram que

PNAE: a gente que faz as compras, conforme aquilo que o agricultor produz. Seguindo a lei que é trinta por cento adquirido da agricultura familiar. Com os trinta por cento adquirimos mandioca, farinha, açafrão, cebola, alho, verduras em si como tomate, alface e repolho que a gente serve na merenda e de vez enquanto frutas como laranja e banana. PAA: é o que é produzido pela agricultura familiar aqui no município, mas recebemos apenas do assentamento em forma de doação como porco, frango, linguiça suína, pão, rosca, bolo e mandioca. (Informação verbal<sup>42</sup>).

PNAE: com os trinta por cento da agricultura familiar eu compro mais verduras, legumes e frutas. As crianças gostam muito dos produtos porque são fresquinhos, você (eu pesquisador) precisa ver o quanto eles gostam não sobra nada. Com o dinheiro do PNAE destinado a agricultura familiar compro as folhagens como alface, couve, agrião, rúcula, repolho e tomate, também compro abobrinha verde, mandioca, batata doce, banana e laranja. Agora o PAA como é doação a gente recebe porco, tem vez que vem o porco inteiro e outras a metade, a gente separa a gordura e frita para fazer as refeições e a carne a gente vai servindo no lanche, recebemos também frangos, os panificados que vêm pães, roscas e bolos e teve uma época que veio mandioca. Esses produtos ajudam muito na merenda, porque a verba e tão pouca e as crianças adoram quando a gente serve. (Informação verbal<sup>43</sup>).

PNAE: a verba que vem destinada para a agricultura familiar que é trinta por cento, nós aqui na escola aproveitamos da melhor forma possível, compramos aquilo que eles produzem como alface, abobrinha, repolho, tomate, couve, cenoura, batatinha, mandioca, abóbora cabotiá, pepino, beterraba e feijão, aí com o restante do dinheiro eu compro as outras coisas para complementar a merenda. Já o PAA é uma benção para a escola, porque recebemos as coisas em forma de doação e vou te falar uma coisa esse projeto ajuda demais na merenda. Como a verba da merenda é muito pouca o que ganhamos podemos ofertar um lanche mais diversificado e a vontade para os meninos, aqui mesmo (na escola) recebemos porco, frangos, bolo, rosca, pão, as vezes vem mandioca. Nossa, menino! Você não tem noção o quanto esse PAA nos ajuda, sou muito grata por ser contemplada. (Informação verbal<sup>44</sup>).

---

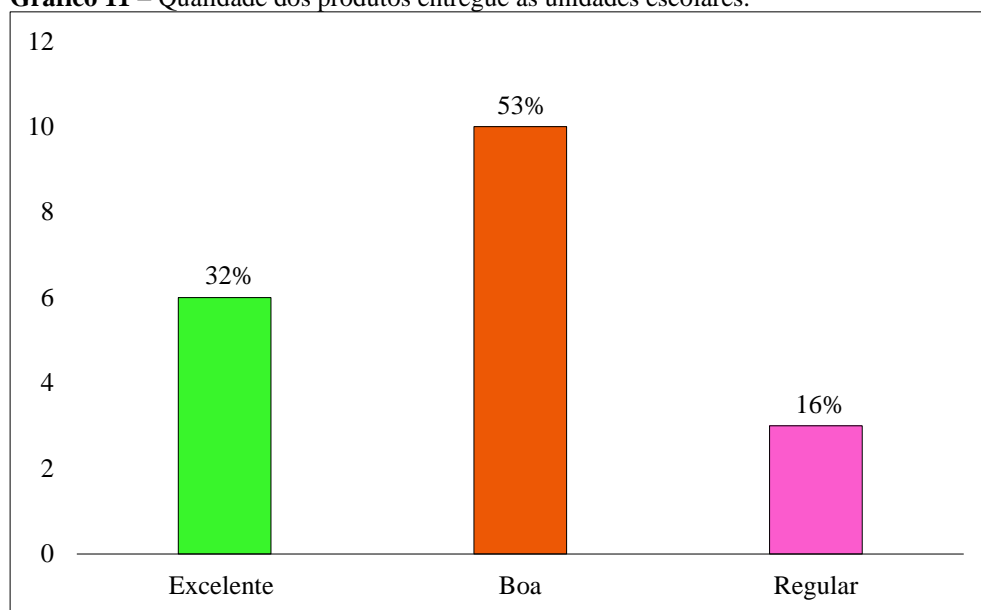
<sup>42</sup> Roteiro de entrevista B – 8, realizado em 10 de mar. 2020.

<sup>43</sup> Roteiro de entrevista B – 3, realizado em 04 de mar. 2020.

<sup>44</sup> Roteiro de entrevista B – 5, realizado em 06 de mar. 2020.

Segundo as declarações dos gestores a respeito dos alimentos oriundos do PNAE e PAA, foi possível constatar que essas duas políticas ofertam uma diversidade de produtos que enriquece a merenda escolar. Também foi questionado aos gestores das unidades escolares a qualidade dos produtos entregues (Gráfico 11).

**Gráfico 11** – Qualidade dos produtos entregue as unidades escolares.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Org.: Vaz, L. C. (2020).

De acordo com o Gráfico 11, que representa a qualidade dos produtos do PNAE e do PAA, foi possível analisar que 32% dos gestores indagados pontuaram que os alimentos recebidos são de excelente qualidade, ou seja, são entregues frescos, possuem uma boa textura e aroma; 53% ressaltaram que a qualidade das mercadorias é boa, por vezes não são entregues frescos e nem sempre apresentam um padrão de cores bem definido, e, apenas 16% dos gestores consideraram os produtos de forma regular. Quando classificados em regulares entende-se que as mercadorias são entregues em embalagens danificadas, estufadas, e com cor, cheiro ou consistência alterados.

Ainda em relação a qualidade, um dos gestores entrevistados relatou que *“tem produtos que vêm com a qualidade boa, e as vezes tem dia que determinados produtos ficam a desejar, então assim não posso generalizar, se eu falar que é tudo ruim estarei mentindo, mas se eu disser que é excelente estarei sendo incoerente, mas de forma geral são produtos bons”*. (Informação verbal<sup>45</sup>). Nessa perspectiva, os gêneros alimentícios possuem sim as suas qualidades, mas em certos pontos, deixa a desejar.

<sup>45</sup> Roteiro de entrevista B – 18, realizado em 29 de abr. 2020.

Em relação ao tipo de lanche preparado com os alimentos recebidos por meio dos programas PNAE e PAA, e diante as entrevistas realizadas foi possível afirmar que o grupo gestor das escolas está satisfeito com os produtos entregues, pois conseguem preparar um cardápio rico e diversificado para a merenda escolar. Vale ressaltar, que as escolas municipais possuem o apoio de uma nutricionista, a qual elabora um cardápio diferente para cada unidade escolar. Este pode ser alterado ou modificado de acordo com as necessidades de cada escola e dos alimentos recebidos a cada semana. Já as escolas estaduais seguem um cardápio proposto pela Secretaria de Estado da Educação e este não pode sofrer alterações. Nessa direção, os gestores certificaram que

Uai, com o pão, a gente oferta pão com manteiga; pão com carne moída. Já a rosca, a gente serve ela normal ou com manteiga, acompanhada de suco ou mesmo leite achocolatado. Com a carne de porco, às vezes, a gente faz ela refogadinha, com arroz e feijão. Geralmente o porco vem gordo, separamos a banha, fritamos, para realizar as comidas. O frango, usamos muito na galinhada, mas, também, fazemos ele com macarrão e farofinha. Com a mandioca fazemos quibebe com carne moída. Em tempo frio, fazemos até caldo. As verduras, legumes e frutas servimos como acompanhamento as refeições, alface e tomate, repolho e tomate, couve, banana, melancia, laranja. É impressionante o quanto as crianças gostam do lanche que a gente serve. (Informação verbal<sup>46</sup>).

[...] o bolo é normal com suco, quando a gente tem condição fazemos uma cobertura no bolo de chocolate, mas isso não é sempre. Agora com a carne suína, faço ela no arroz, tem vez que fazemos baião de três, que é arroz, feijão e carne. Os frangos que vêm, faço galinhada, que é um lanche muito desejado pelos alunos. Faço também, farofa de frango com cenoura e sirvo com arroz. Sempre que o lanche tem arroz tem uma salada de acompanhamento, como alface, tomate, repolho e couve. A gente também faz sopa com verduras e legumes, tipo cenoura, batatinha, beterraba, mandioca, chuchu e abóbora. E quando a verba sobra compramos frutas, como, laranja, mamão, melancia e banana. (Informação verbal<sup>47</sup>).

As falas dos entrevistados, nos permitiram identificar que a maioria dos alimentos servidos pelas unidades escolares, em forma de lanche, é procedente da agricultura familiar. No decorrer da entrevista foi perguntado de que forma os alimentos, adquiridos por meio do PNAE e do PAA, impactaram na merenda escolar, ao que os gestores declararam *“esses programas (PNAE e PAA) permite a gente enriquecer a merenda escolar com a verba que vem destinada a este fim, com qualidade e quantidade”*. (Informação verbal<sup>48</sup>).

Como o PNAE e o PAA impactou viu! Porque aí, a gente consegue pegar verduras e frutas frescas, sabe? Em vez de pegar lá do mercado, que tá as vezes

<sup>46</sup> Roteiro de entrevista B – 10, realizado em 14 de abr. 2020.

<sup>47</sup> Roteiro de entrevista B – 14, realizado em 22 de abr. 2020.

<sup>48</sup> Roteiro de entrevista B – 07, realizado em 10 de mar. 2020.

uma semana já, eles (agricultores) já trazem a mercadoria mais fresquinha. A senhora que fornece pra nós, ela traz alface panhada no dia, ou seja, os produtos têm qualidade. A mandioca ela arranca, casca e já traz, então assim a gente teve uma qualidade melhor na aquisição desses produtos. Agora a vantagem do PAA é porque assim, como a gente não paga, é uma ajuda e tanto na alimentação das crianças, né! Porque vai acrescentar, como a gente tá deixando de gastar aquele dinheiro daquele dia, por exemplo: veio o pão eu não vou gastar com a aquisição do pão, então eu posso incrementar com uma carne moída ou deixar o dinheiro para enriquecer o lanche em outro dia. (Informação verbal<sup>49</sup>).

O PNAE e o PAA impactaram de forma muito positiva, pois os produtos sempre chegam conforme a gente solicita. A relação que nós, aqui da escola, temos com os agricultores, que são nossos fornecedores é muito boa, pois sempre estão dispostos em atender nossas necessidades. Quando recebemos produtos doados pelo PAA, ficamos agradecidos, porque é um auxílio na merenda. Teve uma época que foi suspenso o PAA, nossa, fez uma falta, porque são produtos de qualidade e agrega muito no lanche. (Informação verbal<sup>50</sup>).

Conforme as entrevistas, percebe-se que as políticas públicas PNAE e PAA atingiu de forma concreta os objetivos esperados, ao menos no assentamento Olga Benário, visto que são políticas com uma dupla ação, e que atendeu a ambos os lados (agricultores e unidades escolares). A maneira pela qual os gestores expuseram o impacto dessas políticas sobre a merenda escolar leva-nos a considerar que o assunto foi sempre, no decorrer das entrevistas, tratado com alegria, disposição e os relatos de experiências, otimistas.

É normal e necessário que toda política pública seja fiscalizada para que possa cumprir adequadamente sua função social, porque apenas por essa inspeção que os responsáveis estatais conseguirão identificar os problemas e se os objetivos estão sendo alcançados. Em relação aos produtos entregues as unidades escolares, os gestores disseram que os responsáveis por fiscalizarem as mercadorias são os próprios gestores e agricultores. Desse modo, informaram que *“os agricultores trazem os produtos e nós mesmos fiscalizamos a qualidade”*. (Informação verbal<sup>51</sup>). *“Geralmente as mercadorias chega bem cedinho, né! Por volta de seis e meia eles entregam, então as meninas da cozinha conferem pra mim, porque por exemplo, eu anoto todos os dias o que veio e quantidade, pois se houver alguma fiscalização eu tenho o controle de tudo”*. (Informação verbal<sup>52</sup>).

A prestação de contas do PNAE e do PAA é realizada tanto pelos agricultores familiares, quanto pelos gestores das unidades escolares, pois é por meio dessas prestações que

<sup>49</sup> Roteiro de entrevista B – 03, realizado em 05 de mar. 2020.

<sup>50</sup> Roteiro de entrevista B – 16, realizado em 24 de abr. 2020.

<sup>51</sup> Roteiro de entrevista B – 12, realizado em 16 de abr. 2020.

<sup>52</sup> Roteiro de entrevista B – 01, realizado em 04 de mar. 2020.

o Governo libera e fiscaliza as verbas repassadas as escolas e as associações dos agricultores. A prestação de contas do PNAE e do PAA, e feita da seguinte forma

PNAE: a gente faz a prestação de conta todo mês, com nota fiscal e tudo. Os produtos entregue para nós, eles (agricultores), que tiram a nota fiscal de todos os produtos. Nós entregamos tudo para a coordenadora da merenda, lá na prefeitura. PAA: agora os produtos de doação que é o PAA a gente faz as anotações do que eles trazem aqui para escola, tipo o que trouxeram e a quantidade. Acontece de vir algum fiscal para conferir se estamos recebendo a quantidade correta de produtos, e quando ele vem, mostramos o caderno de controle com todos os produtos doados pelo assentamento. (Informação verbal<sup>53</sup>).

PNAE: funciona assim, tudo aquilo que a gente compra com os trinta por cento temos que ter uma nota fiscal referente ao valor e o que foi comprado, e tem que ser tudo bem claro, porque senão não aceita. Fazemos o pagamento para o agricultor familiar via transferência e encaminhamos tudo para a secretaria da educação. PAA: É o seguinte, os agricultores trazem as coisas geralmente duas vezes na semana, mas o que mais entrega são os panificados. Para a organização tem um grupo no WhatsApp com todos os diretores e lá sempre avisam o que será entregue na semana, então eles (responsável da entrega do PAA) já sabem a quantidade de alunos em cada escola. Assim que chegam com os produtos, nós, aqui da escola, tem um caderno de anotações, nele anotamos a data, o que trouxeram e a quantidade e eles também possuem o controle deles, onde pede a gente para assinar aquela quantia recebida. (Informação verbal<sup>54</sup>).

Sobre a prestação de contas do PNAE e do PAA, conforme exige a legislação, a transparência é algo primordial. A sua não realização implica no bloqueio da verba destinada a instituição e essa regra vale também, para os agricultores associados, pois se a associação não prestar contas dos materiais gastos e dos produtos entregues, o dinheiro não é depositado na conta da associação. Mas em Ipameri, tanto as unidades escolares, quanto as associações, desenvolvem os programas e projetos conforme as exigências legais e as prestações de contas ocorrem de forma transparente, de acordo com os gestores e agricultores.

Em 2020, cenário difícil perante a pandemia da COVID-19, os alimentos antes destinados a merenda escolar foram utilizados para compor cestas básicas que passaram a ser entregues as famílias dos alunos matriculados nas unidades escolares. Como o PNAE faz parte da merenda escolar, a produção dos agricultores se manteve e a oferta de produtos de qualidade continuou inalterada. Nessa conjuntura, tanto os agricultores familiares, quanto os alunos foram amparados e ainda estão (2021), pois as consequências do processo de disseminação do vírus ainda assolam a poluição mundial.

---

<sup>53</sup> Roteiro de entrevista B – 16, realizado em 24 de abr. 2020.

<sup>54</sup> Roteiro de entrevista B – 03, realizado em 05 de mar. 2020.

As cestas entregues as famílias dos alunos (Fotos 48 e 49) são compostas por produtos diversificados como frutas, legumes e verduras, oriundos da agricultura familiar no assentamento Olga Benário e outros mantimentos adquiridos, com verba do PNAE, como arroz, macarrão, feijão, etc.

**Foto 48** – Cestas de alimentos entregue aos alunos.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 49** – Cestas de alimentos entregue aos alunos.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

O desempenho do PAA no município de Ipameri vincula-se diretamente a forma de organização dos agricultores familiares em associações ou cooperativas. A realidade no Olga Benário é que tanto a ASCRAF, quanto a ASPROAB trabalham com projetos ligados ao PAA todos os anos. O dinheiro advindo deste programa público complementa a renda da família e melhora as condições sociais e econômicas de todo o grupo familiar. As produções encaminhadas as unidades escolares atendem também, famílias carentes do município, principalmente em tempos de pandemia da COVID-19.

A secretaria da assistência social do município por meio do CadÚnico seleciona as famílias em condições de vulnerabilidade e oferta-lhes cestas básicas a partir dos produtos recebidos do PAA. Os demais gêneros alimentícios que compõe a cesta como arroz, feijão, açúcar, óleo, dentre outros, são adquiridos por meio de verbas destinadas a este fim.

**Foto 50** – Panificados entregue a assistência social.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 51** – Panificados entregue a assistência social.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 52** – Panificados entregue a assistência social.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

**Foto 53** – Distribuição as famílias carentes.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020). Autor: Vaz, L. C.

Os panificados preparados pelos agricultores familiares do Olga Benário e entregues a secretaria da assistência social (Fotos 50 a 53), são separados e distribuídos em cestas, de acordo com a quantidade de famílias a serem atendidas. Posteriormente, são entregues as famílias em situação de insegurança alimentar (Foto 57). A vulnerabilidade das famílias foi agravada pela pandemia, pois muitos chefes de famílias foram demitidos e engrossaram as fileiras dos desempregados.

O PNAE e o PAA enquanto políticas públicas tem contribuído para combater a fome no país. Mas projetos como esses, que desencadeiam ações sociais e solidárias que atendem associações e cooperativas de agricultores familiares e unidades escolares e consequentemente os alunos que nelas estão matriculados, ainda são pequenas diante a gama de problemas sociais e econômicos gerados pela pobreza extrema no Brasil.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção de pesquisas em tempos de pandemia da COVID-19, impôs uma nova ordem, ou seja, um outro ritmo para que os pesquisadores adequassem os seus objetos de estudos a atual conjuntura. Nessa perspectiva, o estudo em questão passou por limitações sociais, orçamentárias e estruturais, porém mesmo com todos os obstáculos impostos ele foi apresentado. É possível elencar inúmeros desafios, tais como a dificuldade de acesso aos livros impressos e não disponíveis em formato digital, pois as bibliotecas públicas se encontravam fechadas pelos diversos decretos, e o maior desafio, buscar novas metodologias que se adequassem ao momento em que as pesquisas de campo estavam limitadas e os dados necessitavam ser coletados *in loco*. Assim, avistar um “norte” foi uma trajetória ímpar.

A pesquisa não é algo que se faz da noite para o dia, exige tempo, dedicação, orientação, leitura sobre o tema, reflexão, diálogo com os autores e construção textual, o que demanda conhecimentos específicos sobre a ciência e suas técnicas. Nesta pesquisa buscou-se analisar as possibilidades de os programas PNAE e o PAA garantirem a reprodução social e a permanência de agricultores familiares no assentamento Olga Benário, em Ipameri (GO), no período estabelecido entre 2009-2019.

Em relação a conquista da parcela de terra, via reforma agrária, foi possível considerar o quão importante é a terra, para os sujeitos beneficiados, pois é a partir dela que a produção se realiza. A mandioca, o milho, o sorgo, a soja, o plantio das hortaliças, a criação de animais, só é possível sobre dado território. Território esse conquistado por meio de lutas cotidianas, no seio dos movimentos sociais e entendido enquanto porção do espaço delimitado e apropriado por um indivíduo ou conjunto de pessoas. Contudo, ter apenas a gleba não é o suficiente, ou seja, é necessário que o Estado e a sociedade criem condições para que eles, os assentados de reforma agrária, possam existir, (re) existir, permanecer na terra.

As políticas públicas, direcionadas para as populações rurais, tem como objetivo ofertar melhores condições de vida, produção de alimentos e comercialização, como garantia de renda ao núcleo familiar. Fatores esses que contribuem para a permanência do homem no campo e evita a mobilidade rural-urbano. Nesse sentido, as políticas proporcionam aos sujeitos envolvidos, alternativas de produção ou mesmo oportunidade de mercado, como por exemplo, o PNAE, política que possibilita a compra de produtos da agricultura familiar. A compra é realizada com o dinheiro que vem para a merenda escolar e que, obrigatoriamente, 30% têm que ser gasto com produtos advindos da agricultura familiar. Portanto, é fundamental as ações das políticas públicas, para proporcionar o fortalecimento da agricultura familiar.

A agricultura familiar se faz presente no país de forma geral. Por meio dessa atividade, realizada pelos membros que compõe o grupo familiar, é que a produção se concretiza, o comércio acontece e a renda obtida assegura o sustento da família e propicia a permanência na terra, como pequenos agricultores.

Os sujeitos pesquisados do Olga Benário, se autodeclararam como agricultores familiares. Informaram, também, que as atividades desenvolvidas no assentamento são: o cultivo de hortas; plantio de lavouras (temporárias e permanentes); criação de gado de corte e leite, de aves e de suínos. A produção destina-se a enriquecer a merenda escolar de crianças e jovens, atendidos pelas diversas Instituições de Ensino Público, tanto estadual quanto municipal de Ipameri, atividades essas que fazem parte das políticas PNAE e PAA. A produção não entregue as Escolas, é comercializada nas feiras livres do município, entretanto a prioridade é atender ao PNAE e PAA.

O PNAE e o PAA são políticas públicas voltadas para os agricultores familiares, no intuito de subsidiar o rendimento econômico ao pequeno agricultor, e ao mesmo tempo, auxiliar no sustento familiar, ao auferir renda ao agricultor. Assim, essas políticas visam combater a vulnerabilidade alimentar no país, e como consequência tem possibilitado a permanência do pequeno agricultor no campo. Entretanto não é prioridade do Estado brasileiro, criar políticas de incentivo a permanência dos agricultores familiares no meio rural. A maioria das políticas agrícolas destinam-se a atender ao grande produtor e ao agronegócio.

Os agricultores resistem, persistem, (re)existem no campo, e assim lutam para construir, preservar, a condição de vida e melhorar o universo rural. Nesse sentido, cabe destacar que a falta de incentivos públicos ameaça o agricultor familiar a perder suas raízes ou mesmo a sua própria identidade, e contribui para que o homem do campo permaneça a parte do processo de transformação das estruturas produtivas rurais.

O PNAE e o PAA são políticas públicas que ajudam na complementação da renda familiar e realiza a conexão entre o rural e o urbano, ao promover, possibilitar, o desenvolvimento e a permanência da família na área rural. Das duas políticas com maiores ações no objeto de estudo, a que mais abrange a população do assentamento é o PAA, ou seja, sua ação representa 77% em relação ao grupo selecionado para a pesquisa. Além de participarem dessas políticas, os agricultores familiares produzem e comercializam seus produtos nos estabelecimentos comerciais de Ipameri, além das feiras, como já destacado anteriormente.

Em relação ao processo de comercialização, 68% dos entrevistados afirmaram que não possuem dificuldades em vender suas mercadorias, e 32% dos sujeitos indagados,

responderam que possuem dificuldades em negociarem os produtos. As dificuldades para a venda, de acordo com as argumentações, se devem a diversos fatores, como as exigências sanitárias; a escassez de mercado; a desvalorização da produção local, dentre outros. Nessa perspectiva, as políticas voltadas ao campo têm por objetivo direcionar a saída/destino as produções, no qual é perceptível o quão são importante a implementação dessas ações estatais para que os agricultores possam garantir mercado para seus produtos.

O comércio institucional, de compra ou doação de alimentos, via PAA ou PNAE, criaram uma alternativa para os agricultores familiares do assentamento Olga Benário. Permitiu o acesso a novas oportunidades comerciais e financeiras, as quais proporcionaram o fortalecimento dos vínculos com o território e permitiu melhorias nas condições de vida. Por meio desses programas governamentais os agricultores do assentamento passaram a ter maior acesso as demandas comerciais, o que ampliou o conhecimento sobre produção, comercialização e renda, eliminando a figura do atravessador.

Em relação aos alimentos oriundos do PNAE e PAA, constatou-se que essas duas políticas ofertam uma diversidade de produtos como alface, couve, tomate, repolho, pepino, abobrinha, cenoura, batata, mandioca, carne suína, frango, panificados (rosca, bolo e pães), dentre outros, que enriquece a merenda escolar e favorece aos alunos e famílias em tempos de pandemia.

A análise proposta, neste trabalho, se assenta em uma perspectiva integradora e reflete, por meio do viés territorial das políticas públicas PNAE e PAA no assentamento Olga Benário, no município de Ipameri (GO), no período instituído entre 2009-2019, novo viés de análise das políticas públicas. As regularidades ou irregularidades encontradas sobre esse estudo foram embasadas na metodologia, na problemática e nos objetivos definidos inicialmente. Portanto, em outras perspectivas, em outros períodos temporais ou em outros espaços, os resultados de uma pesquisa com mesma temática podem e serão diferentes. Bem como, o estudo das políticas PNAE e PAA em Ipameri ou mesmo no próprio assentamento pode adquirir nova configuração em novo tempo/espaço.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Brasília: MDA, NEAD, Consultoria IICA 940/98, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 15, n.º. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998.

ARAÚJO, Cláudio Márcio de; OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de; ROSSATO, Maristela. O sujeito na pesquisa qualitativa: desafios da investigação dos processos de desenvolvimento. **Psicologia: teoria e pesquisa**. Brasília, v. 33, s/n, p. 1-7, jul./dez. 2016.

ARAÚJO, Richard Medeiros de. **Programa de Aquisição de Alimentos (2003-2010): avaliação da implementação pela CONAB no Rio Grande do Norte**. Natal, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **PRONAF resumo das linhas de crédito 2019**. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/TabelaAF.pdf> Acesso em 17 abr. 2020.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): relatório de resultados 2010**. Fortaleza, 2012.

BATAGLIN, Jaiarys Capa. **A gestão do PRONAF e suas relações com a sustentabilidade da agricultura familiar**. Pato Branco, 2012.

BOLTER, Jairo Alfredo Genz; SCHEINEIDER, Sergio; HAAS, Jaqueline Mallmann. O programa nacional de habitação rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento rural. *In*. GRISA, Catia; SCHEINEIDER, Sergio. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 465-482.

BRANDÃO, Amanda Dias. **População e território: migração brasileira de nordestinos para o município de Ipameri (GO) entre 1990 e 2018**. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2019.

BRANDÃO, Hilma Aparecida. **Memórias de um tempo perdido: a estrada de ferro Goiás e a cidade de Ipameri (início do século XX)**. 2005. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Histórico**, 2020. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em 06 maio 2020.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em 25 de abr. 2021.

BRASIL. **Reforma agrária compromisso de todos**. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/reforma-agraria-compromisso-de-todos.pdf>. Acesso em 02 de jul. de 2019.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Histórico**, 2020. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico>. Acesso em 06 maio 2020.

BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Perspectiva de permanência no campo: estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista Espacios**. Caracas, v. 38, n. 29, p. 1-11, jan./fev. 2017.

BRUMER, Anita. A exploração familiar no Brasil. In. LAMARCHE, Hugues. (org.). **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 179-234.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de políticas públicas**. Brasília: Enap, 2018.

CARMO, Raquel Mendes do. **Qualificação e permanência do agricultor familiar no campo: a casa familiar rural do município de Candói – PR**. 2010. 96 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Toledo, 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná de; BARCELLOS, Sérgio Botton. Políticas públicas para a juventude rural brasileira. In. GRISA, Catia; SCHEINEIDER, Sergio. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 549-570.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Execução do PAA**. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>. Acesso em 22 set. 2020.

DEPONTI, Cidonea Machado *et al.* O mercado institucional da compra de alimentos da agricultura familiar – PAA e PNAE – no território do Vale do Rio Pardo/RS. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**. Santa Catarina, v. 8, n. 1, p. 4-24, jan./jun. 2018.

FAO/INCRA. Food and Agriculture Organization/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório Final de Projeto de Cooperação Técnica**. Brasília: INCRA, 1994.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. 2008. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf>. Acesso em 21 jul. 2020.

FIRMINO, Waldivino Gomes. **Itinerários camponeses: de lá para cá e daqui para ali até o assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)**. Ipameri (GO), 2013. 143 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Estado de Goiás – Campus Catalão, 2013.

FULLER, Anthony. "Part-time farming and the farm family: a note for future research". *Sociologia Ruralis*, 23 (1): 5-9, 1990, Netherlands.

GIANEZINI, Kelly *et al.* Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 21, n. 2, p. 1066-1084, jul./dez. 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista administração de empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GODOY, Arilda Schimidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai./jun. 1995.

GONDIM, Grácia Maria de Miranda; MONKEN, Maurício. Território e territorialização. *In*: GONDIM, Grácia Maria de Miranda; CHRISTÓFARO, Maria Auxiliadora Córdova; MIYASHIRO, Gladys Miyashiro. (org.). **Técnico de vigilância em saúde: contexto e identidade**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. p. 21-44.

GRISA, Catia; SCHEINEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 4, p. 125-146, out./dez. 2014.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). *In*: ARAUJO, Federico Guilherme Bandeira de; HAESBAERT, Rogério (Org.). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. p. 33-56.

HANASHIRO, Marcelo Mikio; PILON, Lucimeire. Colheita, pós-colheita e comercialização. *In*: CLEMENTE, Flávia Maria Vieira Teixeira. (org.). **Produção de hortaliças para agricultura familiar**. Brasília: Embrapa, 2015.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALAÇA, Manoel. **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária**. Presidente Prudente, v. 22, n.º. 49, p. 140-167, ma./ago. 2019.

INOCÊNCIO, Maria Erlan. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado**. 2010. 271 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócios Ambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LANDAL, Elena Charlotte *et al.* **Concentração geográfica da agricultura familiar no Brasil**. Sete Lagoas: EMBRAPA, 2013.

MALAGUTI, Jane Mary Albinati. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): desafios para a inclusão dos produtos da agricultura familiar na merenda escolar de Itapeceira da Serra – SP**. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas e Organizações Públicas) – Universidade Federal do Estado de São Paulo – Campus Osasco, São Paulo, 2015.

MANZINI, Eduardo Jose. Considerações sobre a entrevista para a pesquisa social em educação especial: um estudo sobre análise de dados. *In*: JESUS, Denise Meyrelles de; BAPTISTA,

Claudio Roberto; VICTOR, Sonia Lopes. **Pesquisa e educação especial: mapeando produções**. Vitória: UFES, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MATOS, Patrícia Francisca de; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Observação e entrevista: construção de dados para a pesquisa qualitativa em geografia agrária. *In*: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 279-291.

MENDES, Estevane de Paula Pontes. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão**. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

MENDES, Estevane de Paula Pontes; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevista. *In*: RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma de hoje. **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária**. Presidente Prudente, v. 9, nº. 8, p. 151-172, jan./jun. 2006.

MONTEIRO, Rafael de Melo; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Território e relações de poder, dominação e resistência: disputas territoriais entre estado, MST e camponeses no assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: UFU, 2012, p. 1-17. Disponível em: [http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais\\_enga\\_2012/eixos/1122\\_1.pdf](http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1122_1.pdf). Acesso em 15 de jul. 2020.

OLIVEIRA, Leandro Gomes de. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na agricultura familiar: estudo de caso na microrregião de Ubá-MG**. 2015. 168 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, 2015.

PASQUALOTTO, Nayara; KAUFMANN, Marielen Priscila; WIZNIEWSKY, José Geraldo. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável**. Santa Maria, 2019.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico do planejamento aos textos, da escola à academia**. São Paulo: Rêspel, 2013. 4. ed. p. 312.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. Pesquisas qualitativas: referências para pesquisa em Geografia. *In*: MARAFON, Glaucio José *et al.* (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 23-36.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edmilson; MARSCHNER, Walter Roberto. O trabalho das mulheres nos assentamentos Antonio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná. **Revista Nera**. Presidente Prudente, v. 20, n. 35, p. 83-107, jan./abr. 2017.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2014.

SAMPAIO, Irã Carvalho. Resenha do livro “Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Unicamp, 2011. 152 p.”. **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v. 18, n. 2, p. 281-286, jun./set. 2015.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 6. ed. p. 166.

SANTOS, Luciene Conceição dos. A (des) construção do Jeca Tatu: uma análise da personagem de Monteiro Lobato. **Anais [...]** Recôncavo da Bahia: IFRB, 2012, p 1-10. Disponível em: <http://www3.ufrb.edu.br/ebecult/wp-content/uploads.pdf>. Acesso em 25 set. 2020.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *In*: SANTOS, Milton *et al.* (org.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. 2. ed. p. 13-21.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SARAIVA, Enrique. O conceito de política pública. *In*: SARAIVA, Enrique; FERRAREZI, Elizabete. (org.). **Políticas públicas**. Brasília: Enap, 2006.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. *In*: GRISA, Catia; SCHEINEIDER, Sergio. (org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 571-592.

SILVA, Eliane Regina Francisco da. **Agentes territoriais na implementação do programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)**. 2019. 486 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. Abordagem qualitativa e geografia: pesquisa documental, entrevista e observação. *In*: MARAFON, Glaucio José *et al.* (org.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 207-222.

SILVA, Juniele Martins. **As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)**. 2015. 274 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. AGRICULTORES FAMILIARES E REPRODUÇÃO SOCIAL: as comunidades Cruzeiro dos Martírios e Paulistas no município de Catalão (GO). In: NEVES, Adriana Freitas *et al.* (org.). **Coletânea Interdisciplinar em Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - vol. 1**. São Paulo: Blucher, 2015. p. 241 -255.

SOUZA, Romier; MICHELOTTI, Fernando; COSTA, Gilson da Silva. **Agricultura familiar: história, diversidade e autonomia**. Brasília, 2010.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: conceitos, tipologias e sub-áreas**. Salvador (BA), 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br.pdf>. Acesso em 20 ago. 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 77-116.

SOUZA, Vanilde Ferreira de. **Agricultura familiar: permanência e/ou resistência num bairro rural de Araquara – SP**. 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev./jul. 2003.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo André. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. Planaltina. **Anais [...]** Planaltina: EMBRAPA, 2009, p. 35-60. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pdf>. Acesso em 15 ago. 2020.

SCHNEIDER, Sergio. A Pluriatividade no meio rural brasileiro: características e perspectivas para investigação. Publicado em GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.) (Org.) **La pluriactividad en el campo latinoamericano**. 1. ed. Quito/Equador: Flacso - Serie, 2009.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil**. Serie Documentos de Trabajo N° 145. Grupo de Trabajo: Desarrollo con Cohesión Territorial. Programa Cohesión Territorial para el Desarrollo. Rimisp, Santiago, Chile, 2013.

TECCHIO, Andréia. **Políticas públicas de desenvolvimento territorial e superação da pobreza no meio rural brasileiro: estudo de caso no território meio oeste contestado (SC)**. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

VANTROBA, Erléia Aparecida. **Necessidades e perspectivas para a permanência do jovem do campo no seu ambiente**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

VEIGA, João. **Ipameri Histórico Volume 2**. Goiânia: Editora Kelpes, 1994.

ZACO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 61-78, jan./mar. 2016.

## APÊNDICE A – Roteiro de entrevista para agricultores familiares



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

Roteiro A – Entrevista semiestruturada com os agricultores familiares do Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO).

<b>1 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO</b>	
1.1 Data da entrevista: ___ / ___ / 2021	1.2 Número do roteiro: .....
1.3 Horário de início: .....	1.4 Término: .....
1.5 Resultado da entrevista: ( ) Entrevista realizada ( ) Recusa ( ) Domicílio fechado ( ) Outra: .....	
• Entrevista não realizada por outra razão, especificar: .....	
<b>2 IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR E SUA FAMÍLIA</b>	
2.1 Grau de escolaridade	
2.2 Chefe de família	
( ) Semianalfabeto ( ) Alfabetização de adultos ( ) Ensino fundamental - 1ª fase ( ) Ensino fundamental completo	
( ) Ensino médio incompleto ( ) Ensino médio completo ( ) Ensino Técnico ( ) Ensino superior completo	
( ) Ensino superior incompleto	
2.3 Cônjuge	
( ) Semianalfabeto ( ) Alfabetização de adultos ( ) Ensino fundamental (1ª fase) ( ) Ensino fundamental completo	
( ) Ensino médio incompleto ( ) Ensino médio completo ( ) Ensino Técnico ( ) Ensino superior completo	
( ) Ensino superior incompleto	
2.3 Origem da família: .....	
2.4 Idade: ..... 2.5 Sexo: .....	
2.6 Cidade de Nascimento: ..... 2.7 Estado: .....	
2.8 Estado civil: .....	
2.9 Número de filhos: ( ) H/idade ..... ( ) M/idade .....	
<b>3 SITUAÇÃO OCUPACIONAL DO PRODUTOR</b>	
3.1 Situação ocupacional: .....	
3.2 Existe outra fonte de renda? ( ) Sim ( ) Não ( ) Aposentadoria ( ) Pensão ( ) Bolsa família ( ) outra: .....	
<b>4 ATIVIDADE REMUNERADA FORA DO ESTABELECIMENTO EM 2009 – 2020</b>	
4.1 Entre 2009 - 2020, o produtor teve alguma atividade econômica fora do estabelecimento?	
( ) Não	
( ) Sim → Que tipo de atividade? .....	
4.2 Entre 2009 - 2020, algum membro da família do produtor, que residia no mesmo domicílio do produtor, buscou ou teve alguma atividade econômica fora do estabelecimento?	
( ) Não	
( ) Sim → Que tipo de atividade? .....	
4.3 Essas atividades contribuíram de modo importante para renda familiar ou do estabelecimento?	
( ) Sim Especifique: .....	

Não

### 5 PRODUÇÃO VEGETAL

#### 5.1 Exploração vegetal

Silvicultura  Horticultura  Lavoura permanente  Lavoura temporária  Não há .....

#### 5.2 Existe horta no estabelecimento?

Não  Sim  Consumo familiar  Comercialização

5.3 Produção de hortaliça:  Cheiro verde  Couve  Pimenta  Alface  Cenoura  Beterraba  
 Almeirão  Outros: .....

5.4 Faz uso:  Adubação (química orgânica)  Agrotóxicos  Irrigação

#### 5.5 Consumo familiar

Hortaliças/frutas  Ovos  Arroz, feijão, milho, mandioca  Leite  Queijo  Polvilho  Farinha de mandioca  Açafraão  Licores  Doces  Aguardente  Açúcar mascavo  Rapadura

Outros: .....

#### 5.6 Comercial

Hortaliças/frutas  Ovos  Arroz, feijão, milho, mandioca  Leite  Queijo  Polvilho  Farinha de mandioca  Açafraão  Licores  Doces  Aguardente  Açúcar mascavo  Rapadura  Outros:

#### 5.7 Renda/aproximada:

.....

### 6 UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICOS

6.1 Utilizam agrotóxicos para o controle de pragas e/ou doenças em vegetais?  Sim  Não

6.2 Qual o valor da despesa com agrotóxicos? .....

6.3 Qual o destino das embalagens vazias de agrotóxicos?

Vendidas  Largadas no campo  Reaproveitadas  Depósito de lixo comum  Queimadas ou enterradas  
 Devolvidas ao comerciante  Recolhidas pela prefeitura ou órgãos públicos  Depositadas no estabelecimento, para serem retiradas  Outro destino

6.4 Utilizam outras alternativas para o controle de pragas e/ou doenças em vegetais?  Sim  Não

6.5 Quais alternativas utilizam?

Uso de armadilha  Queima de resíduos agrícolas e de restos de culturas  Outras (uso de repelentes, calda, controle biológico, etc.)

6.6 No estabelecimento se faz agricultura orgânica?

Não faz  Faz e é certificado por entidade credenciada  Faz e não é certificado por entidade credenciada

### 7 COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Mandioca ..... kg  Alface ..... pés  Couve ..... (molho 8 fls)  Cenoura ..... kg  Tomate ..... kg  
 Repolho ..... kg  Leite ..... l  Frango ..... unidades  Carne suína ..... kg  Pães e Roscas  
 ..... unidades (50 grs)  Bolo ..... (forma 50x30)  Outros: .....

.....

### 8 CARACTERÍSTICAS DA PECUÁRIA

8.1 Espécies e quantidade de animais na propriedade:

Bovinos ..... cabeças →  Suínos ..... cabeças →  Equinos ..... cabeças →  Galináceos ..... cabeças   
 Outras aves ..... cabeças →  Caprinos ..... cabeças →  Ovinos ..... cabeças →  Outros .....  
 ..... cabeças

8.2 Qual é a finalidade principal das seguintes criações?

8.2.1 Bovinos:  Corte  Cria  Recria  Engorda  Leite  Não possui

8.2.2 Suínos:  Consumo familiar  Comércio/Destino  Não possui

8.2.3 Galináceos:  Consumo familiar  Comércio/Destino  Não possui

### 9 PRODUÇÃO

9.1 Na propriedade, utiliza-se força de tração animal e/ou mecânica? ( ) Não ( ) Sim

9.1.1 Qual? ( ) Animal ( ) Mecânica

9.2 Qual é a procedência da força utilizada?  
 ( ) Própria ( ) De uso comunitário ( ) Serviço contratado ( ) Cedida por terceiros ( ) De empreiteiros ( ) Cedida pelo Governo (Federal, Estadual ou Municipal) ( ) Alugada

9.3 Quais destas práticas agrícolas são utilizadas no estabelecimento?  
 ( ) Plantio em nível ( ) Uso de terraços ( ) Rotação de culturas ( ) Uso de lavouras para reforma/renovação /recuperação de pastagens ( ) Pousio ou descanso de solos ( ) Queimada ( ) Proteção e/ou conservação de encostas

9.4 Faz aplicação de calcário e/ou outros corretivos do pH do solo no estabelecimento? ( ) Sim ( ) Não

9.4.1 Qual o valor da despesa com calcário e outros corretivos? .....

9.5 Faz adubação no estabelecimento? ( ) Não ( ) Sim

9.5.1 Onde a adubação é utilizada?  
 ( ) Lavoura ( ) Em pastagens

9.5.2 Quais produtos são utiliza?  
 ( ) Adubo químico nitrogenado ( ) Adubo químico não-nitrogenado ( ) Esterco e/ou urina de animal ( ) Adubação verde ( ) Vinhaça ( ) Húmus de minhoca ( ) Biofertilizantes ( ) Inoculantes (fixadores de nitrogênio) ( ) Composto orgânico ( ) Outros: .....

### 10 DADOS SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO

10.1 Para quem é destinado sua produção?  
 ( ) Consumidor direto ( ) Frutarias ( ) Supermercado ( ) Feira ( ) Escolas ( ) Outros:  
 .....

10.2 Periodicidade da comercialização dos produtos: ( ) Diariamente ( ) Semanalmente ( ) Mensalmente ( ) Anualmente

10.2.1 Preço alcançado (2009 - 2019): .....

10.3 O produtor possui transporte para a comercialização da sua mercadoria? ( ) Sim ( ) Não

10.3.1 Em caso negativo, quem faz o transporte e qual o seu custo:  
 .....

10.4 O produtor tem acesso às informações sobre o mercado (demanda, preços, exigências do consumidor)?  
 ( ) Sim ( ) Não

10.4.1 Como obtém essas informações?  
 .....

10.5 Existem problemas para a comercialização? ( ) Sim ( ) Não

10.5.1 Por quê? .....

10.6 Participa de algum programa de incentivo a comercialização? ( ) Sim ( ) Não

10.6.1 Qual? .....

10.7 Destino da renda? .....

### 11 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS NO ESTABELECIMENTO EM 2009 – 2020

11.1 Contratou algum serviço entre 2009 - 2020? ( ) Sim ( ) Não

11.1.1 Se sim, a contratação foi feita através de: ( ) Empreiteiro ( ) Cooperativa ( ) Empresa ( ) Particular ( ) Associação

11.2 Para quais finalidades contratou os serviços?  
 ( ) Preparo de solos ( ) Plantio ou semeadura ( ) Tratos culturais ( ) Colheita ( ) Limpeza de pastos ( ) Construção e manutenção de cercas ( ) Construção e manutenção de canais de irrigação ou drenagem ( ) Classificação/ seleção e/ou embalagem de produtos ( ) Beneficiamento e/ou transformação de produtos ( ) Outros, quais? .....

11.3 Qual o valor total da despesa com serviço contratado? R\$ .....

### 12 FINANCIAMENTOS E/OU EMPRÉSTIMOS

12.1 Obteve financiamento e/ou empréstimo: ( ) Sim ( ) Não.

12.1.1 Se afirmativo, qual a Instituição Financeira utilizada? ( ) Banco ( ) Associação/Cooperativa ( ) Outros:  
 .....

.....  
12.2 Finalidade do financiamento e/ou empréstimo:

Investimento       Comercialização       Custeio       Manutenção do abastecimento

12.3 Os recursos são provenientes (totalmente ou parcialmente) de programas governamentais de créditos?

Sim       Não

12.3.1 Se sim, os recursos provêm de qual programa governamental?

PRONAF     PNAE     PAA

12.4 Qual o destino das verbas:  
.....

### 13 DADOS SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES

13.1 É filiado à:

Associação, qual (is)?  
.....

Sindicato, qual (is)?  
.....

Cooperativa, qual (is)?  
.....

13.1.1 Qual a razão desta filiação? .....

13.2 Qual a importância dessa entidade para a produção?  
.....

### 14 DADOS SOBRE PNAE E PAA

14.1 Como se inseriu no PNAE e/ou PAA?  
.....  
.....

14.2 De que forma conheceu o PNAE e/ou PAA?

TV     rádio     reunião do movimento social     outros assentados     associação/cooperativa     outros:  
.....

14.3 Além do PNAE e/ou PAA participa de outra política pública?

Não     Sim

14.3.1 Se positivo, qual? .....

14.4 O que o PNAE e/ou PAA representa na sua vida de produtor rural?  
.....  
.....

14.5 O PNAE e/ou PAA impactaram no seu modo de vida?

Sim     Não

14.5.1 Se afirmativo, comente:  
.....  
.....

14.6 Como é feito o repasse dos recursos ao PNAE e/ou PAA?  
.....  
.....

14.7 Qual o destino da produção? Especifique:  
.....  
.....  
.....

**APÊNDICE B** - Roteiro de entrevista para os gestores das unidades escolares



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
REGIONAL CATALÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

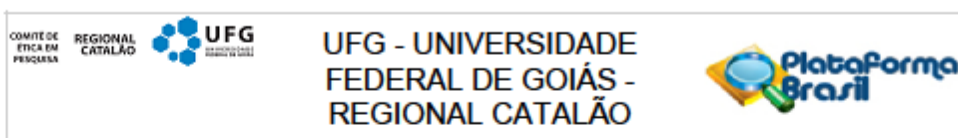
Roteiro B – Entrevista semiestruturada com os gestores das unidades escolares de Ipameri (GO).

<b>1 IDENTIFICAÇÃO E CONTROLE DO QUESTIONÁRIO</b>	
1.1 Data da entrevista: ___ / ___ / 2020	1.2 Número do roteiro: .....
1.3 Horário de início: .....	1.4 Término: .....
1.5 Resultado da entrevista:	
<input type="checkbox"/> Entrevista realizada <input type="checkbox"/> Recusa <input type="checkbox"/> Domicílio fechado <input type="checkbox"/> Outra: .....	
<input type="checkbox"/> Entrevista não realizada por outra razão, especificar: .....	
<b>2 IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO</b>	
2.1 Nome do estabelecimento de ensino: .....	
2.2 Rede: <input type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Estadual <input type="checkbox"/> Outras: .....	
2.3 Qual o nível de ensino oferecido pela instituição?	
<input type="checkbox"/> Infantil <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental I <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental II <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental I e II <input type="checkbox"/> Ensino Médio <input type="checkbox"/> EJA	
2.4 Número de alunos atendidos: .....	
<b>3 DADOS DO PNAE E/OU PAA</b>	
3.1 Qual (is) programa (s) a instituição participa?	
<input type="checkbox"/> PNAE <input type="checkbox"/> PAA <input type="checkbox"/> PNAE e PAA <input type="checkbox"/> Outros: .....	
3.2 Que alimentos recebem do PNAE e/ou PAA?	
.....	
.....	
3.3 Como classifica a qualidade dos produtos recebidos?	
<input type="checkbox"/> Excelente <input type="checkbox"/> Boa <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Ruim	
3.4 Que tipo de lanche é preparado com os alimentos recebidos do PNAE e/ou PAA?	
.....	
.....	
3.5 De que forma os alimentos do PNAE e/ou PAA impactaram na merenda escolar?	
.....	
.....	
3.6 A escola possui nutricionista? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
3.7 Quem é o responsável pela elaboração do cardápio escolar?	
.....	
.....	
3.8 Qual a periodicidade dos alimentos recebidos PNAE e/ou PAA?	
.....	
.....	
3.9 Quem fiscaliza a entrega destes produtos?	
.....	
.....	
3.10 Como é feita a prestação de contas do PNAE e/ou PAA?	
.....	
.....	

.....  
3.11 Quem é o responsável pela elaboração do cardápio escolar?

Gestor    Coordenador Pedagógico    Nutricionista    Outros: .....



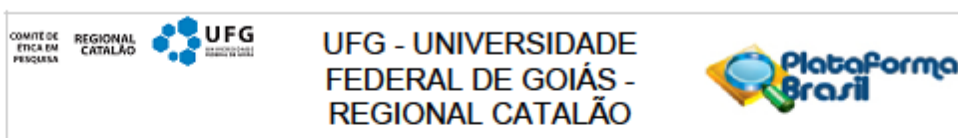


Continuação do Parecer: 4.001.466

pesquisa, em uma abordagem qualitativa, a metodologia está pautada na pesquisa teórica, na pesquisa documental e na pesquisa de campo. Hipótese: A seguir são estabelecidas algumas hipóteses que serão comprovadas ou refutadas ao longo do desenvolvimento da pesquisa: a) A reforma agrária constitui meio para a inserção e permanência de famílias no campo; b) As políticas públicas, em especial o PNAE e o PAA, auxiliam a permanência do agricultor familiar no Assentamento Olga Benário; c) As instituições escolares públicas - municipais e estaduais - estão satisfeitas em adquirir produtos do PNAE e do PAA.

**Metodologia Proposta:** A metodologia de uma pesquisa é composta por procedimentos que se supõem necessários para determinada investigação. Neste viés, a metodologia aqui apresentada, consiste em traçar os caminhos, estudos e as técnicas a serem utilizadas em busca da compreensão do PNAE e do PAA como programas de incentivo à reprodução social e permanência de agricultores familiares no campo, com foco no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO). Nessa perspectiva, a abordagem qualitativa será fundamental no processo de obtenção de dados, assim, não haverá preocupações com a representatividade numérica e quantitativa, visto que o essencial para esta pesquisa é a compreensão do PNAE e PAA como programas usufruídos pelo grupo social dos assentados do Olga Benário. Nos pressupostos da investigação qualitativa, o desenvolvimento dessa pesquisa será realizado em três estágios – pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo – que podem ocorrer concomitantemente. A partir da pesquisa bibliográfica será constituído um aporte teórico sobre a reforma agrária e as políticas do PNAE e do PAA. Dentre os principais autores a serem utilizados, vale citar: Lamarche (1998), Souza (2002), Mendes (2005), Miralha (2006), Santos (2006), Belloni (2007), Malaguti (2009), Araújo (2012), Bataglin (2012) e Firmino (2013). Por sua vez, a pesquisa documental apresenta-se de fundamental importância para a presente pesquisa, pois, há diferentes dados que dizem respeito as políticas públicas que beneficiam os agricultores familiar. Desta maneira, algumas portarias e sites contribuirão para pesquisa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB), Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério da Cidadania, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros. Outro ponto importante para a estruturação desta pesquisa, será a utilização de documentos disponibilizados pelos assentados do Olga Benário, beneficiários do PNAE e PAA, cartilhas sobre aquisição de produtos para alimentação escolar, Declaração Aptidão ao Pronaf (DAP), projetos de vendas, contratos de compra e os termos de recebimento e pagamento dos agricultores beneficiados pelo PNAE e manuais do PAA. Na pesquisa de campo, a ser desenvolvida no Assentamento Olga Benário, serão

**Endereço:** Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário  
**Bairro:** LOTEAMENTO VILA CHAUD **CEP:** 75.704-020  
**UF:** GO **Município:** CATALAO  
**Telefone:** (64)3441-7609 **E-mail:** cep.rc.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.001.466

aplicadas entrevistas semiestruturadas com 37 assentados, líderes, beneficiários do PNAE e do PAA e, também, com 13 gestores de instituições escolares municipais e estaduais – localizadas na sede urbana de Ipameri – que recebem alimentos oriundos do PNAE e do PAA. Na entrevista com os assentados, serão indagadas questões como origem desses participantes, tamanho da parcela de terra, uso da gleba, estrutura da residência, idade, escolaridade, quantidade de membros na família, rendimento mensal familiar, profissão, participação em políticas públicas, dentre outras. Em relação ao roteiro de entrevista dos gestores das escolas públicas que recebem produtos oriundos do PNAE e do PAA, esse terá o objetivo de identificar e caracterizar essas instituições e de avaliar a qualidade dos produtos entregues e a satisfação da comunidade escolar com esses produtos. No que diz respeito à amostragem desta pesquisa, inicialmente, é definido 37 assentados como participantes aptos a colaborar e realizar a entrevista semiestruturada, visto que é o total de assentados beneficiados pelo PNAE e pelo PAA no Assentamento Olga Benário. Contudo, no decorrer da pesquisa de campo, esse montante pode alterar, em vista da recusa de alguns prováveis participantes. Por sua vez, como na sede urbana de Ipameri tem o total de 13 instituições de ensino – municipal e estadual – está definido o total de 13 gestores que, possivelmente, participarão da entrevista semiestruturada e fornecerão informações empíricas sobre a aquisição de alimentos do PNAE e do PAA.\*

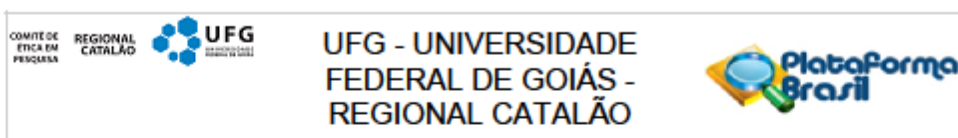
**Critério de Inclusão:**

\*No que diz respeito aos participantes da pesquisa, esses são: agricultores familiares do Assentamento Olga Benário, em Ipameri (GO), de ambos os sexos e com idade superior aos 18 anos. Também serão entrevistados, gestores de escolas públicas – municipais e estaduais – da área urbana do município de Ipameri (GO). É importante ressaltar o zelo, a ética e o respeito com os participantes desta pesquisa e com o intuito de garantir sua dignidade e autonomia, de reconhecer sua vulnerabilidade e sua vontade de contribuir, ou não, com a pesquisa (Resolução CNS nº 466 de 2012, item III. 1. a). Assim, se os indivíduos, com perfil desejável neste estudo, consentirem com a participação voluntária, assinarão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual está redigido conforme indicações da Resolução CNS nº 466 de 2012, item IV. 3.\*

**Critério de Exclusão:**

\*Será excluído aquele indivíduo que retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa ou apresentar situação de vulnerabilidade e, assim, ter incapacidade de opor resistência, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido (CNS nº 466 de 2012, item IV. 3. D).\*

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário  
 Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD CEP: 75.704-020  
 UF: GO Município: CATALAO  
 Telefone: (64)3441-7609 E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.001.466

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo primário:

"Analisar as possibilidades dos programas PNAE e o PAA garantirem à reprodução social e a permanência de agricultores familiares no Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO)."

Objetivo Secundário:

"a) Contextualizar as políticas públicas vinculadas ao programa Fome Zero e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – o PNAE e o PAA;b) Analisar como o PNAE e o PAA contribui para a permanência no campo, baseado na experiência do Assentamento Olga Benário;c) Verificar como são implementados o PNAE e o PAA no Assentamento Olga Benário;d) Descrever o perfil socioeconômico dos agricultores beneficiados pelo PNAE e pelo PAA;e) Traçar o perfil das escolas públicas de Ipameri (GO) que participam do PNAE e do PAA."

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

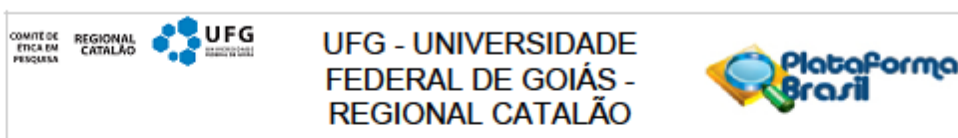
Riscos:

"Concordando com a premissa de que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos nas dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos participantes, comprometo-me a respeitar a éticidade dos sujeitos pesquisados, bem como sua dignidade e autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando a sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa por intermédio de manifestação livre e esclarecida. Assegurar a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa. Respeitar sempre os valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, como também os hábitos e costumes. Ainda reitero a garantia de indenização diante de eventuais danos decorrentes aos participantes. Como possíveis riscos da pesquisa estão: a) incomodo, visto que o participante terá que reservar cerca de 1 (uma) hora para a entrevista; b) possibilidade de constrangimento e desconforto ao responder o roteiro de entrevista."

Benefícios:

"Sabe-se que toda pesquisa possui relevância no âmbito acadêmico, portanto esta proposta apresenta os seguintes benefícios: a) contribuir com a representatividade dos agricultores familiares do Assentamento Olga Benário; b) Divulgar em âmbito local, regional e nacional a importância das políticas públicas rurais, em especial a reforma agrária, o PNAE e o PAA; c) Produzir dados científicos sobre o Assentamento Olga Benário em Ipameri (GO) e sobre as políticas públicas para a agricultura familiar; d) comunicar às autoridades competentes, bem como aos

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário  
 Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD CEP: 75.704-020  
 UF: GO Município: CATALAO  
 Telefone: (64)3441-7609 E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.001.466

órgãos legitimados pelo Controle Social, os resultados e/ou achados da pesquisa, sempre que estes puderem contribuir para a melhoria das condições de vida da coletividade."

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Apreciação do atendimento de pendências pelo pesquisador:

- detalhar no projeto em brochura as informações metodológicas sobre a população de estudo e os seus critérios de inclusão, exclusão; descrevendo também os riscos/danos provenientes do desenvolvimento da pesquisa com os participantes, bem como as medidas a serem adotadas pelos pesquisadores para minimizá-los, e os benefícios da pesquisa aos participantes, se direto ou indireto, se imediato, médio, longo prazo. Esclarecer também o processo de registro de consentimento, em que momento se dará, local, individual, outras).

\* Parecer após revisão da carta e documentos: pendência atendida

- rever os critérios de exclusão (ambos os gêneros estão incluídos na pesquisa; agricultores em situações de vulnerabilidade grávidas, por exemplo, acamados, outros).

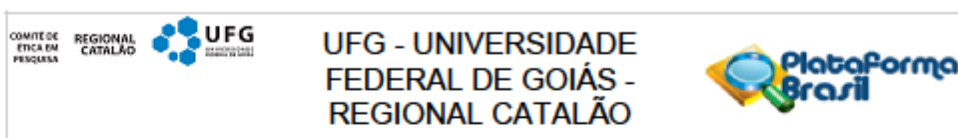
\* Parecer após revisão da carta e documentos: não há apresentação clara sobre a questão posta acima. O pesquisador relata que "...bem como a sua dignidade e a sua autonomia, reconhecendo sua vulnerabilidade, assegurando a sua vontade de contribuir e permanecer, ou não, na pesquisa por intermédio de manifestação livre e esclarecida."; "Contudo, será excluído aquele participante que retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa ou apresentar situação de vulnerabilidade e, assim, ter incapacidade de opor resistência, sobretudo no que se refere ao consentimento livre e esclarecido (CNS nº 468 de 2012, item IV. 3. D)" subentendendo que grupos vulneráveis maiores de 18 anos estão entre os seus critérios de exclusão. - esclarecer se não financiamento para esta pesquisa, tal como bolsa de estudos.

\* Parecer após revisão da carta e documentos: apesar de o pesquisador ter declarado financiamento própria da pesquisa na primeira versão, diz que "A pesquisa que está em desenvolvimento tem o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no qual auxilia os custos que o pesquisador terá no decorrer do prosseguimento da pesquisa". Pendência esclarecida.

- TCLE: atualizar para os dados do CEP/UFG/RC como instância para dirimir dúvidas aos participantes; deve ter uma linguagem adequada aos participantes da pesquisa, uma vez que prevê como participantes gestores e agricultores, que podem ter compreensões diferenciadas deste documento em sua leitura, o qual também deve evitar siglas não comuns a ambos grupos de participantes (exemplo: PNAE e PAA).

1- Apresentar de forma clara as fases metodológicas que se pretende com os participantes; para a

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário  
 Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD CEP: 75.704-020  
 UF: GO Município: CATALAO  
 Telefone: (64)3441-7609 E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.001.466

qual, sugere-se, portanto, a retirada do texto "A pesquisa qualitativa será realizada em etapas, quais sejam: pesquisa teórica – revisão literária de livros, teses, dissertações e artigos científicos de autores que trabalham com o conceito de reforma agrária, território, políticas públicas e agricultura familiar. pesquisa documental – análises de dados estatísticos do município de Ipameri (GO), Assentamento Olga Benário e as políticas do PNAE e do PAA se tomam importantes para que se comprove e valide os dados levantados por esta pesquisa. Desta maneira, algumas portarias e sites contribuirão para pesquisa: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Mauro Borges (IMB), Ministério da Educação e Cultura (MEC), Ministério da Cidadania, Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros."

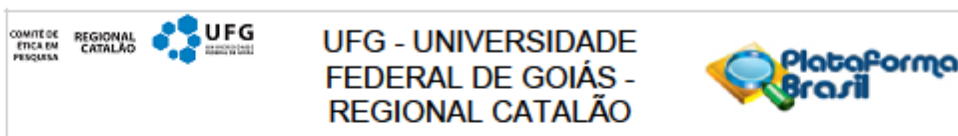
\* Parecer após revisão da carta e documentos: atendida

2- Já na parte sobre "pesquisa de campo – se dará a partir da realização de entrevistas com os assentados, líderes, beneficiários do PNAE e do PAA. A entrevista é do tipo semiestruturada, que se caracteriza pela elaboração de roteiro com questões, pelo pesquisador, sobre as quais o entrevistado responde livremente. Assim, constarão questões sobre: a) naturalidade; b) estado civil; c) escolaridade; d) rendimento familiar; e) participação de políticas públicas; f) produção; g) utilização de agrotóxicos; h) destino da produção e i) comercialização.", o pesquisador deve realizar uma redação na forma de diálogo com o participante, para o qual sugere-se textos como segue, por exemplo: Você, está sendo convidado a participar neste processo como entrevistado, e poderá ser um gestor de escola pública na cidade de Ipameri-GO ou agricultor no Assentamento Olga Benário. Para isso, você responderá um questionário contendo X questões, e levará Y tempo para respondê-lo. As questões abordam informações tais como a) naturalidade; b) estado civil; c) escolaridade; d) rendimento familiar; e) participação de políticas públicas; f) produção; g) utilização de agrotóxicos; h) destino da produção e i) comercialização....

\* Parecer após revisão da carta e documentos: atendida

3- Esclarecer se o participante irá responder o questionário por si próprio, se será entrevistado, onde ficará armazenado o material (questionário ou gravação), sob responsabilidade de quem (pesquisador responsável ou orientadora como membro da equipe?), que os dados serão guardados por cinco anos; explicar se haverá ou não uso para pesquisas futuras. O pesquisador diz que "e. Quanto, aos registros sonoros, esses só serão divulgados na dissertação em forma de transcrição literal do áudio da entrevista.", e para cada caso previsto, deve haver o devido local para que este possa realizar a autorização (exemplo: ( ) Autorizo realizar a gravação de minha voz

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário  
 Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD CEP: 75.704-020  
 UF: GO Município: CATALAO  
 Telefone: (64)3441-7609 E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.001.466

e realizar a transcrição de minha voz (ao todo ou em parte); ( ) Não autorizo realizar a gravação de minha voz e realizar a transcrição minha voz (ao todo ou em parte);

\* Parecer após revisão da carta e documentos: no geral foi feita readequação

4- Nos boxes para "imagem/voz/opinião" separar cada situação para o participante e o que de fato ele deve autorizar, com orientação e espaço para que este faça uma rubrica dentro da proposição escolhida.

\* Parecer após revisão da carta e documentos: há recomendação feita sobre este ponto. O espaço deverá ser aumentado para que o participante rubrique dentro da proposição escolhida dentro do parêntese.

Ainda, sobre as recomendações:

- Sugere substituir o termo "sujeito" por "participante" nos documentos que compõem este protocolo: no geral foi atendido pelo pesquisador;
- Enumerar as páginas do TCLE de forma a dar continuidade na integridade do documento (exemplo 1 de 5, 2 de 5....), foi modificado;
- Sugere-se retirar o local para que o participante coloque documentos pessoais (CPF, RG), foi retirado conforme sugestão deste comitê.

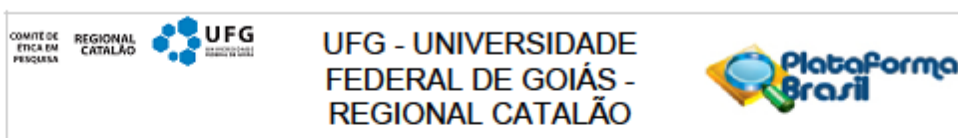
#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1-Apresenta as Informações básicas do projeto, postada em 10-04-2020 com readequações.
- 2- O projeto Brochura , com as devidas modificações postado em 19-04-2020
- 3- Cronograma Modificado, postado em 10-04-2020;
- 4-Carta Resposta as pendências; postada em 01-04-20;
- 5 Extrato de Pagamento; postado em 01-04-2020, apresentando o item "financiamento da pesquisa";
- 6-Declaração do bolsista; postado em 01-04-2020, conforme indicado no item anterior.
- 7-TCLE - devidamente modificado; postado em 01-04-2020;
- 8- Folha de Rosto devidamente assinada, postada em 29-01-2020.

Quanto aos documentos apresentados na versão 1:

1. PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1487250.pdf, postando em 29/01/2020, apresentando a síntese da pesquisa.
2. Projeto Detalhado / Brochura Investigador: PROJETO.pdf, postado em 29/01/2020, está no geral em acordo com as informações postadas na PB. No entanto, necessita ser readequado em acordo

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário  
 Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD CEP: 75.704-020  
 UF: GO Município: CATALAO  
 Telefone: (64)3441-7609 E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.001.466

com a Norma Operacional do CNS 001/2013, descrevendo os riscos, as medidas para minimizá-los, benefícios, critérios de inclusão, exclusão, metodologia de processo de explicação da pesquisa e processo de consentimento, aspectos metodológicos específicos na abordagem com o grupo, análise dos dados.

3. Orçamento/PLANILHA\_ORCAMENTARIA.pdf, postado em 29/01/2020; no valor de R\$ 4.310,00; descrevendo financiamento próprio. Portanto, entende-se que não há qualquer tipo de financiamento, incluindo bolsa de estudo.

4. Declaração de Pesquisadores/Declaracao\_de\_pesquisadores.pdf, postado em 29/01/2020, contém a declaração de responsabilidade pelos pesquisadores devidamente assinados pelo discente e orientador;

5. Termo\_de\_anuencia\_3.pdf, postado em 29/01/2020, com a anuência da Secretaria do estado para a realização da pesquisa no Colégio Militar José Pio de Santana, assinado, carimbado e datado de 21 de janeiro de 2020.

6. Termo\_de\_anuencia\_2.pdf, postado em 29/01/2020, do colégio Estadual professor Cesar Augusto Ceva, assinado, carimbado e datado de 21 de janeiro de 2020.

7. Termo\_de\_anuencia\_1.pdf, postado em 29/01/2020, do Colégio Estadual Professor Eduardo Mancini, assinado, carimbado e datado de 21 de janeiro de 2020.

8. Termo\_de\_anuencia.pdf, postado em 29/01/2020;

9. Folha de Rosto, postada em 29/01/2020 09:52:39, devidamente assinada pelo chefe da Unidade acadêmica e pesquisador responsável.

10. CRONOGRAMA.pdf, postado em 29/01/2020: no geral, está em acordo entre ambos, o informado na PB e no projeto detalhado/anexo.

11. TCLE.pdf, postado em 29/01/2020, o qual deve ser readequado, conforme comentários da lista de pendências.

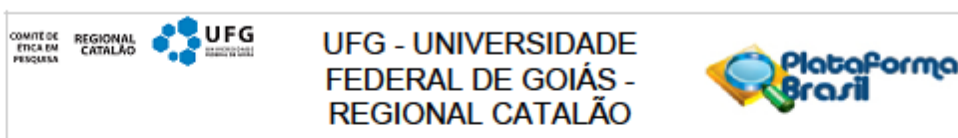
#### Recomendações:

Adequar no TCLE nos parênteses ( ) a ampliação do espaço para o que participante autorize rubricando dentro deste, não sendo necessário o traço com o item "Consentimento do pesquisado".

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Salvo melhor juízo, considero este parecer favorável a aprovação.

Endereço: Av Dr Lamarine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário  
 Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD CEP: 75.704-020  
 UF: GO Município: CATALAO  
 Telefone: (64)3441-7609 E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.001.466

**Considerações Finais a critério do CEP:**

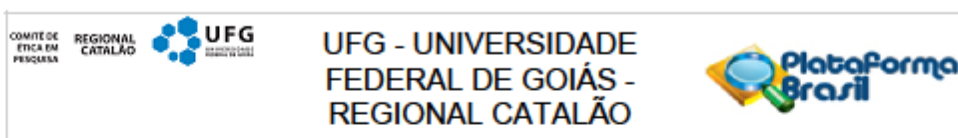
Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa da UFG/Regional Catalão (CEP/UFG/RC) considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEP/UFG/RC o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS no. 468/12 e suas complementares no. 510/16 ou no. 580/18. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para 30/05/2021.

OBS.: O CEP/UFG/RC LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE AO CEP, NA FORMA DE EMENDA, PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DA MESMA.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1487250.pdf	10/04/2020 11:09:51		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Modificado.pdf	10/04/2020 11:08:58	LUCELIO CARDOSO VAZ	Aceito
Cronograma	Cronograma_Modificado.pdf	10/04/2020 11:08:37	LUCELIO CARDOSO VAZ	Aceito
Outros	Carta_de_Resposta_as_Pendencias_Lucelio.pdf	01/04/2020 15:49:40	LUCELIO CARDOSO VAZ	Aceito
Declaração do Patrocinador	Extrato_de_Pagamentos_de_Processo_Lucelio.pdf	01/04/2020 15:45:01	LUCELIO CARDOSO VAZ	Aceito
Declaração do Patrocinador	Declaracao_de_Bolsista_Lucelio.pdf	01/04/2020 15:44:48	LUCELIO CARDOSO VAZ	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Modificado.pdf	01/04/2020 15:42:57	LUCELIO CARDOSO VAZ	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	29/01/2020 09:52:39	LUCELIO CARDOSO VAZ	Aceito

Endereço: Av Dr Lamartine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário  
 Bairro: LOTEAMENTO VILA CHAUD CEP: 75.704-020  
 UF: GO Município: CATALAO  
 Telefone: (64)3441-7609 E-mail: cep.rc.ufg@gmail.com



Continuação do Parecer: 4.001.466

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

CATALAO, 30 de Abril de 2020

---

**Assinado por:**  
**Adriana Freitas Neves**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av Dr Lamarine Pinto de Avelas, nº 1120, Setor Universitário  
**Bairro:** LOTEAMENTO VILA CHAUD **CEP:** 75.704-020  
**UF:** GO **Município:** CATALAO  
**Telefone:** (64)3441-7609 **E-mail:** cep.rc.ufg@gmail.com